

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em História

Geisiane Anatália Gomes

Decolonialismo e crítica à história única: possibilidades para a historiografia sobre os povos originários do Brasil

Mariana

2018

Geisiane Anatólia Gomes

**Decolonialismo e crítica à história única:
possibilidades para a historiografia sobre os povos originários do Brasil**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Área de concentração: Poder e Linguagens.

Linha de pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Helena Miranda Mollo

G633d Gomes, Geisiane Anat6lia.
Decolonialismo e cr6tica 6 hist6ria 6nica [manuscrito]: possibilidades para a historiografia sobre os povos origin6rios do Brasil / Geisiane Anat6lia Gomes. - 2018.
154f.: il.: grafs; tabs.
Orientadora: Prof. Dr. Helena Miranda Mollo.
Disserta76o (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ci6ncias Humanas e Sociais. Departamento de Hist6ria. Programa de P6s-Gradua76o em Historia.
6rea de Concentra76o: Hist6ria.
1. Brasil - hist6ria. 2. Nativos. 3. Kopenawa, Davi, 1956-. 4. Hist6ria. I. Mollo, Helena Miranda. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. T6tulo.
CDU: 94(043.3)



Geisiane Anat3lia Gomes

"Decolonialismo e cr3tica 3 hist3ria 3nica: possibilidades para a historiografia sobre as popula33es origin3rias do Brasil "

Disserta33o apresentada ao programa de P3s-gradua33o em Hist3ria da UFOP como requisito parcial para obten33o do grau de Mestre em Hist3ria. Aprovada pela Comiss3o Examinadora abaixo assinada.

Mariana, 28 de setembro de 2018.

Profa. Dra. Helena Miranda Mollo

Departamento de Hist3ria/UFOP

Profa. Dra. Ana M3nica Henrique Lopes

Departamento de Hist3ria/ UFOP

Prof. Dr. Mateus F3varo Reis

Departamento de Hist3ria/ UFOP

Profa. Dra. Tatiana Ribeiro de Souza

Departamento de Museologia/ UFOP

À minha mãe e aos povos originários do Brasil.

AGRADECIMENTOS

O agradecer é parte fundamental da vida bem vivida, ele se mostra aqui de forma imprescindível pela conclusão de um ciclo de trabalhos que resultou nessa dissertação. Foi um período de muitos de altos e baixos que não teria chegado ao seu desfecho com sucesso sem o apoio de outras pessoas.

Agradeço à minha mãe *Ludy* que faz tudo possível. À minha vó Maria, minha tia *Cacalma* e minha prima Viviane pelo suporte e paciência. São quatro mulheres que se mantêm de pé apesar das adversidades da vida e que são exemplo para todos os dias.

Aos meus amigos que me acompanham há muito tempo, Gustavo, Ana Carolina, Ana Luiza e Douglas. Aos meus amigos e colegas que encontrei durante os anos da graduação e do mestrado, representados aqui por Helenice, Wederson, Larissa, Helena e Danilo. Foram todos indispensáveis para dias mais leves e por uma caminhada mais divertida.

Ao meu companheiro em grande parte desse processo, Paulo (Júnior), pela atenção e carinho.

A todos os bichinhos que me confortaram, entre eles *Stopa*, o cachorrinho mais lindo do mundo!

À professora Helena Miranda Mollo pela orientação desde o bacharelado, importante suporte para à pesquisa, para o texto final dessa dissertação e para a minha evolução como pessoa.

À professora Ana Mónica Henriques Lopes pelos conselhos indispensáveis durante a qualificação e pelo seu retorno para a defesa do trabalho final.

Ao professor Mateus Fávoro Reis pelos mesmos motivos e pela indicação do livro “A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami”, imprescindível para as esperanças que essa pesquisa carrega.

À professora Tatiana Ribeiro de Souza por ter aceitado o convite para a banca de defesa e pelas suas contribuições.

Aos funcionários e colegas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de mestrado entre setembro de 2017 e março de 2018.

Agradeço ainda a todos aqueles que por descuido não pude nomear aqui. Mesmo que a partir de um pequeno gesto vocês tornaram tudo isso possível

*Um índio preservado em pleno corpo físico
Em todo sólido, todo gás e todo líquido
Em átomos, palavras, alma, cor
Em gesto, em cheiro, em sombra, em luz, em som magnífico
Num ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico
Do objeto-sim resplandecente descerá o índio
E as coisas que eu sei que ele dirá, fará
Não sei dizer assim de um modo explícito*

[...]

*E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio*

Caetano Veloso, *O índio*

RESUMO

Ao longo da coexistência entre as populações originárias brasileiras e a sociedade envolvente, desde a invasão e colonização portuguesas, chegando à contemporaneidade, foi construída uma narrativa que optou por negatizar e ou ausentar os povos originários da sua realidade dentro do território. Essa narrativa, se estruturou a partir da negação do não-europeu, desde o século XVI e sobre concepções de grupos letrados, principalmente historiadores e literários. Em mesma medida, ações do Estado incidiram sobre a existência dessa população. Entre não reconhecer suas identidades, tentar assimilá-las e exterminá-las, de forma sistematizada, a sociedade envolvente se propôs a excluir e silenciar as suas vozes. Este trabalho procura, a partir de reflexões decoloniais e críticas à história única, analisar essa relação nociva através do tempo, em sua forma narrada e a partir da incongruente política de proteção às populações originárias no Brasil. Procura-se, a partir das reflexões e argumentações propostas, uma saída para a escrita da história sobre essas populações e por uma forma de restituir a elas seu espaço enunciação e de diálogo.

Palavras-chave: Decolonialismo, Crítica, História única, Populações originárias do Brasil, Davi Kopenawa

ABSTRACT

Throughout the coexistence between the native Brazilian populations and the surrounding society, from the Portuguese invasion and colonization, arriving at the contemporaneity, a narrative was constructed that opted to deny and or absent the native peoples of their reality within the territory. This narrative was structured from the denial of the non-European, since the sixteenth century and on conceptions of literate groups, mainly historians and literary. In the same measure, actions of the State acted on the existence of this population. Between not recognizing their identities, trying to assimilate them and exterminate them, in a systematized way, the surrounding society proposed to exclude and silence their voices. This work seeks, from decolonial and critical reflections to the single history, to analyze this harmful relationship through time, in its narrated form and from the incongruous policy of protection to the original populations in Brazil. It is sought, from the reflections and arguments proposed, an exit for the writing of history on these populations and for a way to restore to them their enunciation and dialogue space.

Key-words: Decolonialism, Critique of the Single History, HIstoriography, Native population of Brazil, Davi Kopenawa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Google Trends: Pesquisas do termo decolonial na busca do Google no Brasil (2004-setembro/2017)	29
Figura 2: Google Trends: Mapa da incidência de pesquisas no Google do termo decolonial no Brasil (2004-setembro/2017)	29
Figura 3: Google Trends: Assuntos relacionados à pesquisa no Google do termo decolonial no Brasil (2004-setembro/2017)	30
Figura 4: Google Trends: Pesquisas do termo decolonial na busca do Google no Mundo(2004-setembro/2017)	30
Figura 5: Google Trends: Mapa da incidência de pesquisas no Google do termo decolonial no Mundo(2004-setembro/2017)	31
Figura 6: Google Trends: Assuntos relacionados à pesquisa no Google do termo decolonial no Mundo(2004-setembro/2017)	31
Figura 7: "ArsenundZuckerstückchen" - Der Spieigel (ALE) 5/03/1968.....	84
Figura 8: Primeira página Der Spiegel – 7/10/1969.....	86

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Informações sistematizadas de crimes contra os indígenas, apresentados por Jáder Figueiredo Correia - Vol. XX. Fls. 4926-4978	87
---	----

LISTA DE SIGLAS

CNPI	Conselho Nacional de Proteção Indígena
CNV	Comissão Nacional da Verdade
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GLES	Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IR	Inspetoria Regional
MAIC	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
M/C	Grupo Modernidade/Colonialidade
PIN	Programa de Integração Nacional
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalha- dores Nacionais
SSG	Subaltern Studies Group
TED	Technology; Entertainment; Design
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: O pensamento decolonial e a crítica à História Única: possibilidades teóricas para a História <i>Indígena</i>	11
1.1: Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) e o pensamento decolonial	15
1.2: As colonialidades de poder, do ser e do saber	17
1.3: O pensamento decolonial no Brasil	25
1.4: “História única” e a possibilidade do decolonial para a historiografia	32
Capítulo 2: Preâmbulos da construção de uma história única sobre as populações originárias brasileiras: Século XIX	37
2.1 Os povos originários, indígenas por Francisco Adolfo de Varnhagen	43
2.2 Os povos originários, indígenas no Romantismo brasileiro	49
2.3 A representação dos povos originários no Império	56
Capítulo 3: Entre o SPI e o Relatório Figueiredo: o Estado brasileiro e sua incongruente relação com as populações originárias	62
3.1: Breve introdução sobre a legislação relativa às populações originárias	67
3.2 Da criação do SPILTN ao Relatório Figueiredo: o paradoxo da proteção na primeira metade do século XX	72
3.3 Sobre o extermínio indígena pré Ditadura Militar (1964-1985): o Relatório Figueiredo	82
Capítulo 4: Decolonizar relações: as populações originárias brasileiras e a sociedade envolvente	90
4.1: A voz de Davi Kopenawa e as possibilidades para uma história decolonial	99
Considerações finais	110
Referências documentais e bibliográficas	113
Anexo	125

Introdução

As discussões que fizeram chegar à pesquisa empreendida por esse trabalho passaram por vários níveis, assim como por várias tomadas de consciência. De início se pretendeu trabalhar com questões ligadas especificamente ao período circunscrito ao Brasil Império. História e historiografia, literatura e ensino de história seriam os espaços para as análises e reflexões. Alcançar uma melhor compreensão da imagem e representação dos povos originários brasileiros a partir desses lugares de enunciação era o objetivo.

Tal empreendimento, compreendia os anos entre 1836 e 1876 e discutia, a partir da historiografia e de seus campos limítrofes e compartilhantes, no século XIX, tais como a etnografia e a literatura, produzidos dentro e fora do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1838 -), as ações por trás dessas narrativas. Ações que acreditamos se mostravam a partir de uma estrutura construída, no par ambivalente, ausência e presença, em seus vários estratos, tais quais a positivação e negatização dos povos originários.

A partir dessa hipótese, nos propusemos então, a analisar algumas das narrativas produzidas dentro do Império. Estas, historiográficas e literárias, para compreender a relação da *intelligentsia* imperial com os povos originários e também com a nação recém instituída. Percebemos que sob influência de variada intelectualidade estrangeira, os brasileiros que se propuseram a trabalhar com e sobre sua nação recém instituída eram em geral literatos, poetas, historiadores, etnógrafos e linguistas. Isso apontava para uma variedade de visões, pelas quais os povos originários, eram considerados ao mesmo tempo que sofriam pressões da sociedade envolvente.

Foi entendido que as narrativas, historiográficas e literárias, que se constituíram sobre os povos originários, eram, sem exclusão, também uma narrativa sobre a sociedade imperial e o momento que viviam de reestruturação. Isso a partir da mobilização de lembranças e esquecimentos, sobre como se queria dar a compreender e constituir a nacionalidade brasileira.

As populações originárias, presentes ao longo de grande parte da existência do território que hoje é o Brasil, tiveram o seu passado, uma parte do seu todo, deslocada em um processo de desvelamento e de encobrimento intencional. Almejando a narrativa, seja no viés romântico ou no seu suposto inverso, era na continuidade e na descontinuidade¹ que a presença dessas populações tivera elaborada suas representações e o sentido da nação.

Constatamos, que por maior que seja a relação passado-presente que se possa argumentar, suspensos do tempo e do espaço, os povos originários estavam no Império elaborados em alegorias. Resolviam de imediato, na sua forma narrada, as questões da origem e da singularidade nacionais. Foco da construção distanciamento entre Brasil e Portugal enquanto Impérios. As questões, que por seu turno, concerniam a efetividade da existência dessas populações no presente do Império brasileiro, eram tratadas a partir de um viés excludente

A sua presença, quando positivada, existia onde uma parte representava o todo, assim como ocorria elaborada em uma estrutura literária idealizadora que ficcionalizava um passado. Passado e populações, que tinham seus vestígios resignificados por seres exteriores à sua condição de povo distinto, em uma visão ora edênica ora não. Características potencializadas, correlatas ou não a realidade, passaram a estruturar o corpo físico e espiritual do *indígena* romântico.

Como uma alegoria nacional, era o que se esperava dos homens da boa sociedade nacional: a capacidade de agir “a partir da reta razão e da justa moralidade”². Como um objeto narrado, as populações originárias representavam quem elaborava as narrativas românticas e nacionais e não quem habitava e habitara o território agora imperial. Isso excluía ainda mais a sua realidade e seu corpo físico do presente.

As imagens, como afigurações, demonstram em seu limite, mais uma visão exterior do que uma interna dessas populações. Estávamos, sociedade envolvente, mais nelas do que aqueles que elas representavam. Como se estivéssemos fielmente

¹ RUNIA, E., 2006, p.1.

² RENGEL, M. M., 2011, p. 130.

informados e instruídos sobre elas, como se os pudéssemos “integrar”, a procura de fazer de nós algo, em paralelo a esse outro, em sua verdade, em seu ser³.

“Nós estamos na imagem a respeito de algo” não significa apenas que o ente em geral é uma representação nossa, mas antes que ele está adiante de nós, em tudo que lhe pertence e em todas as suas conexões, como um sistema⁴.

Ocupando espaço e caracterizando-se em reflexos alegóricos dos anseios nacionais, quais sejam singularidade, glória no passado, etc., o indígena romântico, a sua imagem orquestrada, não era tanto o que se esperava dele, mas sim o que se esperava dos homens do Império. Sua construção tornava explícita como “nós estamos na imagem a respeito de algo”, não só a partir de uma representação, mas com nossos anseios.

As narrativas, elaboradas então como um conjunto documental, museológico em seu limite, referentes ao Brasil, se portando tais quais monumentos, lugares de rememoração⁵, em referência e referentes à nação, traziam “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”⁶ à tona.

Esses monumentos “apresentando uma ausência”⁷, produziam sentido ambivalente no instante que deslocavam a imagem do real presente e vivências da população originária para trazer o passado nada incólume dessas populações ao centro da história. “Por um lado, a ‘representação’ faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”⁸.

Apoiados em uma tradição de estudos sobre o Oitocentos, que contava com nomes como José Murilo de Carvalho, Maria Regina Celestino de Almeida, Temístocles Cezar, Marcelo de Mello Rangel e Valdei Lopes de Araújo, assim como, a partir de expoentes na discussão sobre os povos originários no Império, nos nomes de Ivana Stolze Lima, Kaori Kodama, Rodrigo Turin, além de Helena Azevedo de Paulo Almeida, passamos a refletir sobre os povos em questão, nos espaços

³ HEIDEGGER, M. 2016, p.7.

⁴ *Idem*.

⁵ NORA, 1993, p. 20.

⁶ *Ibidem.*; p. 8.

⁷ RUNIA, E., *op. cit.*, p. 17.

⁸ GINZBURG, C., 2001, p. 85.

referentes ao ensino de história, naqueles referentes as discussões sobre a língua brasileira, além claro, de discutir o *indígena* do Romantismo.

Nós, nos apoiáramos ainda, nas discussões sobre presença em Hans Ulrich Gumbrecht e Eelco Runia, relacionando às discussões sobre os lugares de memória com Pierre Nora, e as relativas à nação e a nacionalidade com François Hartog, Homi K. Bhabha, Benedict Anderson, entre outros.

Nossas fontes, contavam com um amplo conjunto documental e narrativo e se compunham da “Carta de Pero Vaz de Caminha”, 1500; do “Diretório do Índios”, de 1758; da “Constituição Política do Império do Brasil” de 1824; da “Lei de 15 de agosto de 1827”; do “Resumo da História do Brasil até 1828”, de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, publicada em 1831, do “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil” de Gonçalves de Magalhães, 1836; dos Anais do Senado Imperial do ano de 1840; do “Compêndio de História do Brasil”, do general Ignácio de Abreu e Lima, de 1843; de “Como se deve escrever a História do Brasil”, de Karl Friedrich Philip Von Martius, 1844; da “Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil”, 1844, também do general José Ignácio de Abreu e Lima; da “Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil” de Francisco Adolfo de Varnhagen, 1840; da “História Geral do Brasil”, do mesmo autor, publicada entre 1854 e 1857; da “A Língua Brasileira” de Joaquim Norberto Souza e Silva, de 1855; das “Lições de História do Brasil” de Joaquim Manuel de Macedo, de 1861 e da “L’ Origine Touranienne des Américans Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens. Montrée principalement par la philologie comparée”, 1876, também de Varnhagen.

Um vertiginoso rol de documentos, que foram e ainda são trabalhados com obstinação pela historiografia brasileira. A dificuldade de não repetir as conclusões a que já haviam chegado outros, levou a uma estagnação da pesquisa e da redação da dissertação. Felizmente, seguida da tomada de consciência essencial para a existência do trabalho atual. Isso se tornou possível ainda, a partir da leitura da dissertação “*Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias*”, de autoria de Elena Guimarães, defendida em 2015 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

Em 1968, foi publicado, o que mais tarde ficaria conhecido como o *Relatório Figueiredo*. O resultado de uma investigação posta em prática ainda em 1963, após uma “série de denúncias quanto ao descaso para com as populações indígenas, irregularidades na administração da renda indígena, vendas ilegais de madeira e gado, e até mesmo de genocídio”⁹ feitas ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), tanto pela imprensa, quanto por funcionários no interior da instituição.

No período entre a instauração da comissão parlamentar de inquérito e a publicação do relatório, o país sofreria o Golpe Militar que instauraria a Ditadura (1964-1985). Das denúncias de 1963, passa-se a retomada da investigação, em 1967, desta vez pelas mãos do procurador Jäder de Figueiredo Correa, a pedido do Ministro do Interior, general Albuquerque Lima, em 1967.

O resultado do relatório final teve repercussão nacional e internacional. As denúncias feitas foram comprovadas e se pôde perceber a dura realidade a que estavam entregues as populações originárias brasileiras. Foram identificadas práticas de castigos, tortura, trabalhos forçados, trabalho escravo, prostituição e assassinatos, assim como a espoliação de suas terras, animais e demais bens. Essas ações, contrárias a lógica inerente dos direitos humanos juntamente da dilapidação do patrimônio das populações originárias, teriam sido perpetuadas por funcionários do Serviço de Proteção ao Índio e por fazendeiros próximos as áreas de habitação originárias.

O SPI teve seu fim, ainda em 1967, sendo substituído pela atual Fundação Nacional do Índio, a FUNAI. O *Relatório Figueiredo*, que expusera a degradante realidade vivida, no entanto, seria dado como “perdido” pouco tempo depois. Um incêndio teria sido o motivo. Não se sabe como, nem o porquê, mas “o que se sabe é que quase totalidade do acervo documental dos sessenta anos do Serviço se perdeu no incêndio. Além de importantes registros sobre saúde, educação, trabalho e tradições indígenas”¹⁰.

O trabalho de Elena Guimarães, surge aqui, ao discutir a redescoberta inesperada dessa documentação, ainda em 2012, por Marcelo Zelic, da Comissão

⁹ GUIMARÃES, E., 2015, p. 36.

¹⁰ *Ibidem.*, pp. 59-60.

Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e do Grupo **Tortura Nunca Mais**. **O relatório havia chegado ao Museu do Índio, onde Guimarães já trabalhava, juntamente com outras “150 caixas transferidas da Sede da Funai/Brasília, em 2008”¹¹**, se mantendo até 2012, após o reconhecimento feito por Zelic, de seu conteúdo e importância, desaparecido por mais de quarenta anos.

A localização do *Relatório Figueiredo*, possibilitou, a partir de sua leitura e investigação, promovidas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), instaurada pela Lei 12528/ 2011 e instituída em maio de 2012, novas visões sobre um período tão duro da história do Brasil. Pôde ainda revelar parte da lógica de sofrimento a que foram submetidos grupos originários, além de sua óbvia perda de direitos sobre seus corpos e bens, durante parte do século XX, pouco mais de quatrocentos anos depois do início da empreitada colonial no Brasil.

Estas memórias reveladas adquirem importância na medida em que podem servir de instrumentos para a reparação de injustiças históricas. Se hoje não temos mais o “tronco” como instrumento de tortura, tal qual o denunciado no Relatório Figueiredo, há na prática cotidiana a violência da marginalização do índio, sobretudo em regiões onde há intensas disputas de terras. Esta marginalização não é somente material, mas, sobretudo, simbólica. A violência, além de física, se dá também no apagamento das memórias, no apagamento das diferenças, no silêncio, na ausência da voz. Para que haja reparação, há que se fazer ouvir estes que sempre foram apartados da história oficial. Estes que são sinônimos de luta e resistência ao modelo de desenvolvimento político, econômico e social imposto por grupos dominantes que se perpetuam no poder¹².

Entendi que o que me incomodava era a constatação de que nada me adiantaria repetir as discussões já postas, sobre os povos originários e sua vivência no interior do Império brasileiro, extensão colonial, se a existência desses povos, encontrava-se ainda marginalizada, violentada e ultrajada.

Quase que de imediato às leituras da dissertação de Elena Guimarães e da síntese do Relatório Figueiredo, comecei a leitura de trabalhos sobre o pós-colonialismo e sobre subalternidade. Seguindo esse caminho cheguei ao decolonialismo,

¹¹ GUIMARÃES, E., *op. cit.*, p. 14.

¹² *Ibidem.*, p. 118.

que se mostrou, já nas primeiras incursões, uma possibilidade viável para repensar a escrita da história sobre as populações originárias do Brasil.

Em 1998, no Congresso Mundial de Sociologia, que teve lugar em Montreal, Canadá, entre os dias 24 de julho e 2 de agosto, um grupo de estudiosos da área, se unem, a partir de conversas entre membros da Unidade Regional de Ciências Sociais Humanas para a América Latina e Caribe, ligada a UNESCO, com Immanuel Wallerstein e Edgardo Lander¹³.

O resultado desse encontro, focado na discussão sobre as ciências sociais na América Latina, foi a publicação em 2000 do livro “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas”, sob a organização de Edgardo Lander e que foi publicado no Brasil em 2005, na Coleção Sur-Sur da CLACSO Livros. – Os autores que publicam na coletânea são o próprio Edgardo Lander (Venezuela), Enrique Dussel (Argentina), Walter D. Mignolo (Argentina), Fernando Coronil (Venezuela), Arturo Escobar (Colômbia), Santiago Castro-Gómez (Colômbia), Alejandro Moreno (Venezuela), Francisco López Segrera (Cuba) e Aníbal Quijano (Peru)¹⁴.

O mote comum a todos os textos é a questão “É possível uma ciência social não eurocêntrica?”. A partir da colocação dessa problemática, discussões sobre como a Modernidade, a colonização e as possíveis permanências relacionadas pautariam ainda na atualidade não só as ciências sociais, mas também a vivência latino-americana, se elaboram. As discussões começadas em 1998, ganharam corpo com conversas paralelas e debates onde esses primeiros teóricos divulgaram as possibilidades de novas perspectivas para a América Latina, repercutindo na criação do Grupo Modernidade/Colonialidade na primeira década dos anos 2000.

O objeto colocado para a pesquisa, como se espera já aparente, é a escrita da história e outras narrativas, chegadas à público, com foco nas populações originárias brasileiras, que repercutem não só no imaginário nacional como nas ações

¹³ SEGRERA, F. L., In. LANDER, E. (Org.) 2005, p. 6.

¹⁴ O livro, organizado por Edgardo Lander e publicado pela coleção Sur-sur da CLACSO, que fundamentaria as primeiras discussões sobre um paradigma *sui generis* contestador de permanências, tais quais o patriarcalismo e o sexismo, entretanto, não contou entre os capítulos nenhum de autoria de uma mulher.

pragmáticas da sociedade brasileira quanto a relação de coexistência entre os povos distintos no território.

Essa pesquisa foi empreendida levada pela hipótese de se haver reverberado no interior da sociedade brasileira, uma concepção de mundo profundamente arraigada aos preceitos da colonialidade. De tal forma, que, a relação entre os povos originários e a sociedade que passara a os envolver, no início do século XVI, fora, durante os séculos, atravessada, pelo arquétipo eurocêntrico fundado no início da Modernidade/Colonialidade. O que acabou por resultar em uma história construída a partir de estereótipos, conceitos e objetivos hierarquizantes e supressores.

O primeiro capítulo trata da constituição do pensamento decolonial na América-Latina e seu estado como possibilidade teórica no e para o Brasil. Analisaremos a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade e o que a envolve, assim como sobre a fundamentação de conceitos base para pensamento decolonial, como a *colonialidade*.

A expectativa e objetivo é de afirmar o decolonial como uma possibilidade de saída para novas visões sobre a construção da História dos povos originários do Brasil. Isso, juntamente com as discussões críticas sobre a *História Única*. Nesse sentido, para fundamentar nossa análise, nos utilizamos de trabalhos que incluem “1492: O Encobrimento do outro. A origem do ‘mito da modernidade’”, do filósofo argentino, radicado no México, Enrique Dussel; “Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina”, de Aníbal Quijano, sociólogo peruano, “América Latina e o giro decolonial”, da professora e cientista política brasileira, Luciana Balustrin, e por fim, não menos importante, a conferência “*The danger of a single story*” apresentada no TEDGlobal, em 2009, pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, disponível online.

O segundo capítulo recuperará parte da pesquisa proposta originalmente. Algumas fontes foram preteridas a outras, ou desconsideradas. De mesma forma os questionamentos sofreram transformações. Neste capítulo, com o objetivo de compreender permanências, na narrativa histórica sobre as populações originárias, principiadas pela empreitada colonial, analisaremos a construção da representação e concepção sobre esses povos, a partir de dois polos. Um, nomeadamente partindo

das convicções e da escrita da história, de Francisco Adolfo de Varnhagen. Do outro, aquele que é reconhecido como constituidor de características específicas, a partir da literatura, da imagem das populações originárias: o Romantismo brasileiro.

Este capítulo se alicerça para sua análise e argumentação em trabalhos, tais quais “*História & História Cultural*” de Sandra Jatahy Pesavento; “*Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*”, de Temístocles Cezar; “*Letras de Memória: O Índigena como Cronótopo da Narrativa do Passado no Período Imperial, dos Estudos Históricos ao Romance Indianista de José de Alencar (1820-1870)*”, de Maria Edith Maroca de Avelar Rivellii de Oliveira; “*Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*”, de Rodrigo Turin e “*Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*”, de Kaori Kodama.

O objetivo final dessa dissertação tem caráter propositivo, e engloba os dois últimos capítulos (3, 4). Nosso anseio é o de demonstrar a validade e possibilidade de paradigmas outros para a apreensão da história do Brasil e para a história e re-existência das populações originárias brasileiras. Para tanto a partir de reflexões, sustentadas pelo pensamento decolonial e pela crítica à história única, analisaremos a relação da sociedade envolvente com os povos originários.

O terceiro capítulo se inicia pela repercussão e sedimentação no ensino de história, de compreensões ideológicas da classe dominante, a partir de “*Através da Pátria Brasileira: possibilidades de narrativa acerca do indígena brasileiro em livros de leitura da Primeira República*”, de Helena Azevedo Paulo de Almeida e “*Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*” de Arlette Medeiros Gaparello.

Segue-se então para a análise, da legislação relativa às populações originárias, a partir dos textos “*Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*”, de Beatriz Perrone-Moisés; “*Política indigenista no século XIX*” de Manuela Carneiro da Cunha e “*O governo dos índios sob a gestão do SPP*”, de Antônio Carlos de Souza Lima.

Então, nos posicionamos para seguir a análise da lógica de proteção paradoxal às populações originárias, na primeira metade do século XX, a partir da postura

do Governo brasileiro e de seus agentes, que podem ser apreendidas no Relatório Figueiredo, em boletins internos do SPI e em outros documentos. Retomamos aqui à dissertação de Elena Guimarães, para auxiliar nossa análise, assim como “*Origem e fundação do Serviço de Proteção ao Índio*” de David Hall Stauffer.

O quarto e último capítulo, se constrói, sobre o reaparecimento do *Relatório Figueiredo*, em 2012, e sua contribuição à CNV, nas investigações sobre as graves violações dos direitos humanos das populações originárias, entre os anos de 1946 e 1988. Propõe-se nesse capítulo, a apreensão da história desse período de violações, principalmente durante a década de 1970 e da construção da Perimetral Norte (BR-210), dos primeiros contatos entre a sociedade que se supõe civilizada e os Yanomami, a partir da voz de Davi Kopenawa.

Xamã Yanomami e reconhecida liderança na luta pelos direitos das populações originárias, que teve sua vida perpassada por acontecimentos que definiram a relação da população Yanomami, onde hoje é o território do Estado de Roraima, com a sociedade envolvente. Acontecimentos que se repetem em maior, ou menor grau, em todo o território brasileiro, desde a invasão dos portugueses, até os dias atuais

Capítulo 1: O pensamento decolonial e a crítica à história única: possibilidades teóricas para a História *Indígena*

Antes de adentrarmos efetivamente nas discussões sobre a história das populações originárias brasileiras¹⁵, precisamos compreender com maior profundidade as movimentações dentro do pensamento pós-colonial. Movimentações estas que em repercussão puderam originar as considerações concernentes ao pensamento decolonial. Da mesma maneira, acreditamos necessária a discussão das bases que fundamentam o decolonialismo.

Para cumprir esses objetivos iniciais discutiremos a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade na primeira década dos anos 2000. Assim como procuraremos refletir sobre as compreensões de parte dos membros fundadores, como Walter Dignolo e Enrique Dussel, que pautam as possibilidades do pensamento. Ademais iremos tentar mapear as repercussões e viabilidades do paradigma decolonial no Brasil contemporâneo.

Desde a chegada dos europeus no que seria futuramente a América, a população local desse território compreendido como um território novo, passou a existir em oposição àquela que se considerava existente há mais tempo. Durante esse contato de um nós já delineado com um outro desconhecido, passou-se a excluir paulatinamente este último pelas necessidades de transplantar padrões, aquelas da exploração e também as da colonização empreendida pelos primeiros¹⁶.

A exclusão dos povos originários desse território foi constituída pelo pensamento e práxis europeus produzindo sua subtração através do que conhecemos

¹⁵ “El creciente uso de la noción de pueblos originarios expresa una importante reforma conceptual: 1) en primer lugar, dificulta su sustantivación, a menos que se hable de originarios y obligue al lenguaje a recurrir a una polisemia. Llamar a las culturas del país por el nombre que ellas mismas se dan: nahuas, mazahuas, rarámuris...; 2) destituye un concepto clave –el de indígena– en la estructura de lo que mueve las latencias raciales de la sociedad, y 3) pone en escena la apuesta de un lenguaje abierto a la posibilidad de la pluralidad”. SEMO, I., 2017. Disponível em: <http://jornada.unam.mx/2017/03/11/opinion/015a1pol> Acesso em: 08/2018.

¹⁶ MAGALHÃES, J. L. Q., 2010.

como o processo de colonização. Pode se pensar, de maneira geral, que assim que as antigas colônias foram pouco a pouco liberando-se de sua relação com as nações que as dominavam, essa lógica foi na mesma medida sendo posta de lado e abrindo espaço para o reavivamento daquela que fora suprimida durante o período colonial.

Entretanto, o que se percebe nos espaços outrora colonizados nas Américas, é a manutenção de um *modus operandi* similar àquele existente no período de conquista e domínio europeus. Nelson Maldonado-Torres, professor do Departamento de Estudos Latinos e do Caribe Hispânico da Rutgers University, pontua que o *colonialismo*, que denota “uma relação política e econômica, em que a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação”¹⁷, foi desfeito com o fim da ligação colonial, no entanto, um padrão semelhante nas relações interpessoais e sociais permaneceu: a *colonialidade*.

Ultrapassando no tempo o período em que um povo se submeteu, ou fora submetido a outro, pelo espectro da colonização, a colonialidade é como o enraizamento dessa lógica, onde mesmo sem as relações formais de exploração ou dominação coloniais, permanecem “relações intersubjetivas que se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade”¹⁸.

Assim, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Mantém-se vivo nos manuais de aprendizagem, no critério do bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem das pessoas, nas aspirações dos sujeitos e em tantos outros aspectos de nossa vida. experiência moderna¹⁹.

Mesmo após as independências das colônias portuguesa e espanholas na América, no século XIX, não se questionou, pela *intelligentsia* local, a manutenção dessa racionalidade. Somente na segunda metade do século XX, com os movimentos independentistas na África e na Ásia passou-se a questionar as persistências da lógica colonial nas relações entre os sujeitos, agora não mais submetidos à colonização (pelo menos não em seu aspecto político e jurídico). Os questionamentos

¹⁷ MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131.

¹⁸ AMARAL, J. P. P., 2015, p.18.

¹⁹ MALDONADO TORRES, *loc. cit.*, p. 131.

advindos dessa constatação passaram a se apresentar, a partir do que se chamaria "Pós-colonialismo".

As discussões do pós-colonialismo, que emergem após o fim da Segunda Guerra Mundial²⁰, surgem “ao identificar a relação antagônica entre o colonizador e o colonizado, busca[ndo-se] denunciar as diferentes formas de dominação e opressão dos povos”²¹. As pesquisas pós-coloniais passavam, por sua vez, pela “crítica a modernidade eurocentrada, da análise da construção discursiva e representacional do Ocidente e do Oriente, e das suas consequências para a construção das identidades pós-coloniais”²². Com suas preocupações centradas

nas décadas de 1970 e 1980 em entender como o mundo colonizado é construído discursivamente a partir do olhar do colonizador, e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador²³.

Dentro do espectro do pós-colonialismo surge na década de 1980, precisamente em 1982, o Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiático (*Subaltern Studies Group* – SSG, ou *Subaltern Studies Colletive*), tendo como principal nome, Ranajit Guha, historiador indiano. As reflexões do SSG estavam focadas na história moderna da Índia, mais precisamente, sobre o comportamento da escrita dessa história, que se encontrava enviesada ora por uma lógica imperialista, ora por uma lógica nacionalista reacionária²⁴.

Na América Latina é em 1992, com a criação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos (GLES) que esse esforço epistemológico de pensar o subalterno, de pensar as narrativas históricas construídas sobre os países, antigas colônias, de forma crítica, passam a ter relevância. Isso se torna possível, como o manifesto de criação do GLES deixa claro²⁵, com a tomada de conhecimento das

²⁰ BERNARDINO-COSTA, J; GROSGUÉL, R.; 2016, p. 15.

²¹ ROSEVICS, L; 2017, p. 187.

²² *Ibidem.*, p. 188.

²³ *Ibidem.* 2017., p. 188.

²⁴ ELÍBIO JÚNIOR, A.M., LIMA, M.C., ALMEIDA, C.S.M, 2015, pp.62-63.

²⁵ “El trabajo del Grupo de Estudios Subalternos, una organización interdisciplinaria de intelectuales sudasiáticos dirigida por Ranajit Guha, **nos ha inspirado a fundar un proyecto similar** dedicado al estudio del subalterno en América Latina.”, GLES, 1998.

discussões levantadas por Guha e outros como Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakravorty Spivak, componentes do SSG.

No interior dos estudos subalternos se encontram como base para reflexão o pensamento elaborado por nomes como Michel Foucault, Jacques Derrida e Antonio Gramsci, sendo este último essencial para a categorização e conceitualização do subalterno feita por R. Guha.²⁶ – Subalterno é compreendido nesse espaço “como qualquer subordinado ‘em termos de classe, casta, idade, sexo, profissão ou qualquer outro modo’ (MALLON, 2010, p. 155)”²⁷. Sendo subordinado todo aquele que é compreendido como hierarquicamente inferior, que é dependente de alguém ou algo e que por isso tem papel secundário na relação com o outro.

Desde o início da reunião de estudiosos dentro do GLES, a presença não só de teóricos europeus como até mesmo do pensamento de R. Guha foi questionada. O mais radical, nesse sentido, dentre esses estudiosos, Walter Mignolo, semiótico e professor argentino, passa a apontar certo “imperialismo” dos estudos subalternos, compreendendo que os “estudos culturais, pós-coloniais e subalternos [...] não realizaram uma ruptura adequada com autoras/es eurocêntricas/os (Mignolo, 1998)”²⁸.

“O uso de epistemologias advindas majoritariamente de autores europeus passou a ser vista como uma traição ao objetivo principal dos estudos subalternos de rompimento com a tradição eurocêntrica de pensamento”²⁹. É a partir desse questionamento à essência do que se buscava com o GLES, que seria a de esquivar-se do pensamento eurocêntrico hegemônico, mas permanecendo preso a ele, que o grupo acaba se esfacelando em 1998. De acordo com Ramon Grosfoguel³⁰,

[...] a permanência de Gramsci e Foucault como referências da escola subalterna sul-asiática “acabou por espelhar o apoio dado ao pós-modernismo pelo setor do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos” (Grosfoguel, 2008, p. 116). Em suma, nenhum dos dois grupos de estudos subalternos teria conseguido aprofundar e radicalizar sua crítica ao eurocentrismo, um diagnóstico convergente com o de Mignolo³¹.

²⁶ BALLESTRIN, L., 2013, p. 93.

²⁷ AMARAL, J. P. P., 2015, p. 16.

²⁸ *Ibidem.*, p. 17.

²⁹ ROSEVELICS, L., 2017, p. 189.

³⁰ GROSFOGUEL, R., apud. BALLESTRIN, L. 2013.

³¹ *loc. cit.*, p. 97.

1.1 Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) e o pensamento decolonial

Na movimentação crítica aos estudos subalternos e pós-coloniais, Walter Mignolo, uniu-se a outros pensadores de vários países componentes da América Latina. Pensadores estes, de acordo com Mignolo, que já estavam, antes mesmo do grupo sul-asiático, pensando as particularidades e contradições latino-americanas³². Entre eles, o filósofo argentino Enrique Dussel, a partir da Filosofia da Libertação, o sociólogo peruano Aníbal Quijano e a Teoria da Dependência e Immanuel Wallerstein e a Teoria do Sistema-Mundo, este último, sociólogo estadunidense.

Uniram-se a esse primeiro grupo de pensadores, composto por Mignolo, Dussel, Quijano e Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Fernando Coronil, Catherine Walsh, Boaventura Sousa Santos e Zulma Palermo. Peruanos, argentinos, colombianos, porto-riquenhos, venezuelanos, estadunidenses e até mesmo um português³³ compõem o grupo, caracterizando-o como multinacional, assim como multidisciplinar, por contar com filósofos, sociólogos, antropólogos, etc.

O surgimento das reflexões que levaram ao Grupo Modernidade/Colonialidade tem início na constatação de seus membros fundadores da impossibilidade do pensamento do SSG e do GLES, abarcar as particularidades do caso latino-americano. Apontavam-se as diferenças de antiguidade e longevidade da colonização empreendida na América, assim como a forma em que ela se deu, em distinção a colonização empreendida na África e na Ásia, que surge já no fim do século XIX e se estende para o século XX.

³²“Mignolo (2010) ressalta a existência de uma tradição de pensamento latino-americano anterior aos pós-estruturalistas que tinham já refletido sobre as contradições do mundo colonial latino-americano, a natureza geo-histórica dos discursos, suas representações e continuidades nas relações de poder”. AMARAL, J. P. P., *op. cit.*, p. 17.

³³ BALLESTRIN, L., *op.cit.*, p. 98. (quadro).

O caso latino-americano, ao qual o Grupo M/C procurava abarcar, se mostrava sob a necessidade de responder à especificidade da colonização aqui empreendida. Larissa Rosevics, em “Do pós-colonialismo à decolonialidade” (2005), afirma que:

Na América os espanhóis e os portugueses destruíram quase que completamente a memória do período anterior à ocupação através da desintegração dos padrões de poder e das civilizações existentes na região, do extermínio de comunidades inteiras e de seus portadores de cultura e poder, tais como os intelectuais, os artistas, os cientistas e os líderes³⁴

Mais que extirpar o aspecto colonial, era necessário procurar pela “possibilidade de reconstrução de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de totalidade definida pela racionalidade moderna”³⁶ eurocentrada. Para além da descolonização, a decolonização³⁷.

O pensamento decolonial é “indissociadamente um movimento teórico, ético e político”³⁵ de resistência à lógica da modernidade/colonialidade. Nele se procura “investigar as formas pelas quais as estruturas de poder continuam produzindo a colonialidade, e por outro, fomentar a mudança de uma atitude racista, sexista [e/] ou aristocrática para uma atitude decolonial”³⁶. – O pensamento decolonial, busca superar um aparato cognitivo patriarcal, racista e eurocêntrico em prol das possibilidades que emergem dos povos, outrora ou ainda subjugados.

Após séculos escrevendo uma história embasada nas lógicas exteriores à América Latina, é percebida a necessidade de se movimentar teórica, ética e politicamente em prol de sua própria história, superando um “pensamento eurocêntrico hegemônico” que constituía e dera as normas para a história. Esse movimento de re-existência política e epistemológica passou a ser denominado *Decolonialismo*.

O decolonial não deve por sua vez ser confundido com o descolonial por serem termos chave de lógicas distintas, como aponta Luciana Ballestrin, em entrevista à Revista do Instituto Humanitas Unisinos:

³⁴ ROSEVICS, L., *op.cit.*, p. 190.

³⁵ MIGLIEVICH-RIBEIRO, A., *op.cit.*, p. 69.

³⁶ AMARAL, J. P. P., *op. cit.*, pp. 20-21.

Em termos históricos e temporais, [descolonização] indica uma superação do colonialismo; por seu turno, a ideia de decolonialidade indica exatamente o contrário e procura transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder³⁷.

Como uma “prática de oposição e intervenção”³⁸ que surge já com o “primeiro sujeito” que “reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492”³⁹, a decolonialidade “não se constitui num projeto acadêmico [...] nem se constitui numa espécie de universalismo abstrato”⁴⁰, ou cairia no que pretende combater, como apontam Joaze *Bernardino-Costa* e Ramón *Grosfoguel*.

“Não se trata da substituição de um novo paradigma, [...] mas do surgimento de ‘paradigmas outros’”⁴¹, acrescenta Ballestrin a partir de Mignolo, trata-se de transcender o silenciamento e a subalternização daqueles subsumidos pelo paradigma eurocêntrico, e restituir a esses sujeitos, outrora “destituídos da condição de fala e da habilidade de produção de teorias e projetos políticos”⁴², seu lugar de enunciação.

1.2 As colonialidades de poder, do ser e do saber

Com a tomada de consciência das relações mantidas à similaridade de estruturas coloniais, sob o conceito de colonialidade, pôde-se ainda compreender divisões que se embrincam e se constituem dentro do espectro desse conceito. Dentro da colonialidade de forma geral, os eixos poder, ser e saber passam a sistematizar essas camadas. Estes eixos passam a discutir e refletir sobre a categoria mental de raça, assim como sobre a lógica de trabalho e o imaginário dos sujeitos subalternos.

Walter Mignolo, na crítica já referenciada à postura do GLES, afirma que já na América Latina se pensava sobre as especificidades do seu caso desde a década

³⁷ BALLESTRIN, L., 2013, Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5258-luciana-ballestrin> Acesso em 07/2018.

³⁸BERNARDINO-COSTA, J; GROSGUÉL, R.; 2016, p. 17.

³⁹*Ibidem.*, 2016, p. 17.

⁴⁰*Ibidem.*, 2016, p. 20

⁴¹ BALLESTRIN, L., 2013, p. 104

⁴² BERNARDINO-COSTA, J; GROSGUÉL, R.; *op. cit.*, p. 21

de 1960. Mignolo, por sua vez, circunscreve a parte de antiga colonização hispânica os intelectuais que trabalhariam nesse esforço de entender a parte latina da América. É possível, entretanto contrariar esse raciocínio ao apontar entre brasileiros aqueles que também se puseram a pensar nas particularidades do caso acrescentando ainda o Brasil às discussões.

O pedagogo Paulo Freire (1921-1997) e o antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997) podem ser incluídos entre aqueles que antes mesmo da tomada de consciência que se nomeia decolonialismo já se posicionavam ética e politicamente, assim como em seus estudos e críticas, já entre as décadas de 1950 e 1970, a partir de um viés contestador semelhante ao proposto pelo pensamento decolonial.

Enrique Dussel, um dos expoentes do decolonial na América Latina, pode ter seu pensamento correlacionado àquele presente em Freire, ao se perceber que ambos se associam

[...] por se concentrar em um mesmo momento, no momento ético, pelo qual o sujeito, em se manifestar na crítica formal, na materialidade, dá-se espaço à intersubjetividade, saindo-se de um consenso para o dissenso, chegando-se a um novo consenso, por meio do respeito às diferenças dentre as vítimas em Dussel e à conscientização em Freire, em busca à libertação”⁴³

A libertação dessa dominação que se estendeu à quebra do pacto colonial, introduzindo-se nas sociedades latino-americanas é o foco. A humanização do sujeito e a sua compreensão como tal, assim como um sujeito ativo, é o desdobramento que se procura atingir com esses esforços de alteridade e conscientização.

Crítico à Modernidade e sua outra metade, a colonialidade, Dussel, aponta como a colonização empreendida nas Américas, colocou em oposição a Europa com um “Outro”, onde a dominação e exploração deste último passou a orientar a relação de alteridade. Para Dussel, a Modernidade, ou o Mito da Modernidade só passou a existir a partir desse momento:

A Modernidade originou-se nas cidades europeias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas “nasceu” quando a Europa pode se confrontar com o seu “Outro” e controla-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pode se definir como um “ego” descobridor, conquistador,

⁴³PINTO, D.B.B., 2011, p. 175.

colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi “descoberto” como o Outro, mas foi “en-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre. De maneira que 1492 será o momento do “nascimento” da Modernidade como conceito, o momento concreto da “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo um processo de “en-cobrimento” do não-europeu⁴⁴.

Com o encobrimento do não-europeu, fora encoberto não só o sujeito, mas seus constitutivos, sua cultura, sua moral, sua fé, suas leis. Isso, quando na América, o “*ego conquiro*” europeu extirpou quase que em absoluto a subjetividade dos povos do “Novo Mundo”, e, em seguida dos africanos, pela sobreposição da subjetividade do conquistador, supostamente em prol do desenvolvimento e da ideia da civilização.

A colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano pouco depois, foi o primeiro processo “europeu” de “modernização”, de civilização, de “subsumir” (ou alienar) o Outro como si-mesmo; mas agora não mais como objeto da práxis guerreira, de violência pura – como no caso de Cortês contra os exércitos astecas, ou de Pizarro contra os incas –, e sim de uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica, quer dizer, *do domínio* dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalho, de instituições criadas por uma nova burocracia política, etc., dominação do Outro⁴⁵.

A chamada estrutura opressora⁴⁶, presente no pensamento freiriano, aproxima-se da construção histórica detalhada que Dussel apresenta da conquista da América, a partir da conquista dos corpos e do mundo da vida das populações originárias e dos africanos imigrados à força em seguida. Freire entende isso como uma situação histórica e sociológica das sociedades invadidas⁴⁷. E é contra a perpetuação desse domínio, dessa opressão que ambos se posicionam. Contra essa forma de *colonialidade*. Da *colonialidade do poder* e seus desdobramentos intrínsecos: a *colonialidade do saber* e a *colonialidade do ser*. – categorias reflexivas do pensamento decolonial.

De acordo com Nelson Maldonado-Torres, porto-riquenho, membro do Grupo M/C e atualmente professor de estudos étnicos na Universidade da Califórnia, caracteriza-se colonialidade como

⁴⁴ DUSSEL, E., 1993, p. 8.

⁴⁵ *Ibidem.*, 1993, p. 50.

⁴⁶ FREIRE, P., 1987.

⁴⁷ PENNA, C., 2014, p. 183.

“um padrão de poder que surgiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de ser limitado a uma relação de poder formal entre dois povos ou nações, em vez disso, refere-se à maneira como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e relações intersubjetivas são articuladas entre si, através do mercado capitalista mundial e a ideia de raça”⁴⁸.

A colonização das Américas não só viu nascer a Modernidade, ou o seu mito, como aponta Dussel, mas também foi palco para o surgimento e consolidação de identidades e categorias mentais, que iriam não só estruturar a sociedade colonial, como permanecer após seu fim. Opressores e oprimidos derivam da lógica de trabalho e alteridades dadas pela colonização.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018) aponta a América

Como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder⁴⁹.

Quijano se refere nesse trecho ao mercado em torno do capital e na concepção de raça para hierarquizar as relações humanas iniciada pela lógica colonial na América. Esse padrão de poder, se baseia, ainda de acordo com Quijano, na diferença subsumida pelos colonizadores entre eles e os colonizados, assim como na lógica de exploração do trabalho posta em prática pelos primeiros.

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial⁵⁰.

A categoria mental raça surge aqui como fundadora das relações sociais da Modernidade/Colonialidade e é a partir dessas relações que se veem criadas identidades que sustentariam, na lógica incutida a elas, a empreitada colonial.

⁴⁸ MALDONADO-TORRES, ANO, p. 131.

⁴⁹ QUIJANO, A., *op. cit.*, p. 227.

⁵⁰ *Idem.*

Associadas primeiramente às relações de domínio e hierarquia “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”⁵¹: Os que dominavam, superiores na verticalidade hierárquica colonial: o europeu (espanhol, português) e os inferiores: povos originários e africanos escravizados – futuramente também os mestiços.

Quijano acredita que o deslocamento, o passo seguinte, a ligação da raça à cor da pele, fora inicialmente estabelecida no espaço da colonização britânica na América:

Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em consequência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos⁵².

Na diferença imposta pela colonização entre o domínio do branco e a subalternização do negro e do *indígena*, tanto na lógica da construção social quanto na exploração do trabalho, podemos exemplificar a *colonialidade do poder*. Termo criado por Quijano, *colonialidade do poder*, é de grande importância ao pensamento decolonial, que percebe na retroalimentação dessa lógica a “interrelação entre as formas modernas de exploração e dominação e o processo europeu de expansão colonial”⁵³.

“Além de operar desigualdades sociais, [...] cumpre funções mais amplas de dominação como ideologia de hegemonia ocidental que transmite e reproduz o processo de desumanização dos povos dominados. Essa ideologia sofre mutações de acordo com as condições históricas, demonstrando-se flexível e extremamente sutil, atuando por meio de representações sociais em nível do subconsciente ou do imaginário social”.

A parte das formas de relacionamento criadas com a Modernidade/Colonialidade, consequências da conquista europeia das Américas, a noção criada de uma dicotomia hierárquica, superior-inferior, baseada na categoria de raça, também criou uma lógica distinta de valorização e compreensão do conhecimento.

⁵¹ QUIJANO, A., 2005, P. 228.

⁵² *Idem.*

⁵³ ASSIS, W. F.T., 2014, p. 615.

“O conceito de raça lançou outra consequência que já havia sido mencionada e que está também na base do conceito de colonialidade do poder. Não se tratou apenas da superioridade étnica do europeu, mas também da superioridade epistêmica. Todas as formas de produzir o conhecimento por parte dos indígenas e negros, assim como outras culturas depois, foram consideradas inúteis”⁵⁴.

É nesse contexto que se instaura a lógica do eurocentrismo. “Da perspectiva epistemológica, o saber e as histórias locais europeias foram vistas como projetos globais”⁵⁵ em contraposição aos demais espaços. “O que marca o modelo ocidental-europeu [eurocêntrico] é sua definição como parâmetro único forçosamente aplicável a toda humanidade”⁵⁶. Durante a colonização ao não-europeu foi assumido um estado de natureza, de primitividade, e ao europeu o ápice da história humana, da civilização.

Passou-se a referenciar a história da civilização como uma trajetória onde o início estaria relegado à africanos escravizados e povos originários da América em seu suposto estado de natureza e seu fim a Europa, ao europeu. O eurocentrismo procura dar sentido as diferenças entre europeus e não-europeus a partir dessa ideia de um ponto zero e um ápice e não só pela lógica do poder instaurada pela dominação colonial.

Generalizadas as identidades heterogêneas de negros, *indígenas*, do não-europeu, sob a lógica da exploração e controle de trabalho, assim como da concepção de raça, passou-se ao controle epistêmico da colonização. Equivalentes ao controle do trabalho em torno da Europa,

todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento⁵⁷.

⁵⁴ SOTO, D. P., 2008, p. 23. Texto original: “El concepto de raza arroja otra consecuencia que ya ha sido mencionada y que está también en la base del concepto de colonialidad del poder. No sólo se trató de superioridad étnica del europeo, sino también de superioridad epistémica. Todas las formas de producir conocimientos por parte de los indígenas y los negros, así como otras culturas después, fueron consideradas inservibles”.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ NASCIMENTO, E. L., 2003, p. 59.

⁵⁷ QUIJANO, A., *loc. cit.*, p. 231.

Ao centrar na Europa o lugar do conhecimento, produziu-se mais uma violência entre as já impostas pela colonização. Procurou-se reprimir e expropriar as culturas dos povos colonizados e tudo que as envolvia, assim como forçar sua adesão a cultura e lógica do conhecimento europeu.

Em “*As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*”, Darcy Ribeiro, outro brasileiro preocupado em desconstruir padrões que permaneceram nas sociedades latino-americanas, principalmente no Brasil, pós período colonial, aponta como o centramento do conhecimento na Europa construiu também no imaginário do colonizado a autopercepção de um ser inferior

Do mesmo modo que a Europa levou várias técnicas e invenções aos povos presos em sua rede de dominação... ela também os familiarizou com seu equipamento de conceitos, preconceitos e idiossincrasias, referentes simultaneamente à própria Europa e aos povos coloniais.

Os colonizados, privados de sua riqueza e do fruto de seu trabalho sob a dominação colonial, sofreram, ademais, a degradação de assumir como sua a imagem que era um simples reflexo da cosmovisão europeia. Que considerava os povos colonizados racialmente inferior porque eram negros, ameríndios ou “mestizos”. Mesmo as camadas mais inteligentes dos povos não-europeus acostumaram-se a enxergar-se e a suas comunidades como uma infra-humanidade, cujo destino era ocupar uma posição subalterna pelo simples fato de que a sua era inferior à da população europeia⁵⁸

Assim como a colonialidade do poder, a *colonialidade do saber* repercute até os dias atuais nas sociedades em geral, mas principalmente nas latino-americanas. Isso ocorre ao se ter os pensadores europeus, do norte, como referência sempre presente, relegando aos pensadores das antigas colônias, ao sul, apenas a possibilidade de articular o pensamento eurocêntrico ao mundo da vida de suas comunidades.

Uma crítica comum feita pelo decolonialismo se dá às ciências humanas e sociais. Vê-se nelas, desde sua formação, um espaço para a exposição e em seguida para o aprofundamento das lógicas convenientes à subalternização e ao apagamento dos conhecimentos locais, sendo estes então substituídos pelo europeu, tornado

⁵⁸ RIBEIRO, D., 1968, p. 63.

global pela colonização⁵⁹. Aprofundaremos essa discussão em um próximo momento do texto.

Retornando a Freire, em “*A pedagogia do oprimido*”, 1968, ele apresenta como “manifestação da conquista”⁶⁰ a “invasão cultural”⁶¹, essa conduzindo a compreensão de uma “inautenticidade do ser”⁶² daqueles que são invadidos. Para tal percepção procura-se pelos invasores em “sua ânsia de dominar, de amoldar os invadidos os seus padrões, a seus modos de vida”⁶³, descredibilizar a subjetividade do invadido em prol da sua.

A moderna cultura ocidental – em outras palavras o triunfo da humanidade absoluta – dá-se a partir de um ordenamento espacial centrado na Europa. Dessa maneira, o ‘ser humano universal’, criado a partir de uma concepção cultural reflete as realidades do universo burguês europeu, gerava necessariamente um ‘inumano universal’, a outra face da moeda, capaz de abrigar todos os qualificativos referentes a um ‘não-homem’: bárbaros, negros, selvagens. (1999:54)⁶⁴

Esse processo se torna possível pela interiorização de conceitos e compreensões do colonizador na vida do colonizado. Pela *colonialidade do ser*. Um desdobramento inevitável das colonialidades do poder e do saber, que surge como mais uma forma de reprogramar o dominado pelo viés do dominador.

O colonizado, o oprimido, se vê inferiorizado a partir da quebra da concepção do seu valor intrínseco, o que Freire chama de *autodesvalia*: “introjeção que fazem eles [invadidos, oprimidos] da visão que deles se têm os opressores”⁶⁵. A construção desse indivíduo, que passa pelo seu domínio e descredibilização culmina na colonização desse ser. E essa compreensão que Freire chega, é compartilhada por A. Quijano e W. Mignolo, na *colonialidade do ser*, se referindo a ela como a experiência vívida da colonização e seu impacto na linguagem.”⁶⁶.

⁵⁹ MIGNOLO, W., 2003, p. 41.

⁶⁰ FREIRE, P., 1987, p. 86.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ SODRÉ, M. apud. NASCIMENTO, E. L., 2003, p. 67

⁶⁵ FREIRE, P., *op.cit.*, p. 28.

⁶⁶ MALDONADO-TORES, N., *loc. cit.*, p. 130.

1.3 O pensamento decolonial no Brasil

As primeiras movimentações em prol de um pensamento *sui generis* decolonial, ocorridas a partir de 1998, chegam ao Brasil a partir da primeira década dos anos 2000. Sua presença, entretanto, só passa a ser significativa na década seguinte. Surgem aqui juntamente com a expansão das discussões ligadas ao giro decolonial e a divulgação dos trabalhos/pesquisas dos membros do Grupo Modernidade/Colonialidade. Entretanto nenhum brasileiro passou a compor o grupo.

O que deve ser apontado de imediato é que o Brasil “não povoa o imaginário pós-colonial e decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade. [...] O Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana”⁶⁷. Geograficamente o Brasil, ocupa espaço dentro do que é considerado por alguns como a América Latina, a América do Sul, entretanto, desde a colonização sua existência se distingue dos demais países do subcontinente.

O uso do termo América Latina, que tem seu início na França no século XIX⁶⁷, foi por muito tempo utilizado como sinônimo de América hispânica. O Brasil, antiga América Portuguesa, não comporia então a latino-américa.

[...] nenhum dos políticos, intelectuais e escritores hispano-americanos que primeiro utilizaram a expressão “América Latina”, e nem seus equivalentes franceses e espanhóis, incluíam nela o Brasil. “América Latina” era simplesmente outro nome para *América Española*.

Por parte dos escritores e intelectuais brasileiros, apesar de reconhecerem a herança ibérica e católica que o Brasil e a América Espanhola têm em comum, também estavam cientes das diferenças que os separavam: a geografia, a história (a luta de Portugal para se manter independente da Espanha e as formas distintas de colonização da América Portuguesa e da América Espanhola), a economia e sociedade brasileiras baseadas na agricultura e escravatura e, acima de tudo, a língua, a cultura e as instituições políticas⁶⁸.

Essa divisão iniciada com os antigos Impérios colonizadores do território, se manteve ao longo do tempo, não só pelo que é apontado acima, mas também por

⁶⁷ BETHELL, L., 2009, p. 290. Existem outras vertentes sobre a compreensão do que é a América Latina, entre elas, diretamente contrária as compreensões de Leslie Bethell, pode se localizar Katia Gerab Baggio em “O retorno de uma “velha” questão: pensar o Brasil na América Latina. Um diálogo com Leslie Bethell”, 2012, entre outros que devem ser consideradas.

⁶⁸ *Ibidem.*, p. 293.

aproximações e distanciamentos com o Estados Unidos⁶⁹, com disputas internas na América do Sul, etc.

A questão da inclusão ou não do Brasil dentre aqueles países que compõe a América Latina é ainda muito discutida⁷⁰, no momento não nos deteremos no assunto, mas entenderemos que para o Grupo Modernidade/Colonialidade a lógica da distinção é como se compreende o Brasil na latino-américa. Luciana Ballestrin acredita que o grupo fora atingido por um “complexo de Colombo”⁷¹, “Assim, ele privilegia[ria] a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa e chama pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, à exceção dos Estados Unidos”⁷².

Não se sabe com total certeza o motivo da ausência de um brasileiro entre os renomados pensadores decoloniais, mas apesar desses questionamentos e suas possíveis respostas, o pensamento decolonial pouco a pouco entra no Brasil como o viés reflexivo de várias áreas. Em uma breve pesquisa é possível reconhecer sua presença, principalmente na sociologia e em discussões de cunho político e jurídico.

Luciana Maria de Aragão Ballestrin, Adelia Miglievich Ribeiro e Fernanda Frizzo Bragato representam os interessados no pensamento pós-colonial e decolonial no Brasil, com ênfase em Ciências políticas, Sociologia e Direito. As três são professoras universitárias que lecionam na graduação e nos programas de pós-graduação de suas instituições, respectivamente, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Espírito Santos e Unisinos. Elas vem elaborando pesquisas e trabalhos em suas áreas a partir das possibilidades do pensamento decolonial para o caso brasileiro.

Luciana Ballestrin é cientista política e professora, atual coordenadora do grupo “*Subalternidades globais*”, anterior “*De-colonização e América Latina*”, formado em 2012 na UFPel. O grupo indexado no diretório do CNPq apresenta pesquisas na área de ciências políticas e ciências humans, com ênfase em “1)

⁶⁹ *Ibidem.*, p. 292, 296, 302, et. al.

⁷⁰ CARVALHO, J. M., 1998; PRADO, M. L. G., 2001; ARDAO, A., 1986; FERES JÚNIOR, J., 2005; BETHELL, L., 2009; et. al.

⁷¹ BALLESTRIN, L., 2013, p. 111.

⁷² *Idem.*

Estudos subalternos e decoloniais na América Latina; 2) Pós-colonialismo e Feminismo; 3) Pós-colonialismo, Feminismo e Relações Internacionais; 4) Pós-colonialismo e Teoria Política Contemporânea; 5) Democracia e Justiça”⁷³. Atualmente o grupo se compõe de 20 membros entre estudantes graduandos e pós-graduandos e pesquisadores.

É de Ballestrin a autoria do artigo “*América Latina giro decolonial*”, 2013, um dos primeiros textos de entrada do pensamento decolonial no Brasil. O artigo apresenta as teses centrais do grupo Modernidade/Colonialidade, seus membros e suas potencialidades para as ciências sociais. Atualmente Ballestrin discute feminismo e democracia a partir dos vieses decolonial, subalterno e pós-colonial.

Adelia Miglievich Ribeiro, doutora em sociologia, é também pesquisadora vinculada ao grupo “*Subalternidades Globais*”, assim como ao “*Laboratório de Estudos de História Política e das Ideias*”, o LEPHI, da UFES, que tem vinte anos de existência. Adelia Miglievich-Ribeiro co-coordenou a coletânea “*Crítica Pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas*”, publicada em 2013 pela Editora 7 Letras. A coletânea com dezenove artigos, tem como “tema central, a vasta paisagem colonial, de tantas formas de subordinação”⁷⁴.

Miglievich-Ribeiro procura trabalhar a obra de Darcy Ribeiro em paralelo as teorias pós-coloniais, decoloniais e de subalternidade, fazendo um paralelo entre Darcy Ribeiro, Enrique Dussel e Walter Mignolo, em artigos como “*Darcy Ribeiro e a crítica pós-ocidental de Walter Mignolo: notas sobre processos civilizatórios nas Américas*” (2012) e “*O pensamento crítico acerca da universidade na América Latina: de Darcy Ribeiro à “modernidade-colonialidade”*” (2014) .

Fernanda Frizzo Bragato, pós-doutora em direitos humanos, co-coordena o grupo “*Fundamentação Ética dos Direitos Humanos*”, além de ser membro do grupo “*Pós-colonialidade e Integração Latino Americana*”, fundado em 2012 na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA. O grupo discute

⁷³ CNPq. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2331559534445951> Acesso em: 07/2018

⁷⁴ SILVA, S.J., 2015, p. 511.

direitos humanos e pós-colonialidade aplicadas ao contexto latino-americano e das comunidades originárias.

Fernanda Bragato mantém atualmente suas atenções voltadas para as comunidades originárias e suas questões territoriais, assim como as questões democráticas da América Latina. Suas reflexões partem da lógica decolonial e dos direitos humanos. Desde 2012 publica em inglês e português artigos que elaboram o decolonial além de participar de coletâneas como “Decolonialidade e Constitucionalismo na América” (2015). Bragato é autora do verbete “*Colonialismo*” na Enciclopédia da Constituição Portuguesa (2013).

Bragato coordenou o I e II *Seminário Internacional Pós-colonialismo, Pensamento Decolonial e Direitos Humanos na América Latina*, ocorridos respectivamente em 2013 e 2017 na Unisinos, onde se procurou aglutinar pensadores nacionais e internacionais em torno das possibilidades do pensamento pós-colonial e decolonial.

Afora os casos de Ballestrin, Ribeiro e Bragato, uma primeira pesquisa aponta a presença no Brasil de teses em variadas áreas tratando de seus assuntos ancorados à decolonialidade. São trabalhos no Direito, nas áreas de Educação, Sociologia, Letras, Ciências Econômicas, Linguística, Artes, assim como em trabalhos que tratam sobre gênero, raça, feminismo, etc. É possível, a partir da ferramenta de análise de dados da empresa Google, o *Google Trends*, disponível para ao público geral, visualizar em escala local e global a crescente procura pelo termo “decolonial” na plataforma de pesquisas da mesma empresa.

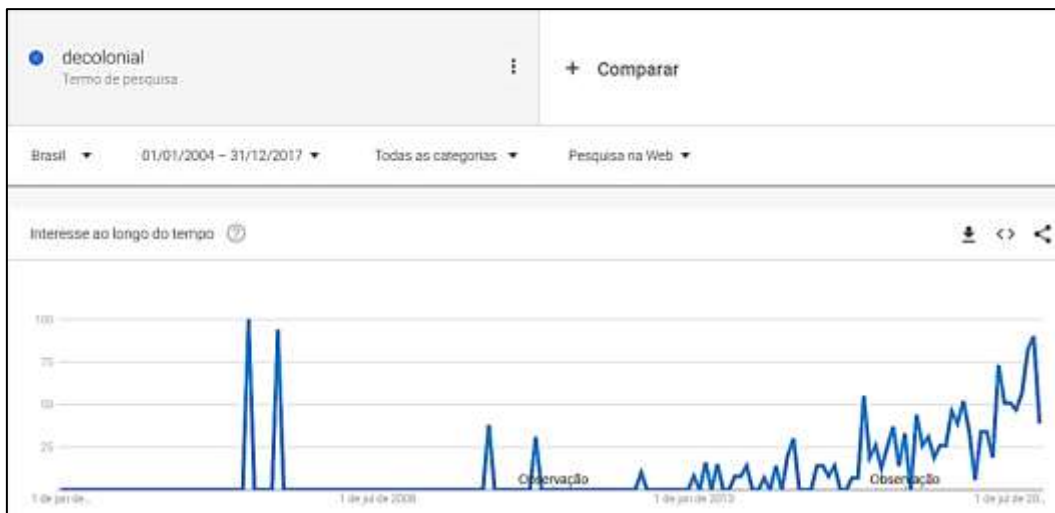


Figura 1: Gráfico demonstrativo das pesquisas do termo decolonial na busca do Google no Brasil (2004-2017) – A primeira aparição da consulta nos dados do Google Trends no Brasil do termo aconteceu em setembro de 2006./ <https://trends.google.com.br>



Figura 2: O Google Trends aponta os estados da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul como os espaços de maior busca do termo./ <https://trends.google.com.br>

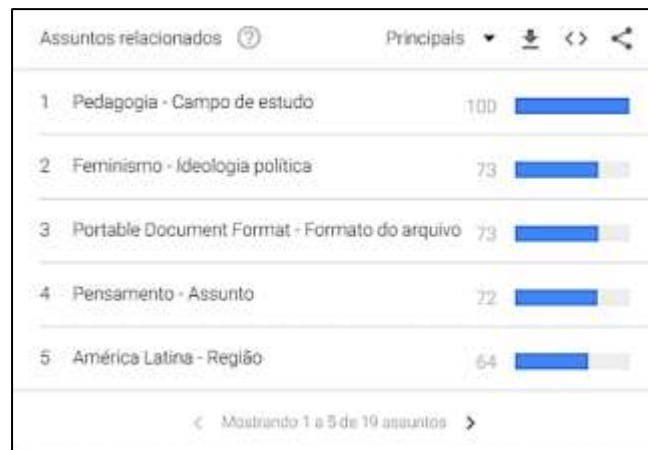


Figura 3: Os assuntos relacionados na busca do termo decolonial em destaque são "Pedagogia", "Feminismo", "Pensamento" e "América Latina." <https://trends.google.com.br>



Figura 4: No mesmo período (2004*-2017) a busca pelo termo decolonial em perspectiva global na base de dados do Google Trends. *A plataforma só consegue computar dados a partir de 2004. <https://trends.google.com.br>



Figura 5: O Google Trends aponta os seguintes países como áreas de pesquisa pelo termo decolonial: Estados Unidos, Canadá, Venezuela, Colômbia, Chile, Paraguai, Argentina, Brasil, África do Sul, Austrália, Espanha, França, Alemanha e Reino Unido. / <https://trends.google.com.br>



Figura 6: Os assuntos relacionados à pesquisa do termo são “Pensamento”, “Teoria”, “Feminismo”, “Walter Mignolo” e “América Latina”. As consultas relacionadas à pesquisa do termo são: “Giro decolonial”, “Pensamento decolonial”, “Decolonial love”, “Decolonial Theory”. / <https://trends.google.com.br>

No tocante à história e à historiografia no e do Brasil, a lógica inerente ao decolonial, ainda é pouco presente. Entretanto, compreendemos o decolonialismo como mais uma possibilidade para a construção de narrativas históricas, em específico no que concerne a história das populações originárias brasileiras e a escrita da história sobre elas.

Ao entender o pensamento decolonial como viabilizador da evidência de vários mundos possíveis, outrora silenciados por uma lógica padronizante, nos deparamos com as discussões críticas sobre a *História Única*. Vemos então na

comunhão dessa crítica com as visões expostas pelos decolonialistas um caminho possível para a historiografia.

1.4 “História única” e a possibilidade do decolonial para a historiografia

Chimamanda Ngozi Adiche é uma escritora nigeriana, com vários livros publicados e premiados. Suas obras perpassam pela realidade da Nigéria contemporânea, assim como pelo seu passado recente, tratam também como espelho da vida da autora, que hoje vive entre a Nigéria, a Inglaterra e os Estados Unidos, da vivência nesses países. Falam ainda sobre conflitos, religião, raça, identidade, assim como sobre gênero e feminismo.

Em 2009, na conferência global do TED⁷⁵, “*The substance of things not seen*” (A substância das coisas não vistas), ocorrida em julho em Oxford no Reino Unido, Chimamanda Ngozi Adichie, na sessão bônus apresentou a fala “*The danger of a single story*” (O perigo de uma história única). Sua fala é uma das mais vistas quase uma década depois entre as apresentadas no TED. Sua fala, disponível no site do TED e no Youtube, conta, somando as duas plataformas, com mais de 18 milhões de visualizações⁷⁶.

No início da conferência, Chimamanda Adichie traz seus ouvintes para sua infância como leitora ávida e escritora precoce. Filha de um professor e de uma administradora que trabalhavam em uma universidade, Adichie afirma que pertencia à classe média e que em sua casa havia uma empregada doméstica. É nesse período em que os sutis problemas de uma história única começam a se apresentar para ela.

⁷⁵ “O TED é uma organização sem fins lucrativos dedicada a disseminar idéias, geralmente na forma de falas curtas e poderosas (18 minutos ou menos). O TED começou em 1984 como uma conferência em que Tecnologia, Entretenimento e Design convergiam, e hoje abrange quase todos os tópicos - de ciência a negócios a questões globais - em mais de 100 idiomas. Enquanto isso, os eventos do TEDx, administrados independentemente, ajudam a compartilhar idéias em comunidades do mundo todo.” (Tradução livre de conteúdo presente no site da organização na área “About Ted”). Para saber mais e acessar as conferências do TED e TEDx, acesse: <https://www.ted.com/>

⁷⁶ Desconsideramos aqui as cópias em outros perfis não relacionados ao TED no Youtube da apresentação de Ngozi Adiche.

Primeiro, sob influência de suas leituras, Adichie em suas primeiras histórias refletia um mundo diferente do seu, pois era assim que ela compreendia como deveria ser um livro, uma história:

quando comecei a escrever, por volta dos sete anos, histórias com ilustrações em giz de cera, que minha pobre mãe era obrigada a ler, eu escrevia exatamente os tipos de histórias que eu lia. Todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis. Eles brincavam na neve. Comiam maçãs. E eles falavam muito sobre o tempo, em como era maravilhoso o sol ter aparecido.⁷⁷

Entretanto, em seguida, ela reflete:

Agora, apesar do fato que eu morava na Nigéria. Eu nunca havia estado fora da Nigéria. Nós não tínhamos neve; nós comíamos mangas. E nós nunca falávamos sobre o tempo porque não era necessário⁷⁸.

Em outro momento, ela fala da família de um garoto que trabalhava em sua casa. Sua mãe dizia sempre que eles eram pobres e lhes enviava as roupas usadas e comida e repreendia aos filhos: "Termine sua comida! Você não sabe que pessoas como a família de Fide não tem nada?"⁷⁹.

Então, num sábado, nós fomos visitar a sua aldeia e sua mãe nos mostrou um cesto com um padrão lindo, feito de ráfia seca por seu irmão. Eu fiquei atônita! Nunca havia pensado que alguém em sua família pudesse realmente criar alguma coisa. Tudo que eu tinha ouvido sobre eles era como eram pobres. Assim, havia se tornado impossível, pra mim, vê-los como alguma coisa além de "pobres". **Sua pobreza era minha única história sobre eles**⁸⁰.

Adichie se encontrara influenciada em suas leituras e na visão que produziu da família de Fide, por narrativas simplistas que não abrangiam a realidade nem dela, nem da família de Fide. Posteriormente, ao ir da Nigéria para os Estados Unidos para a universidade, ela entraria em contato com outra dessas narrativas. Essa,

⁷⁷ ADICHIE, C. N., 2009, 0' 27".

⁷⁸ ADICHIE, C. N., 2009, 1' 14".

⁷⁹ *Ibidem*, 2009, 3' 35".

⁸⁰ *Ibidem.*, 3' 45" – 4' 10". (Grifos meus).

a narrativa que sua colega de quarto havia adquirido como verdadeira e única sobre a África e a realidade das pessoas que lá viviam.

Eu tinha 19 anos. Minha colega de quarto americana ficou chocada comigo. Ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem e ficou confusa quando eu disse que, por acaso, a Nigéria tinha o inglês como sua língua oficial. Ela perguntou se podia ouvir o que ela chamou de minha "música tribal" e, conseqüentemente, ficou muito desapontada quando eu toquei minha fita da Mariah Carey!

[...]

O que me impressionou foi que: ela sentiu pena de mim, antes mesmo de ter me visto. Sua posição padrão para comigo, como uma africana, era um tipo de arrogância bem-intencionada, piedade. **Minha colega de quarto tinha uma única história sobre a África. Uma única história de catástrofe. Nessa única história não havia possibilidade de os africanos serem iguais a ela, de jeito nenhum.** Nenhuma possibilidade de sentimentos mais complexos do que piedade. Nenhuma possibilidade de uma conexão como humanos iguais⁸¹.

Chimamanda Adichie, após anos morando nos Estados Unidos, percebeu que se ela não tivesse nascido na Nigéria, era muito provável que ela tivesse a mesma imagem sobre a África que sua colega:

se tudo que eu conhecesse sobre a África viesse das imagens populares, eu também pensaria que a África era um lugar de lindas paisagens, lindos animais e pessoas incompreensíveis, lutando em guerras sem sentido, morrendo de pobreza e AIDS, incapazes de falar por eles mesmos e esperando serem salvos por um estrangeiro branco e gentil. Eu veria os africanos do mesmo jeito que eu, quando criança, havia visto a família de Fide. **Eu acho que essa única história da África vem da literatura ocidental**⁸².

Com o passar do tempo, ainda foi questionada por um professor, por suas histórias não serem “autenticamente africanas”⁸³. Ele disse que as suas personagens “pareciam-se muito com ele, um homem educado de classe média. Minhas personagens dirigiam carros, elas não estavam famintas. Por isso, elas não eram autenticamente africanas”⁸⁴.

⁸¹ADICHIE, C. N., 2009, 4’ 19” – 5’ 19”. (Grifos meus).

⁸²*Ibidem.*, 2009, 6’ 10”. (Grifos meus).

⁸³*Ibidem.*, 2009, 7’ 76”.

⁸⁴*Ibidem.*, 2009, 8’ 07”.

Adichie, por sua vez, ao visitar o México, saindo dos Estados Unidos, percebeu, como mais uma vez, o que havia ocorrido em relação a sua compreensão da vida de Fide, ocorria agora ao entrar em contato com a realidade mexicana, distante das narrativas estadunidenses construídas sobre.

[...] como frequentemente acontece na América, imigração tornou-se sinônimo de mexicanos. Havia histórias infundáveis de mexicanos como pessoas que estavam espoliando o sistema de saúde, passando às escondidas pela fronteira, sendo presos na fronteira, esse tipo de coisa.

Eu me lembro de andar no meu primeiro dia por Guadalajara, vendo as pessoas indo trabalhar, enrolando *tortillas* no supermercado, fumando, rindo. Eu me lembro que meu primeiro sentimento foi de surpresa. E então eu fiquei oprimida pela vergonha. Eu percebi que eu havia estado tão imersa na cobertura da mídia sobre os mexicanos que eles haviam se tornado uma coisa em minha mente: o imigrante abjeto. **Eu tinha assimilado a única história sobre os mexicanos**, e eu não podia estar mais envergonhada de mim mesma⁸⁵.

Adichie então conclui o quão poderosas e danosas são essas narrativas simplistas e excludentes, produzidas por uma compreensão enviesada e única de um indivíduo, de um povo, de uma nação, de um continente: “mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão”⁸⁶, e tudo isso é indissociável da lógica de poder.

É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é *nkali*. É um substantivo, que livremente se traduz: "ser maior do que o outro." Como nossos mundos econômicos e políticos, histórias também são definidas pelo princípio do *nkali*. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder.

Muitas, senão todas, as narrativas desenvolvidas durante o período colonial são elaboradas pela relação de poder e compreensão de uns de serem superiores a outros. Esse processo de alteridade excludente é o principal motor para a alienação de um grupo. Histórias únicas são um “acúmulo de estereótipos que pouco

⁸⁵ADICHIE, C. N., 2009, 8' 40" – 9' 22". (Grifos meus).

⁸⁶*Ibidem.*, 2009, 9' 26".

explicam, reconstroem ou elucidam a realidade”⁸⁷, são “reconstruções do passado que oscilam entre o encantamento e a depreciação”⁸⁸.

Assim como Ana Mônica Lopes, em “*Múltiplos olhares sobre história única*”, afirma que “a história da África seria então elaborada a partir do outro e para o outro”⁸⁹, podemos conceber que a história escrita sobre as populações originárias brasileiras também segue o mesmo plano: onde as narrativas são escritas a partir e para o outro, a partir de noções incutidas de poder e dominação.

A história da África que chegara à colega de quarto de Adichie era uma narrativa escrita a partir e para o observador que não tinha acesso a realidade múltipla do continente. Da mesma forma, entendemos, que as narrativas compostas sobre as populações originárias do Brasil, foram elaboradas e absorvidas não só no período colonial, mas já no Império e na República, chegando a nós, a partir de uma lógica hierarquizante, em suas amplas apresentações, surgidas no exterior das populações e feitas para serem lidas também pela sociedade envolvente.

A possibilidade decolonial, que propõe a crítica das narrativas, histórias e constructos sociais ligados a colonialidade, é entendido por nós como um espaço de saída. Uma porta que se abre para refletirmos sobre a necessidade de nós nos desfazermos das lógicas raciais, sexistas e aristocráticas que teimam em se manter presentes mesmo após anos do fim do pacto colonial com o apagamento de outras histórias possíveis e consequentemente de mundos vários.

Consideramos a crítica à essas narrativas excludentes, a partir das compreensões internas do pensamento decolonial, como possibilidade viável para se propor um espaço efetivo de diálogo. Espaço em que as populações originárias brasileiras, que lutam até hoje para recuperar a parte que ainda é possível após anos de exclusão e subalternização – suas narrativas, suas culturas, suas identidades, seu lugar de enunciação – tenham ouvidas suas contestações e para que também a sociedade envolvente supere a história única, generalizante e estereotipada que foi construída e interiorizada sobre a pluralidade que ainda re-existe no Brasil.

⁸⁷LOPES, A. M., 2018, p. 2 (no prelo).

⁸⁸*Idem.*

⁸⁹*Idem.*

Capítulo 2: Preâmbulos da construção de uma história única sobre as populações originárias brasileiras: Século XIX

O processo de colonização empreendido na América Portuguesa passou por inúmeras fases e se integrou fortemente a nacionalidade, tanto que muito dos seus padrões se mantiveram ativos após a emancipação política, no Império e depois na República, chegando aos dias atuais. Essa permanência, exemplo da colonialidade, incidiu principalmente sobre as populações originárias brasileiras a partir da sociedade que passou as envolver.

A invasão do território que hoje é o Brasil pelos navegadores portugueses produziu o genocídio de grande parte do contingente populacional aqui existente. De maneira mais ou menos constante o contato traz perdas aos povos originários até os dias atuais. Invasões de terras, doenças, catequese, etc., ainda são junto com o atentado direto à vida, muitas vezes com sucesso, formas perenes de ação dos *brancos* desde o século XVI em relação a esses povos.

Uma das formas de exclusão e silenciamento, trazidas à discussão, dessas populações se apresenta na tomada de poder pelos brancos em narrar suas histórias menosprezando-as, em construir sua imagem em estereótipos, em trazê-los para a historiografia e para a sociedade de forma extremamente marginal. Uma história única que desprivilegia, tal qual uma arma e faz sumir do território brasileiro seus povos primevos.

Consideramos, apoiados pela historiografia sobre o tema⁹⁰, que, dentro do projeto nacional do Império e da presença da imagem dos povos originários como ponto central na lógica da singularidade, duas vertentes podem ser explicitadas. Uma perceptível pelas escolhas narrativas apresentadas por Francisco Adolfo de Varnhagen e outra exposta pelas escolhas feitas dentro do Romantismo brasileiro.

⁹⁰ PAULO de ALMEIDA, H; ALMEIDA, M; TURIN, R; KODAMA, K; LIMA, I.S; et.al.

Neste segundo capítulo da dissertação nos propomos a expor e analisar a construção da imagem dos povos originários que levou a uma história única a partir de continuidades que remontam à colonização e que chegam à contemporaneidade. Dentro do discurso historiográfico brasileiro acreditamos ser possível localizar o adensamento dessas representações intencionadas já após a Independência e de certa forma impulsionados por ela.

No interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criado em 1838 e no seu entorno, letrados brasileiros se debruçaram sobre a temática da nação e não puderam deixar de lado a presença no Império da população originária. A constituição de uma nação singular e soberana era um propósito comum naquele momento. A questão pairava sobre a que nível esse objetivo estaria em sintonia com a presença e representação dos povos originários.

A partir dos oitocentos, precisamente após 1822, o Brasil foi chamado à sua nacionalidade em um processo que se iniciara com a vinda da família Real Portuguesa⁹¹ e que culminaria, como o paulatino enfraquecimento do pacto colonial, no Império do Brasil. Revelação e ocultação se tornam questões em pauta para aqueles intelectuais que se propuseram e se impuseram, também de forma política, a auxiliar a construção da consciência que se queria nacional⁹².

A população brasileira à época da emancipação política contava com três raças mais distintas e a miscigenação entre elas⁹³. Como é sabido, entretanto, foi dentro de um “ideal de civilização, de herança europeia, que a classe senhorial

⁹¹ CARVALHO, J. M., 2012, p. 20.

⁹² RÜSEN, J., 2001, pp. 54-67

⁹³ É interessante saber que um recenseamento geral, só veio a ocorrer no início dos anos de 1870, mesmo que sua necessidade já tenha aparecido na sessão inicial da primeira legislatura do Império em 1826. CHALHOUN, Sidney. População e Sociedade. In: História do Brasil Nação: 1808-2010 Volume 2: A Construção Nacional 1830-1889. José Murilo de Carvalho (Coordenação). Rio de Janeiro: Fundação Mapfre: Ed. Objetiva, 2012, pp.37- 81. Em 1854 e 1862 foram feitas as contagens globais na Província de Minas Gerais. Mariana contava com 49.000 livres e 11.000 escravos em 1854, e em 1862, 16.513 livres e 4.420 escravos - essa diminuição pode vir a ser justificada talvez pelo tamanho do território: em 1854, Mariana ia até o Espírito Santo. Os indígenas não eram contabilizados de forma explícita, “Sobre o número dos indígenas existentes na província nada se pode afirmar com certeza. [...] o número de errantes não passa, persuado-me a 8.000 cabeças”. GERBER, H. Etnographia. In: Noções Geographicas e Administrativas da Província de Minas Gerais (Publicada em virtude do art. 21 da lei nº 1164 de 16 de outubro de 1861). Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuziner, 1863, pp. 23-26.

tentou pavimentar o seu caminho na construção da unidade política do Brasil como Estado independente, sob um regime monárquico-escravista”⁹⁴.

As mudanças após a emancipação não foram imediatas, ou por vezes, entendidas como necessárias. A continuidade de projetos do período colonial pode de imediato aparecer na manutenção do sistema monárquico, sob a proteção de um Bragança, assim como a opção da conservação da escravidão até o fim do período Imperial.

Dessa forma, não seria surpresa, mas sim algo perceptível, que não se encontrariam no foco majoritário, discussões sobre a relevância da parte da população escravizada, predominantemente negra, vinda do continente africano e que também circulava pelo território através do comércio interno. Sobre esse estrato mantivera-se restrito o aspecto da mão-de-obra escrava⁹⁵.

Por outro viés, o europeu se achava na existência portuguesa, e por mais que houvesse uma continuidade de hábitos sociais e políticos, essa conexão denotaria uma relação estrita com a qual se queria deixar de lado: um passado de condição (político-econômica) colonial, um passado distinto daquele que se queria intensificar e significar em sentido naquela comunidade recém-independente.

A distinção entre o passado e o que se ansiava para o presente e futuro do Império brasileiro se pautava em muitos aspectos. A essência estava de início no distanciamento do Império de Portugal. A sombra da condição colonial no passado brasileiro bloqueava a luz da novidade, da real emancipação. Esse distanciamento não seria pautado imediatamente pela passagem do tempo, obviamente impossível, mas sim por um distanciamento afetivo, de experiências⁹⁶.

Se se optava, por escolha política, por essa distância de forma mais ou menos ampla⁹⁷ e se excluía uma parte específica de homens e mulheres da sociedade, representada pelos escravos, a possibilidade de uma singularidade, de um passado distinto do colonial e lusitano, detentor de características para marcar a especificidade imperial brasileira, pairava sobre a terceira raça que compunha a nação. Essa

⁹⁴ LIMA, I.S., 2008 (2014), p. 217.

⁹⁵ RODRIGUES, J. P., 2008, p. 331.

⁹⁶ RODRIGUES, T. O., 2014, p. 94.

⁹⁷ *Ibidem.*, p. 11.

distância se constituiria, como comprovam a leitura de toda uma historiografia da época imediata⁹⁸, que é corroborada pela discussão do tema na atualidade⁹⁹, a partir de narrativas de presença e ausência sobre as populações originárias.

Sob influência de variada intelectualidade estrangeira¹⁰⁰, os brasileiros que se propuseram a trabalhar com e sobre sua nação recém instituída, eram letrados em geral, poetas, historiadores, etnógrafos, linguistas, etc. Denominações que especificam na atualidade, mas eram comumente, entre esses homens do Império, facetas de cada um daqueles homens. Foi também dentro dessa variedade de visões que o indígena foi sendo absorvido para o interior da nacionalidade.

Compreendemos que as narrativas, históricas e literárias, que se constituíram sobre os povos originários, eram sem exclusão também uma narrativa sobre a sociedade imperial e o momento que viviam de reestruturação. “Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”¹⁰¹. Os letrados brasileiros construíram essas representações a partir da ambivalência da presença e da ausência, das lembranças e esquecimentos, sobre como se queria compreender e constituir a nacionalidade brasileira.

*

Em 1838 é criado no Brasil o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seria a partir do Instituto que uma maior sistematização da narrativa histórica sobre a nação se elaboraria. Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Mattos propuseram sua criação à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O objetivo de sua criação era o de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos”¹⁰², além do contato entre passado e presente de forma sistemática e pragmática.

Visava-se a “construção dos referentes simbólicos em relação aos quais o ‘Brasil’ e o ‘brasileiro’ poderiam e deveriam ser pensados, garantindo tanto um passado [ainda amorfo e marcadamente lusitano] quanto um futuro”¹⁰³. Procurava-

⁹⁸ DENIS, F; MARTIUS, C. F. P.; ABREU E LIMA, I; VARNHAGEN, F.A; et al.

⁹⁹ PAULO de ALMEIDA, H. A.; ALMEIDA, M; TURIN, R; KODAMA, K; LIMA, I.S; et.al.

¹⁰⁰ PAULO de ALMEIDA, H., 2016, p. 36.

¹⁰¹ PESAVENTO, S.J.,2007, p. 21 (pdf)

¹⁰² IHGB, 1838. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>

¹⁰³ TURIN, R., 2011, p. 15.

se pela estruturação de uma história nacional, e consequentemente da nacionalidade da comunidade pretendida para o Império.

Com o objetivo de se escrever a história do Brasil, o IHGB lança, em 1840, um concurso para que se apresentem possibilidades e formas para a construção da narrativa em questão. Vence o concurso a monografia “*Como se deve escrever a história do Brasil*”. Sua autoria é do botânico e viajante naturalista austríaco Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868). Martius estivera no Brasil entre os anos de 1817 e 1821 integrando a expedição científica, a Missão Austro-alemã, que ambicionava coletar dados sobre a fauna e flora brasileira, assim como sobre as populações originárias.

Em 1845, se publica na Revista do IHGB o texto de Martius. No texto, o autor deixa clara sua visão sobre a população brasileira como um todo e também sobre a parcela *indígena*. Para ele, a presença de três raças daria ao Brasil uma história particular¹⁰⁴ e de viés positivo. Uma conjuntura próxima à inglesa, que deveria seu sucesso ao encontro de “povos céltico, dinamarquês, romano, anglo-saxão e normando”¹⁰⁵. Essa constatação não o inibe, entretanto, de dar lugares distintos aos portugueses, *indígenas* e africanos escravizados.

“[...] o Português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu naquele desenvolvimento; o Português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o Português se apresenta como mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para com todos os princípios da Historiografia pragmática, se se desprezasse as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorrem para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população”¹⁰⁶.

Indígenas e africanos seriam forças somadas ao português, “essencial motor”¹⁰⁷. Excluir suas respectivas presenças, diminutas que fossem¹⁰⁸, no que era o Brasil, em sua história, de acordo com Martius, corroboraria para o desconhecimento da nação e de sua construção.

¹⁰⁴ MARTIUS, K.F.P., 1956, p. 442.

¹⁰⁵ *Idem.*

¹⁰⁶ *Idem.*

¹⁰⁷ *Idem.*

¹⁰⁸ PAULO de ALMEIDA, H. A., *loc. cit.*; p. 21.

Especificamente sobre os *indígenas*, a parcela da população da “raça cor de cobre”¹⁰⁹, Martius declara sua decadência assim que lança entre as questões para o historiador ao tratar destes “quais as causas que reduziram a [...] dissolução moral e civil, que neles não reconhecemos senão *ruínas de povos*”¹¹⁰. Assim como quando percebe deles uma história sem épocas distintas, sem monumentos visíveis... Obscura.

Todos esses pontos, corroborando para a imagem decadente do autóctone brasileiro, comum ao período, fato ressaltado por Helena Azevedo Paulo de Almeida¹¹¹, tiram ainda por Martius o aspecto primitivo do homem encontrado entre essa população, sendo estes “senão resíduo de uma muito antiga, posto que perdida história”¹¹². Não primitivos, “como uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina, e dirigido na vereda das suas necessidades e inclinações físicas unicamente”¹¹³, mas decaídos.

O estudo proposto para o *indígena* brasileiro por Martius passava por alguns pontos nodais: Era necessária a comparação com outros aborígenes americanos, “povos vizinhos da mesma raça”¹¹⁴; deveria ser dada grande atenção ao estudo de sua língua. Só a partir desta, seria possível desvelar uma correlação entre os povos e seu passado. A partir de onde também seria possível maior compreensão de suas mitologias, teogonias e geogonias, assim como à suas relações sociais, jurídicas e supranaturais. E por fim suas construções e moradias. Tudo dentro de um viés arqueológico e etnográfico¹¹⁵.

Martius, em seu texto premiado, era um meio termo entre as visões sobre o *indígena*. Em um subcapítulo de “Senhores da História e do Esquecimento” (2008), Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo, fazendo uma leitura das contribuições de Martius para a historiografia e ensino de história do século XIX, lista mais de dez pontos¹¹⁶ que podem ser percebidos como influência das propostas de “*Como se*

¹⁰⁹ MARTIUS, K. F. P. *op. cit.*, p. 444.

¹¹⁰ *Idem.* (Grifo do autor).

¹¹¹ PAULO de ALMEIDA, H. A., 21.

¹¹² MARTIUS, K. F. P. *op. cit.*, p. 444 (Grifo do autor).

¹¹³ *Idem.*

¹¹⁴ *Ibidem.*, p. 445 .

¹¹⁵ MELO, C. F. C. B., 2008, p. 47.

¹¹⁶ Dados pelo parecerista da publicação da dissertação na RIHGB, 1847.

deve escrever a História do Brasil”, dentro do IHGB, do Imperial Colégio Pedro Segundo e das obras que circulavam nesses espaços¹¹⁷.

De um lado Martius concordava com a visão de que era o branco, europeu e português, o detentor de maior poder dentro da relação nação-território, dentro de um “ideal de civilização, de herança europeia”¹¹⁸, já apontado nesse texto. Entretanto o naturalista não deixava de notar a presença, de certa forma, positiva, da população *indígena* para essa conjuntura. E mesmo considerando-os decadentes, não deixava de propor esforços para a compreensão de sua conexão com a humanidade¹¹⁹.

2.1: Os povos originários, indígenas por Francisco Adolfo de Varnhagen

Próximo de algumas das pontuações feitas por Karl F. P. von Martius e na busca por uma história do Brasil apareceria Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Brasileiro por decreto¹²⁰, Varnhagen fora um diplomata sem muitos sucessos, mas inscreveu seu nome na história da historiografia como o “Heródoto brasileiro”. Um viajante profícuo, “com gosto pelo arquivo”¹²¹, ansioso por contar primeiro que outros a história do Brasil.

Como partícipe do grupo interessado na história nacional e na manutenção e constante aprimoramento do Império, Varnhagen publicaria e compilaria ao longo de sua vida várias obras sobre os acontecimentos históricos referentes ao território brasileiro desde a Colônia, chegando ao presente de onde falava. Da mesma forma ele publicaria textos propositivos para a melhoria do Império. Entre essas obras, os povos originários aparecem ora com mais, ora com menos destaque, mas sempre estão presentes.

¹¹⁷ MELO, C. F. C. B., *loc. cit.*, pp. 46-48.

¹¹⁸ LIMA, I. S., 2008, p. 217.

¹¹⁹ WHELING, A. 1994, p.725.

¹²⁰ CEZAR, T., 2007, p. 168.

¹²¹ *Ibidem.*, p. 170.

Mesmo como opositor da participação e presença dos *indígenas* no território imperial, é impossível para Varnhagen não reconhecer no território, desde a chegada dos portugueses até o presente, a presença das populações originárias, como podemos ver nas obras que foram publicadas entre as décadas de 1840 e 1870¹²².

No escopo documental, inserido no período de 1840 a 1870, conseguimos apreender escolhas e compreensões postas em narrativa por Varnhagen sobre os povos originários, tais escolhas reverberariam ao longo da historiografia, assim como no ensino de história¹²³. É a partir dessa continuidade que entendemos seu peso para a história única construída sobre essas populações e sua pertinência para este trabalho.

Para Varnhagen, como era para Martius e outros naquele momento¹²⁴ os povos originários existiam sob a lógica da decadência. Sem escolhas dadas a visível permanência das populações originárias, mesmo que em número inferior ao que existira durante o período colonial, Varnhagen se posicionava de forma pouco ou nada empática a essas populações em suas narrativas.

Se houve algum momento em que Varnhagen tenha se posicionado de forma mais positiva, suas obras não puderam demonstrar. Em 1840, quando viajava pelo interior do Brasil, um acidente mudaria efetivamente sua visão sobre os povos originários. Temístocles Cezar, em “*Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência*” (2007), descreve o ocorrido e suas consequências para a condição do *indígena* no Império, pela visão de Varnhagen:

Nessa viagem [Varnhagen] teve uma experiência que modificou completamente sua perspectiva em relação aos “selvagens”, pelos quais, até aquele momento, nutria uma certa simpatia provocada, sobretudo, pela carta de Caminha. “A minha conversão, o meu horror pela selvageria nasceu em mim em meio dos nossos sertões, e em presença, digamos assim, dessa mesma selvageria.” Na companhia de tropeiros, fora ameaçado por índios “nada menos que na estrada real”, explica na polêmica com João Francisco Lisboa¹²⁵.

¹²² “*Memorial Orgânico*” (1849); “*História Geral do Brasil isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*”. (1854-7); “*L’Origine Touraniennne des Américans Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens*” (1876), et. al.

¹²³ GASPARELLO, A. M., 2004;

¹²⁴ PAULO de ALMEIDA, H. A., *loc. cit.*, p. 26.

¹²⁵ CEZAR, T., *loc. cit.*, p. 168.

Compreensões próximas ao movimento Romântico brasileiro em relação ao indianismo que um dia habitaram Varnhagen se esvaeceram naquele dia, tornando-o crítico daqueles que viam de forma positiva o *indígena* brasileiro.

Anti-romântico? No início da sua trajetória intelectual, com certeza, não. Suas relações com Alexandre Herculano e a colaboração com o *Panorama* são indicadores seguros. Depois, sua postura crítica em relação aos índios o afastou desta versão brasileira do romantismo. Apesar disso, ele parece guardar preceitos da atmosfera romântica, desde, por exemplo, a busca pelo original e pelo nacional até a paixão pelas viagens¹²⁶.

Para Varnhagen, a população branca de origem europeia era assim como para Martius, o “mais poderoso e essencial motor”¹²⁷ para o que se queria o Império. A civilização, como um bem essencial à sociedade que se construía, encontrava-se na população que mantinha relações de herança com a Europa.

Varnhagen, entretanto, não vê possibilidade para o *indígena*, assim como para o negro, na construção da nação. Bárbaros e decadentes, os indígenas não se assimilariam aos povos que de seu encontro deram características aos ingleses, como apontado por Martius, mas sim invasores bárbaros¹²⁸. “Se von Martius, antes de Varnhagen, defendia a origem da sociedade brasileira a partir das três raças principais, o diplomata defendia a colonização europeia em detrimento do indígena, que considerava como cultura inferior”¹²⁹.

Em sua *História Geral do Brasil*, de 1854, é possível perceber, como afirma Rodrigo Turin, em “*Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860)*”, 2011, que para Varnhagen “o papel que o selvagem brasileiro poderia ocupar no modelo de civilização que então se implementava era bastante restrito, ou quase nenhum”¹³⁰.

Falar sobre as populações originárias na “*História Geral do Brasil*”, assim como em outros textos, era para Varnhagen uma forma de demonstrar quão positiva para essas populações fora a chegada dos portugueses.

¹²⁶ *Ibidem.*, p.162.

¹²⁷ MARTIUS, K. F. V., *loc. cit.*, p. 42.

¹²⁸ VARNHAGEN, F. A., 1854, 106.

¹²⁹ PAULO de ALMEIDA, H. A., *loc. cit.*, p. 13.

¹³⁰ TURIN, R., 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/acrh/3748> Acesso em 02/2017.

Para fazermos, porém, melhor ideia da mudança ocasionada no país pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma ideia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso¹³¹.

Seu objetivo era explicitar o modelo de civilização que compreendia como o único possível para o Império, assim como deixar clara sua posição sobre os *indígenas*.

Varnhagen apontava, por sua vez, o caráter a-histórico¹³² desses grupos, que por isso, não poderiam, de acordo com ele, estar presentes nas páginas de empreendimentos historiográficos, mas sim, em levantamentos etnográficos. De acordo com ele “de tais povos na infância não há história: só etnografia. Nem a crônica de seu passado, se houvesse meio de nos ser transmitida, merecia nossa atenção”¹³³.

Entretanto, na primeira edição da *História Geral do Brasil* os povos originários são apresentados entre as seções VIII, IX e X. Nelas Varnhagen faz um panorama geral, apresenta tupis e guaranis e discute as “ideias religiosas e a organização social dos tupis”¹³⁴. Nômades errantes, acostumados a guerra e vingadiços, os povos que habitavam o Brasil no momento da chegada dos Portugueses, eram para Varnhagen antes de tudo invasores. As populações que aqui se encontravam espalhadas teriam vindo do Peru¹³⁵ e

“trazido consigo bastantes germens de discórdia, que vieram a dar mui sazonados frutos venenosos nas suas novas terras. Apenas uns venciam, vinham outros arrancar-lhes das mãos a palma da vitória, e as hostilidades e vícios não tinham fim”¹³⁶.

A seu socorro acudira, de acordo com Varnhagen, a Providência pelas mãos dos conquistadores portugueses “tais rixas perpetuariam neste abençoado solo a anarquia selvagem, ou viriam a deixá-lo sem população, se a Providência Divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e

¹³¹ VARNHAGEN, F. A., 1854, pp. 107-108

¹³² Não existem comprovações da leitura de G. L. Friedrich Hegel por Varnhagen, entretanto, é possível perceber uma aura hegeliana, por assim dizer, em suas compreensões e obras.

¹³³ VARNHAGEN, F. A., 1979, p. 38.

¹³⁴ VARNHAGEM, F. A., *op. cit.*, p. 121.

¹³⁵ VARNHAGEM, F. A., *op. cit.*, p. 106.

¹³⁶ VARNHAGEM, F. A., *op. cit.*, p. 107.

degradante estado!"¹³⁷.

Invasores que eram não podiam ser chamados brasileiros, nem ser considerados donos do território. A sua verdadeira origem teria centro na obra "*A origem turaniana dos americanos tupis-caribenhos e dos antigos egípcios*", publicada em 1876. Nela, Varnhagen tenta conectar os habitantes do Brasil no momento da chegada dos portugueses e sua ancestralidade na linhagem humana, e, então, os localiza em uma linhagem histórica díspar daquela que teria dado origem aos europeus¹³⁸.

Retrocedendo a 1849, Varnhagen publica o "*Memorial Orgânico*", um texto propositivo de cunho político-administrativo, para que levassem em consideração das assembleias gerais e províncias do Império, com proposições para o desenvolvimento do Império. Nele é proposta a escravização e assimilação dos povos originários e o fim, ao longo desse processo da presença africana no território¹³⁹.

No *Memorial* Varnhagen afirma que naquele momento o Império contava com "cidadão brasileiros [...], escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho [...] [e] índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais"¹⁴⁰. A ideia era, para modificar esse quadro, ao que se refere, então, à sociedade, propor formas de embranquecer a população, com a lenta, mas completa exclusão das outras raças.

Prevedendo de antemão críticas, Varnhagen se propõe a explicar a lógica de exclusão do território dos povos originários. Ele então justifica no nomadismo, compreendido como prática *indígena*, a impossibilidade destes serem os donos das terras, do Brasil; argumento que intensificaria na *História Geral*¹⁴¹.

O Brasil pertence-nos pela mesma razão que a Inglaterra ficou pertencendo aos normandos quando a conquistaram. Pela mesma razão que Portugal ficou pertencendo a Afonso Henriques e seus sucessores e vassalos que o tomaram dos mouros. O primeiro direito de todas as nações conhecidas foi o da conquista. Nós proclamamos para o Império (compreendendo o território de que eles estão senhores) o nosso chefe e a nossa lei. Todo o que não obedece a uma e ao outro rebela-se e é criminoso. E para o crime não vale em direito a alegação de ignorância; pois em tal caso

¹³⁷ VARNHAGEM, F. A., *loc. cit.*, p. 107.

¹³⁸ VARNHAGEM, F. A., 1876.

¹³⁹ VARNHAGEM, F. A., 2016, p. 120.

¹⁴⁰ *Ibidem.*, pp. 107-108.

¹⁴¹ VARNHAGEM, F. A., *loc. cit.*, p. 106.

não haveria negro fugido, nem ladrão de estrada e quilombola que não fosse ignorante¹⁴².

Para então dar conta daqueles índios bravios, que “não resolvam a submeter-se”¹⁴³, Varnhagen propõe a guerra. Esta, entretanto, deveria ser feita pelos civis, já que o Estado se encontraria com outras e maiores preocupações.

Esta guerra não tem de ser feita à custa do governo, que tem de ocupar suas forças em outros pontos: tem de ser feita exclusivamente por cidadãos brasileiros guardas nacionais, que para ela se ofereçam, organizando-se em bandeiras ou companhias, com determinado número de seus escravos africanos¹⁴⁴.

Sua recompensa aos trabalhos prestados na guerra, adviria do trabalho de seus prisioneiros os *indígenas*

[...] para conservar os terrenos assim conquistados à barbárie, é necessário fazer prisioneiro seus habitantes, e como o governo não poderia encarregar-se de sua educação e manutenção, eis chegada a ocasião de recompensar os serviços dos chefes das bandeiras (e estes as dos seus sócios), concedendo-lhes a tutoria e protetorado, por 15 anos, sobre seus prisioneiros, obrigando-se a tratá-los bem, a doutriná-los na nossa religião etc. etc., com a condição que estes em retribuição os sirvam durante esses quinze anos, devendo para tudo ser legítimo lavar-se auto perante a municipalidade, ou a competente autoridade departamental. E como também poderia suceder que o chefe de bandeira ou seus sócios não pudessem manter tantos, deve, para bem dos mesmos índios, tal direito ser alienável; permitindo a lei passá-los por contratos a outros protetores, lavrando-se também disso escritura etc¹⁴⁵.

Os povos originários, aos olhos de Varnhagen, deviam ser não só utilizados como mão de obra escrava, assim como excluídos paulatinamente do Império. Dessas populações ele não supunha nada a acrescer à nacionalidade. Nômades decadentes que haviam invadido o território brasileiro, pouco antes da chegada e invasão portuguesas – essa validada por Varnhagen – eram “sem leis, sem Estado, sem religião, sem noção de propriedade, sem escrita, [...] aos olhos de Varnhagen, pura falta”¹⁴⁶.

¹⁴²VARNHAGEM, F. A., *loc. cit.*, p. 167.

¹⁴³ *Ibidem.*, p. 168.

¹⁴⁴ VARNHAGEM, F. A., *loc. cit.*, p. 167.

¹⁴⁵ VARNHAGEM, F. A., *loc. cit.*, pp. 167-168.

¹⁴⁶ TURIN, R., 2010, p.141.

2.2: Os povos originários, indígenas no Romantismo brasileiro

Assim como as narrativas históricas passaram, a partir da instauração do Império do Brasil, a se preocupar com a experiência histórica nacional, o texto ficcional também se encontrou sob a incumbência de uma literatura de mesmo tom. Seguindo à semelhança, assim como a historiografia, a literatura brasileira a partir da década de 1830 se utilizaria dos povos originários e das suas representações para alcançar seu objetivo especificador da nação.

É na década de 1830, que coincidentemente “pode-se datar [...] o estabelecimento definitivo na França da literatura romântica” (BENAC, H., 1963-4, p.13) e ter em Paris os estudantes brasileiros que lá residiam que entraram em contato com as movimentações e reflexões daquele movimento, trazendo-o logo em seguida para o Brasil.

No Brasil, “a ideia de Romantismo [...] se confundiu em grande parte com nacionalismo”¹⁴⁷ e se manteria assim, por algumas décadas, sob um “discurso declamatório”¹⁴⁸. Dante Moreira Leite, em “*Romantismo e Nacionalismo*”, reafirma o caráter nacionalista do movimento acrescentando que o papel deste seria obviamente não o de criar a independência, já proclamada, mas, sim, “consolidá-la através da criação de elementos característicos e definitivos do país, bem como de um sentimento fundamental de fidelidade à pátria e às suas tradições”¹⁴⁹.

A partir dessa compreensão, nomes como o já citado Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, ao longo do século XIX, constituíram suas narrativas ficcionais, em prosa e verso, utilizando-se, assim como a historiografia, dos povos originários, para dar conta dos “elementos característicos” singulares necessários para distinguir a nação brasileira de outras.

¹⁴⁷ CANDIDO, A. 2002, p.23

¹⁴⁸ DRAKE, D. apud. BOORSTIN, D., 1997, p. 99.

¹⁴⁹ LEITE, D. M., 1979. p. 43.

Com a publicação da “*Nitheroy, revista brasiliense - Sciencias, letras, e artes*” 1836, por Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre e Francisco de Sales Torres Homem, por “amor ao país”¹⁵⁰, dá-se início ao Romantismo brasileiro. Gonçalves de Magalhães publica seu “*Ensaio sobre a literatura brasileira*” no primeiro, dos dois tomos da *Nitheroy*. Seu ensaio critica a maneira como a literatura brasileira se portara até o momento e concluía, em sua quarta parte, que os literatos deviam se voltar para a natureza e para os primeiros habitantes do Brasil.

É nesse momento que surge o questionamento direto sobre possíveis qualidades dos povos originários. Para Magalhães “os primeiros habitantes do Brasil, os brasileiros”¹⁵¹ deviam nascer músicos e poetas por sua conexão com a natureza. Assim eram como seriam no início do século XIX: “Eles foram e ainda o são”¹⁵² afirmava ele em seu “Ensaio”.

Em uma obra da qual a autoria lhe era desconhecida, mas remontava ao período colonial, Magalhães conectou algumas tribos, como os Tamoios – Que o inspiraria anos depois – Tupinambás e Caetés à música

“Por alguns escritos antigos, sabemos que **algumas tribos indígenas se avantajam pelo talento da música e da poesia**, entre todas, os Tamoios, que no Rio de Janeiro habitavam, eram os mais talentosos. Em seus combates, inspirados pelas cenas que os rodeavam, repetiam hinos guerreiros com que acendiam a coragem nas almas dos combatentes e, nas suas festas, cantavam em coros alternados de música e dança, cantigas herdadas de seus maiores.

Em um manuscrito antigo, cujo autor ignoramos quem seja, lemos o seguinte: «São havidos estes Tamoios por grandes músicos entre o gentio e bailadores os quais são mui respeitados dos gentios por onde quer que vão». Não era só a tribo dos Tamoios que se distinguia pelo gênio musical e poético, também os Caetés a ainda mais os Tupinambás que em paz vivem com os primeiros e pela língua e costumes mais com aqueles se assemelhavam. No mesmo manuscrito, lemos ainda: «Os Tupinambás se prezam de grandes músicos e a seu modo cantam com sofrível tom os quais têm boas vezes (sic) mas todos cantam por um tom e os músicos fazem motes de improviso e suas voltas que acabam no consoante do mote, os quais cantam e bailam juntamente em roda.»¹⁵³

¹⁵⁰ RANGEL, M. M., 2011, p. 125.

¹⁵¹ MAGALHÃES, D. J. G., 1836, p. 155.

¹⁵² *Idem.*

¹⁵³ MAGALHÃES, D. J. G., *loc. cit.*, pp. 155-156. (Grifos meus).

Com essa potência musical e poética explicitada por Magalhães a lógica romântica de retomada da Idade Média começa a se apresentar a partir do deslizamento de significados¹⁵⁴

“Do respeito religioso que tais bárbaros consagram aos seus homens inspirados, uma prova nos dá o mesmo autor dizendo: «Entre os gentios são os músicos muito estimados e, por onde quer que vão, são bem agasalhados e muitos atravessam já o sertão por entre os seus contrários sem lhes fazerem mal».

Tal veneração os (sic) seus cantores lembra-nos esses trovadores que, de país em país, peregrinavam e ante os quais se abriam as portas dos castelos dos senhores da idade média e ainda a respeitosa magnanimidade do grande conquistador antigo para a família do Lírico grego”¹⁵⁵.

Além de trovadores, por suas qualidades já citadas eram então capacitados à fé cristã e a civilização

“É que à Poesia e à música é dado o assenhorear-se da liberdade humana, vibrar as fibras do coração, abalar e extasiar o espírito. **Por meio destas duas potências, sabiamente empregadas pelos jesuítas missionários do Brasil, os selvagens abandonavam seus desertos e amoldavam-se ao Cristianismo e à civilização**”¹⁵⁶.

Magalhães produziria ao longo de sua vida obras em que os povos originários poderiam ser considerados protagonistas, como a *Confederação dos Tamoios*, publicada em 1856. Entretanto a necessidade de aproximá-los de um passado idealizado ou de um europeu medieval fez com que “imagens apaixonadas”¹⁵⁷ fossem as representações postas em prática sobre os povos em questão.

Além de Magalhães, Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) e José Martiniano de Alencar (1829-1877) foram autores que se propuseram a inserir em suas obras os povos originários. De forma próxima a Magalhães, provocavam, por sua vez, ora deslizamentos de significados¹⁵⁸ ora idealizações em suas representações.

¹⁵⁴ PESAVENTO, S. J., 2007, p. 22 [doc.].

¹⁵⁵ MAGALHÃS, D. J. G., *op. cit.*, p. 156. (Grifos meus).

¹⁵⁶ *Idem.* (Grifos meus).

¹⁵⁷ RANGEL, M. M., 2005, p. 123.

¹⁵⁸ PESAVENTO, S. J., 2007, p. 22 [doc.].

Gonçalves Dias era mestiço, filho de português com uma cafuza¹⁵⁹, foi ativo letrado da primeira metade do século XIX: era poeta, etnólogo, membro do IHGB e professor do Imperial Colégio Pedro II – instituição de ensino de referência na época. Como Magalhães, mas de forma mais avançada, encontrou inspiração e objeto de estudo nas populações originárias brasileiras.

Por sua origem, mas também pelo teor de suas obras, Dias “foi considerado mais genuíno e menos oficial quando comparado”¹⁶⁰ a Magalhães pela “condição peculiar de seu indianismo e de seu romantismo trágico”¹⁶¹ como afirma Kaori Kodama em seu artigo “*Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena*” (2010). Todavia Fernando Carvalho em “*A presença indígena na ficção brasileira*” (1997), questiona em avultamento a obra literária de Dias sobre as populações originárias:

A obra de Gonçalves Dias, apesar do seu valor poético, apresenta poucos poemas tendo como motivo o índio, sua cultura e sua tragédia em relação ao drama da colonização. *Y-Juca-Pirama*, além da exaltação, mostra um aspecto importante da vida indígena, como a concepção de coragem e do sentido da antropofagia religiosa. Exaltação da coragem indígena encontramos também na *Canção do Tamoio*. Os poemas *Canto do Piaga* e *O gigante de pedra* referem-se ao drama da invasão do branco. Temos ainda *Marabá* e *Leito de folhas verdes* a falar de índios. Acreditamos que em um representante maior de uma corrente que se propunha a introduzir o índio como principal motivo da nossa literatura, a quantidade de obras deveria ser bem maior. Gonçalves Dias deixou inacabado o poema épico *Os Timbiras*. Seria esta realmente a realização do grande projeto proposto pelo indianismo **A obra de Gonçalves Dias, apesar do seu valor poético, apresenta poucos poemas tendo como motivo o índio, sua cultura e sua tragédia em relação ao drama da colonização**¹⁶².

O esforço de Dias de colocar as populações originárias em evidência foi elaborada como mais um olhar para o passado. Compartilhando com von Martius a compreensão decadentista sobre essa população¹⁶³, Dias entendeu que seu reavivamento ou rememoração poderia e deveria passar pela questão da língua. – Dias

¹⁵⁹ KODAMA, K., 2010, p. 254.

¹⁶⁰ *Idem.*

¹⁶¹ *Idem.*

¹⁶² CARVALHO, F., 1997, p. 50. (Grifos meus)

¹⁶³ KODAMA, K., 2005, p.165.; OLIVEIRA, M. E. M. A. R.; 2011, p. 61.

publicaria diretamente sobre essa questão o “*Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto Amazonas*”, na Revista do IHGB em 1854 e o “*Dicionário da Língua Tupi Chamada Língua Geral dos Índigenas do Brasil*” em 1858.

O conhecimento adquirido por Dias da língua Tupi refletiria, em sua tentativa de trazer para seus poemas a veracidade das populações originárias, na estruturação sonora de seus versos. O ritmo empregado em “*I-Juca Pirama*”, 1851, e em “*Os Timbiras*”, 1849, provocariam para o autor uma aproximação dos povos originários com aqueles que lessem ou ouvissem seus versos. Em “*I-Juca Pirama como exemplo do uso da Literatura indianista na construção da nacionalidade brasileira*”, Francimeire Oliveira da Silva afirma que

“No Canto IV o guerreiro aprisionado pelos Timbiras declama o seu canto de morte e pede aos Timbiras que o deixem ir para cuidar do pai alquebrado e cego. O verso pentassílabo (cinco sílabas), num ritmo ligeiro, dá a impressão do rufar dos tambores”¹⁶⁴.

Acrescentam ao argumento, Duarte Braga e Hélder Garmes, em “*Indianismos na poesia brasileira e goesa: os casos de Gonçalves Dias e de Paulino Dias*” (2016), já falando sobre os versos de *Marabá*, 1849, outro poema de Dias, que

“a pontuação e a disposição gráfica do verso ajudam a marcar a criação desse ritmo outro, em evidente mimetismo de ritmos e cânticos bélicos indígenas, que Gonçalves Dias, estudioso das línguas autóctones do território brasileiro, bem conhecia”¹⁶⁵.

Além do esforço linguístico seria também a partir da empreitada etnográfica que Dias adensaria sua produção sobre as populações originárias a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e diretamente do Imperador D. Pedro II. Este lhe propôs a comparação entre as populações originárias brasileiras atuais e aquelas da Oceania¹⁶⁶, originando a memória “*Brasil e Oceania*”, escrita entre 1852 e 1853 e publicada na Revista do IHGB.

Quanto à literatura, resultado também das outras searas por onde elaborava sua escrita, Dias seria autor de poemas que evocavam as populações originárias em seu espectro guerreiro. Se Magalhães trouxera para a literatura o *indígena* apto à fé

¹⁶⁴ SILVA, F. O., 2014, p. 15.

¹⁶⁵ BRAGA, D.; GARMES, H., 2016, p. 755

¹⁶⁶ OLIVEIRA, M. E. M. A. R., 2011, p. 60.

cristã e à civilização, seria o arquétipo do guerreiro, do herói, que se apresenta em Gonçalves Dias.

A exemplo disso, temos, em *I-Juca Pirama*, poema em dez cantos, Dias apresentando a malfadada sorte de um ignoto *indígena* sem tribo, afirmando posteriormente descender dos Tupi¹⁶⁷, que cai nas mãos dos Timbiras. Seu destino é padecer nas mãos dos guerreiros da tribo, mas para tanto deve ser honrado. Próximo de seu fim logo se põe a contar e a chorar sua história: vivia nas matas com seu pai já velho e cego. O que não se espera é que ele implore por sua vida para que retorne a seu pai.

O chefe Timbira reconhece, então, fraqueza no prisioneiro e comanda que ele seja liberto, ele não seria digno de ter tirada sua vida pelos guerreiros. Retornando a seu pai, entretanto, é também por ele rejeitado. Sua ação seria a de um covarde e, portanto, não seria então filho de quem era. Por sua ordem retorna aos timbiras e em um assomo de força e coragem se põe a combater os guerreiros se tornando então honrado. Honrado para morrer pelas mãos dos timbiras.

Em “*O percurso da indianidade na literatura brasileira matizes da figuração*” (2009), Luzia Aparecida Oliva dos Santos, aponta que “o cunho apocalíptico, presente no ritual de morte do guerreiro [em *I-Juca Pirama*], configura o ritmo do poema que traduz a agonia do indígena diante do estreitamento das fronteiras de sua cultura”.

O protagonista do poema teria visto sua tribo padecer após a conquista, seja de forma direta ou indireta pelas mãos dos brancos. Restara a ele se esconder na mata e dela sobreviver e amparar seu pai. Caminhando por terras que não conhecia, distantes das que foram suas acaba nas mãos de outra tribo. “Não [só] como uma personagem individual o índio gonçalvino ganha perfil de herói humano, ao revelar, por meio da fraqueza e do choro, um lado antagônico do clássico herói oriundo das epopeias”.

Por sua vez, José de Alencar, romancista e político ativo no Império, que “se considerava um narrador da história nacional pela literatura (ALENCAR:

¹⁶⁷ DIAS, G.A., 1851, p. 18.

1872)”¹⁶⁸ como aponta Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira. Compartilhava, portanto, com Dias e Magalhães o ensejo de constituir a nacionalidade no Império, utilizando-se da força literária para entender as lacunas deixadas pelo discurso historiográfico:

Alencar reconhece a existência de uma história já elaborada e pretende dirigir sua interpretação do passado no sentido de fidedignidade aos fatos. A memória deste passado possui, porém, algumas lacunas a serem preenchidas e sua literatura se propõe a colaborar nesse sentido¹⁶⁹.

Para Alencar, no que diz respeito às populações originárias, o encontro entre elas e os brancos levava conseqüentemente para o desaparecimento dos primeiros. Seus romances mais famosos “*O Guarani*” (1857) e “*Iracema*” (1865) descrevem o trajeto em que escolhas ingênuas de seus protagonistas, *indígenas*, em pretérito dos brancos, levam ao fim de sua tribo e cultura

O destino dos indígenas está selado pelo seu encontro com o branco. O desaparecimento é iminente, uma vez que, mesmo que se associe ao branco e se torne amigo, essa aliança não garante a existência dos demais. Por outro lado, a associação com o homem branco traz implícita a necessidade de abandono de sua identidade indígena e, portanto, uma morte cultural. Os dois romances aqui abordados parecem ter como objetivo responder as questões: como foi o encontro, como eram os indígenas e, sobretudo qual o efeito do homem branco sobre eles, o resultado desse encontro¹⁷⁰.

A lógica decadente relegada aos povos originários aparece em Alencar pelo viés do fatalismo: Após a chegada do branco só restava às populações originárias o desaparecimento. Sobreviveriam aqueles que compartilhassem mais da civilização e da fé cristã e menos de suas tribos e semelhantes. Iracema deixara os seus por Martinho, tivera um filho com ele e padecera de tristeza por sua sina e a de sua tribo¹⁷¹. Peri, protetor de Cecília contra os aimorés, é batizado na fé católica e termina a história com sua amada¹⁷². Sua sobrevivência seria possibilitada ao fim pela sua dominação e acultramento.

¹⁶⁸ OLIVEIRA, M. E. M. A. R., *loc. cit.*, p. 68.

¹⁶⁹ *Ibidem.*, p. 69.

¹⁷⁰ *Ibidem.*, p. 71.

¹⁷¹ ALENCAR, J., 1878.

¹⁷² ALENCAR, J., 1857.

2.3: A representação dos povos originários no Império

Magalhães, Dias e Alencar são reconhecidamente os representantes do movimento Romântico brasileiro e de sua vertente indianista que a partir da literatura se propuseram a levar ao centro das discussões sobre a nacionalidade as populações originárias. É compreendido ainda de forma ampla que a literatura indianista empreendida pelo trio veio a positivar os habitantes originários do Brasil.

De início devemos, todavia, ponderar esta suposta positivação a partir do discurso a que se opunha, encabeçado por Varnhagen – este compreendido como o portador na temática pelo viés negativo – e só então entender como as populações originárias vieram a figurar nas representações construídas sobre a sua realidade durante a busca pela nacionalidade no período imperial. Assim como entender como isso afetou a realidade dessas populações de forma pragmática.

O emergir do projeto de narrativa nacional trouxe consigo a grande pedra de toque das letras imperiais: o cronótopo do indígena. Por esse termo queremos designar a centralidade do indígena nas narrativas históricas do período (1820-1870) em que este se tornava um elemento de definição da nacionalidade como uma baliza da história pátria. A partir do indígena se define um tempo (o passado) e um lugar (Brasil) constituindo-se um conceito de tempo-espaço que enraíza a nacionalidade¹⁷³.

Entretanto, este projeto era “totalmente alheio ao indígena real, que seguia sendo um problema social e político”¹⁷⁴ acrescenta Maria Edith Oliveira. A questão da sua presença não era novidade entre viajantes, cronistas, jesuítas, literários e historiadores ao longo do período colonial nem no presente do Império. Sua fisicalidade nunca fora uma dúvida, entretanto era questionada em sua re-existência e em seus direitos, principalmente sobre o território e sobre sua brasilidade.

Sandra Jatahy Pesavento, em “*História & História Cultural*”, 2007, afirma que “as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência”¹⁷⁵. No caso da América portuguesa, foram as descrições de viajantes, dos navegadores que nela aportavam e o entendimento a que chegavam aqueles que

¹⁷³ OLIVEIRA, M. E. M. A. R., *op. cit.*, p. 19.

¹⁷⁴ *Idem.*

¹⁷⁵ PESAVENTO, S. J., 2007, p. 21 [doc.].

mesmo distantes do novo território adquiriram dessas descrições, que representando esse novo mundo, passaram a guiar o imaginário sobre os habitantes daquele novo território.

Entre deslizamentos de significados e analogias, as populações originárias foram encapsuladas em estereótipos que não somente lhes caracterizaria como facilitaria a empreitada colonial. A imagem que lhes fora fadada não era uma representação descompromissada. Não seria na Colônia, não era no Império e também não se mantêm na contemporaneidade sem objetivos anteriores.

O conceito de bárbaro, por exemplo, não era novidade no vocabulário europeu, que o usava desde a Antiguidade Clássica¹⁷⁶. Já nesse momento colocava aquele que nomeava sob um espectro negativo¹⁷⁷ e de inferioridade¹⁷⁸. Na Colônia “o conceito de bárbaro ganhou novas nuances [...] Nos mapas, nas crônicas, nas cartas, sem perder a coerência o tema revelou-se de várias formas, apresentando os tributos do vil gentio”¹⁷⁹.

O uso do termo foi justificado pelas línguas, pela nudez, pela forma distinta de se organizar em comunidade, pela ausência da fé cristã, pela antropofagia... Usado pelo Estado e pela Igreja o termo justificava na Colônia a conquista, a catequese e a escravidão¹⁸⁰.

“No Brasil, o vocábulo fundamentou a conquista e os projetos coloniais: de um lado, os colonos e as tentativas de transformar o gentio em escravo; de outro, os jesuítas e a necessidade de convertê-los e submetê-los a uma tutela.

As representações pictóricas do índio ressaltam os aspectos do barbarismo e reafirmam o estereótipo, servindo aos colonizadores como princípio moral para a intervenção na América.

1. *colonização* – por intermédio da bula papal (Papa Alexandre VI, 1493), o pontífice concedia aos ibéricos o direito de intervenção no novo território, em nome da expansão do cristianismo;
2. *escravidão* – os colonos se pautaram nos princípios de escravidão natural, encontrados no pensamento de Aristóteles, para intervir e transformar em servas as comunidades indígenas;
3. *catequese* – os costumes intoleráveis dos nativos escondiam seu pendor para o cristianismo;”

¹⁷⁶ FREITAS, L. G., 2011, p. 126.

¹⁷⁷ KOSELLECK, R., 2006, p. 198.

¹⁷⁸ FREITAS, L.G., *op. cit.*, p. 126.

¹⁷⁹ RAMINELLI, R., 1996, p. 79.

¹⁸⁰ *Idem.*

Para deixar a barbárie de lado era justificável que fossem conquistados, tutelados, catequisados e por que não, extintos. Recupera-se esse argumento ou parte dele não só no “*Memorial Orgânico*” de Varnhagen, mas também na constante necessidade de se afirmar pelos românticos da capacidade dos povos originários de encontrarem a fé cristã.

Magalhães, simpático aos povos originários, não pretende recuperá-los completamente, afirma Maria Edith de Oliveira

“ele vê nos indígenas nacionais homens em estado primitivo, afeitos à possibilidade de civilização embora não portadores da mesma, quando do encontro com os europeus. Apesar de nada afirmar em contrário, também não retoma a tese da civilização perdida. Sua defesa do indígena, portanto, reside na sua posição de ser humano hábil à civilização o que se faria pelo cristianismo. Entre boa parte dos autores do século XIX, cristianismo e civilização se associavam (HAUßER, 2007).

Christian Haußer em — “Civilização e nação: o índio na historiografia brasileira oitocentista” (2007) colabora para desfazer esse equívoco ao defender que, para estes autores, os termos cristianismo e civilização eram sinônimos. Assim sendo, a insistência de Gonçalves de Magalhães na catequização de seus personagens indígenas (no poema) ganha dimensão diversa: significaria a capacidade dos nativos de civilizar-se e uma revisão do papel do homem americano na história”¹⁸¹.

Gonçalves Dias, próximo de Martius quanto à decadência das populações originárias, já apontada, convergia seu pensamento ao de Varnhagen:

interessante destacar que [Dias], apesar de indianista convicto [...] apresentava inquietantes convergências com Varnhagen acreditando, por exemplo, no caráter invasor dos tupis (vindos do Norte) que teriam conquistado os tapuias: naturais do sul do país. Outro aspecto inquietante de convergência com Varnhagen era a crença no aspecto pernicioso (razão da degeneração dos nativos) das suas constantes guerras; ele relativiza, porém, a importância delas ao enfatizar a escravização como elemento e acelerador do processo de degeneração¹⁸².

Até mesmo elegendo os tupis, Dias entrega sua associação com a necessidade de se tornar outro, cristão e civilizado como os preceitos para extermínio da barbárie

¹⁸¹ OLIVEIRA, M. E. M. A. R., *loc. cit.*, p. 33-34.

¹⁸² OLIVEIRA, M. E. M. A. R., *loc. cit.*, p. 61.

Baseando-se nos relatos dos missionários e viajantes, Gonçalves Dias reconhece no passado nacional duas raças indígenas: **os tupis, mais civilizados, com traços caucasianos, vivendo no litoral e mais afeitos à catequese e civilização**, eram obviamente muito diferentes dos tapuias, vivendo no interior, de traços mongólicos, difíceis de civilizar e vivendo em constantes guerras entre eles mesmos. **Ele atualiza assim conceitos vindos dos cronistas os índios bravos e os índios mansos: que no século XIX se tornam os civilizáveis e os não civilizáveis** (CARNEIRO: 1990).

A partir da revisão destes textos, G. Dias conclui que para civilizá-los no presente era necessário perceber que só os meios brandos (religião, boa vontade, artes: música) teriam surtido efeito no passado. **Sua simpatia pela catequese (leiga, porém, sem presença de padres) é declarada e seu estudo dirige-se no sentido de concluir pela sua retomada como meio de civilização.** (GONÇALVES DIAS: 1867, 95)¹⁸³.

Alencar é mais um que partilha da necessidade de que as populações originárias se distanciem de sua essência, de sua natureza e vivências para que seja possível sua presença e a superação da fatalidade que lhes esperava caso contrário. Do encontro com o branco sobreviveria, quando possível, aquele que se associasse com seu algoz

A partir daí parece claro que a ocorrência de sangrentas guerras inter-raciais nos dois romances [*Iracema* e *O Guarani*] não seja apenas um artifício narrativo, mas a história a ser narrada. E torna-se ainda mais trágico que os protagonistas indígenas (Iracema e Peri), como aliados dos brancos, assistam impotentes à destruição de sua raça, dividindo-se entre a dor e a vergonha de estarem associados ao outro lado. Eles têm consciência de sua posição e isso apenas reforça seu drama. Acima de tudo eles se sentem impotentes frente à inexorabilidade desse processo, representado como inelutável. Há uma perspectiva fatalista na história em Alencar, que ajuda a justificar o genocídio indígena¹⁸⁴.

Nos utilizamos então da estrutura incutida na lógica da barbárie e nas formas de extirpá-la como meio de compreender a pouco explorada proximidade entre as pontuações de Varnhagen e aquelas dos três autores indianistas que viemos trabalhando. Tentando a partir daí entender como estereótipos cruzaram os séculos da colonização e se mantiveram no Império, até naqueles considerados mais afeitos aos povos originários.

¹⁸³ *Idem.* (Grifos meus).

¹⁸⁴ OLIVEIRA, M. E. M. A. R., *op. cit.*, p. 70.

Ao fim a associação com o branco, sua fé e civilização seja por cerceamento ou por escolha e o conseqüente abandono de sua re-existência formam o *indígena* do Império como aquele da Colônia – sua sobrevivência dependia do seu fim. A construção desse apagamento dos povos originários pelo branco, não fora então erigido não apenas diretamente pelas armas, pela escravidão, pelo genocídio, mas também a partir da narrativa elaborada sobre sua re-existência.

E é a partir dessa narrativa que se perpetuou uma história única, de pouca relação com a realidade, sobre uma população de cultura ímpar que passou pelos séculos obstinada a lutar por sua sobrevivência, mesmo contra todo um aparato físico e mental que lhe propunha quando muito, relega-los a um passado que os tornava invisíveis no presente.

Distantes por muito tempo de viabilizarem a exteriorização de sua experiência no tempo, de suas cultura e cosmogonia, por não partilharem por grande parte do período em contato com a sociedade envolvente, por sua característica ágrafa, não foi possível ser legado a nós uma história diferente daquela constituída por outros e não pelas populações originárias durante a Colônia e Império.

Foram quando muito vistos como aceitáveis na poesia e no romance, os guerreiros medievais de um lado, figurando em epopeias como a “*Confederação dos Tamoios*” de Gonçalves de Magalhães e no épico incompleto de Gonçalves Dias “*Os Timbiras*”, e os puros e mansos de coração em “*Iracema*” e n’ “*O Guarani*” de Alencar, de outro.

Justificam alguns essa feita pela máxima de Magalhães no seu “*Ensaio*” de 1836, “No princípio das coisas obra-se primeiro como se pode, a reflexão vem mais tarde”¹⁸⁵, mas entre uma imagem estática onde as populações originárias estavam presas a um passado remoto anulando sua realidade no presente¹⁸⁶, intrinsecamente as teorias que premeditavam seu fim próximo e uma imagem idealizada onde

“não partilhava[m] necessariamente outra cultura que não a sua própria, mas foi compreendido (e elaborado) que eles continham em sua essência e cultura, traços que seriam comparáveis aos bons aspectos de uma civilização cristã e as características de heróis medievais”¹⁸⁷

¹⁸⁵ MAGALHÃES, D. J. G., *loc. cit.*, p. 148.

¹⁸⁶ GOMES, G. A., 2017, p. 16.

¹⁸⁷ GOMES, G. A., *op. cit.*, p. 16.

A perpetuação na contemporaneidade dessa construção pictórica estereotipada, por sua vez, não condiz com as possibilidades do presente. Se é acreditado por alguns, impossível, ter a versão dos povos originários sobre a chegada dos europeus no século XVI e sobre as atrocidades levadas a cabo pela conquista durante a colonização, não nos encontramos no presente com essa justificativa como desculpa para a manutenção dessa história excludente.

Existem hoje, e devem ser consideradas pela historiografia e pelo ensino de história, inúmeras formas de dialogar com a voz das populações originárias para que a elas seja garantido o direito que lhes é natural de contarem o outro lado dessa história que se mantém pela re-existência contra uma sociedade que ainda procura por seu silenciamento e exclusão. Deve-se decolonizar a forma de se escrever a história de um país tão necessitado de expurgar males e expor verdades.

Capítulo 3: Entre o SPI e o Relatório Figueiredo: o Estado brasileiro e sua incongruente relação com as populações originárias

Entre o século XIX e o início do século XX o Brasil foi de Colônia a Império e deste à República. Os povos originários que no território já estavam antes da conquista e dominação portuguesas se encontravam há mais de quatro séculos re-existindo à sociedade que passara a envolvê-los. As concepções que essa sociedade chegou sobre a população originária remontavam ao início da colonização “com vistas ao estabelecimento da sua dominação, sob o estatuto da escravidão e/ou o extermínio dos diversos povos indígenas nativos das terras que seriam chamadas de brasileiras”¹⁸⁸.

No período imperial, como vimos no capítulo anterior, muito da lógica colonial sobre a relação com as populações originárias se manteve. É necessário pontuar que:

“[...] tanto Gonçalves de Magalhães quanto Varnhagen não se encontravam desacompanhados em suas perspectivas. No entanto, suas obras tinham limites de difusão e suas propostas, assim como de seus contemporâneos e seus precedentes, foram amplamente divulgadas, principalmente por meio de materiais didáticos”.

O projeto varnhageniano, no entanto, saíra vitorioso. As *Lições* de Macedo substituíram no quadro de ensino no Imperial Colégio o “*Compêndio de História do Brasil*” (1843) de autoria do general José Inácio de Abreu e Lima, que fora utilizado entre os anos de 1850 e 1862. Este que, por sua vez substituíra o “*Resumo de História do Brasil até 1828*”, “‘traduzido de Mr. Denis, corrigido e aumentado’ (como registra a folha de rosto) pelo então capitão (depois major) português Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde”¹⁸⁹ (1831).

Projetos não totalmente distintos sobre as populações originárias, os manuais de Bellegarde e Abreu e Lima, principalmente o de Bellegarde guardavam certa consideração a essa parcela da população do Império. Abreu e Lima e Varnhagen discutiram em querela a utilização do termo “brasileiros” para nomeá-los. Varnhagen se opunha firmemente ao compartilhamento do topônimo com os povos originários. “Ser um grupo de *brazis*, ou o nome que fosse, que não brasileiros, foi, por

¹⁸⁸ MONTEIRO, M. C. G., 2014, p. 31.

¹⁸⁹ GASPARELLO, A. M., 2004, p. 79.

Lima, considerado uma mesquinhez linguística, mas era para Varnhagen a marcação nominal da diferença”¹⁹⁰.

Bellegarde em seu *Resumo*, tradução e melhoramento do texto de Ferdinand Denis, com postura inquisidora aos europeus aponta o sofrimento perpetrado pela colonização¹⁹¹.

“Bellegarde apontava que — ‘o heroísmo pertence a todas as raças’, demonstrando que — ‘mesmo os indígenas, que com a chegada dos portugueses sofreram opressões, uniram-se na batalha, o que justificava a sua qualificação como patrícios de Filipe Camarão’”¹⁹².

“É claro” afirma Helena Azevedo Paulo de Almeida, “que Bellegarde também demonstra limites quanto à tolerância referente aos indígenas, mencionando também a sua resistência à dita civilização”¹⁹³.

A divulgação das compreensões de Varnhagen se deram então, ainda no século XIX, apesar da reconhecida dificuldade da leitura de sua obra, que havia sido difundida não em “sua forma original, mas em versões finais ou —simplificadas”¹⁹⁴. Isso foi possível pela publicação em 1861 do manual didático para os alunos do Imperial Colégio Pedro II “*Lições de História do Brasil*” de Manuel de Macedo que didatizou, aos moldes da época, a “*História Geral do Brasil*” para servir de base para o ensino de história.

Joaquim Manuel de Macedo era, como Varnhagen, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), era ainda professor do Imperial Colégio e romancista. Suas “*Lições de História*” foram reeditadas até a década de 1920, já no período da Primeira República. Macedo

“foi o principal divulgador de Varnhagen, já que ao adaptar sua obra à escola pública, onde lecionava, fez com que ocorresse uma grande circulação de suas ideias. E, é claro, nos manuais de Macedo, [como em Varnhagen] os —índios só existem como escravos ou peças de estudos etnológicos”¹⁹⁵

¹⁹⁰ GOMES, G. A., *loc. cit.*, p. 11.

¹⁹¹ BELLEGARDE, L. H. N., 1831, pp. 9-12.

¹⁹² PAULO de ALMEIDA, H. A., 2016, p. 112.

¹⁹³ *Idem.*

¹⁹⁴ *Ibidem.*, p. 110.

¹⁹⁵ BANDEIRA DE MELO, C. F.C., 2008, p. 51.

Usado para a educação dos filhos da boa sociedade imperial¹⁹⁶ o manual de Macedo, como dito, chegou ao século XX. Ali também a partir do ensino fez perpetuar compreensões que negativaram a presença das populações originárias no território nacional. Para Macedo, afirma Arlette Medeiros Gasparello em “*Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*” (2014)

Os termos ‘atraso’ e ‘rudeza’ são sempre associados à vida indígena, próprios de ‘um povo na sua infância’, ‘alheios à civilização’ e ‘incapazes de alguns nobres e generosos sentimentos’. Os índios viveriam numa ‘guerra interminável’ com as outras tribos e teriam hábitos de antropofagia, ‘por vingança’ e ‘ódio’. Uma conotação positiva é referência à hospitalidade, pois, ‘como os árabes, o hóspede era sempre tratado com atenção e favor, mesmo quando pertencente a uma horda inimiga (Macedo, 1861, p. 66). As características gerais do ‘gentio’ são resumidas da seguinte forma:

“Agrestes, simples, inculto e bárbaro em seus usos e costumes, zeloso mais que tudo de sua independência, audaz bravo nos combates, cruelíssimo na vingança, um astucioso, sagaz e desconfiado pela necessidade, com todos os defeitos e vícios do selvagem, *com alguns sentimentos nobres e generosos*” (Macedo, 1861, p. 67, grifos meus)¹⁹⁷

Além do manual de Macedo e sua ligação direta a Varnhagen e sua concepção histórica sobre os povos originários é possível perceber como muito do ensino de história oitocentista, onde suas bases se conformam no Brasil¹⁹⁸, permanecera na Primeira República. Os trabalhos de Arlette Medeiros Gasparello e Thaís Nívea de Lima e Fonseca são pragmáticos ao demonstrar, seja em objetivo, forma ou conteúdo essa continuidade.

Thaís Fonseca em “*História & Ensino de História*” (2011) pondera que “Não se pode afirmar, a rigor, que o advento da República alterou a essência do ensino de História, no que diz respeito às concepções predominantes neste campo de conhecimento”¹⁹⁹. À parte disso, os objetivos que animaram a escrita da história do Brasil pós Independência e reverberaram no ensino de história se provam, afora

¹⁹⁶ MATTOS, I. R., 2009.

¹⁹⁷ GASPARELLO, A. M., 2014, p. 136.

¹⁹⁸ FONSECA, T. N. L., 2011, p. 49.

¹⁹⁹ *Ibidem.*, p. 50.

os limites políticos e temporais, muito semelhantes pela centralidade do tema da nação e da sua constituição.

Em outros dois manuais didáticos já publicados no fim da década de 1910 é possível manter a percepção de que pouco do discurso histórico e político do período anterior mudara. Arlette Gasparello sobre estes manuais, “*Pontos de História do Brasil*” (1918) de Pedro de Coutto – que tivera o magistério como principal carreira e exercera “a docência em vários estabelecimentos de ensino no Rio de Janeiro”²⁰⁰ além do Colégio Pedro II – e sobre o “*Compêndio da História do Brasil*” (1920) de Mario da Veiga Cabra, também ligado ao magistério e que trabalhara na Escola Normal e no Ginásio 28 de setembro²⁰¹, afirma que

“A nação brasileira que emerge dos Pontos e Compêndios republicanos continua uma nação singular, em muitos aspectos reconstrói o discurso de Varnhagen e Macedo. É uma nação que foi *descoberta*, mais do que conquistada. Seus caminhos, rios, montanhas, só precisaram ser *desbravados*, conhecidos. A terra – imensa e bela – não tinha *donos*. Os únicos povos que a habitavam eram os *selvagens*”²⁰²

O ensino de história, envolvido, de acordo com Fonseca,

“em discussões políticas que estavam em relevo, em momentos diversos [...]. [e] considerando o período do Brasil independente, no qual o Estado passou a assumir a gestão da educação, **verifica-se o papel que o ensino de História ocupou, como importante elemento de formação moral, cívica e política das crianças e jovens.**”²⁰³

O que, ligada a permanência de concepções já divulgadas no Império, como afirma Gasparello, fez manter presentes, certos estereótipos e objetificações sobre as populações originárias, no imaginário da nova geração de alunos. Futuros agentes sociais.

Com o objetivo de estruturar a nação através da narrativa histórica e de se ligar aos “grupos politicamente dominantes”²⁰⁴, a questão sobre as populações originárias brasileiras não ficou de fora das discussões do início do período republicano. O tom do tratamento relegado a elas por sua vez deslocou-se da ambivalente

²⁰⁰ GASPARELLO, A. M., *op. cit.*, p. 182.

²⁰¹ *Ibidem.*, p. 185.

²⁰² *Ibidem.*, p. 203.

²⁰³ FONSECA, T. N. L., 2011, p. 71. (Grifos meus).

²⁰⁴ *Idem.*

positivação-negativação encabeçada por Varnhagen e Magalhães no Império, para um viés que procurava tornar sua presença *silenciosa*²⁰⁵.

Helena Azevedo de Paulo Almeida ao analisar em sua dissertação os livros de leitura “*Através do Brasil*”, publicado em 1910, por Manuel Bomfim e Olavo Bilac e “*A pátria brasileira*”, de Coelho Neto e novamente Bilac – este último ainda responsável pelas reedições no século XX do manual de Macedo – conclui que esse deslocamento se manteve ora retomando a positivação e a negativação ora optando por esse silêncio²⁰⁶.

Sobre sua presença no território republicano foram, de acordo com Helena Almeida, a partir dos livros de leitura, por ela estudados, apresentados como um contingente “reduzido ou mesmo uma etapa a ser superada”²⁰⁷ ou quando considerada sua presença em maior número, distantes ao norte do país ou já próximos da civilidade.

Mesmo que “ainda” houvesse “alguns” índios no Brasil, estes não fariam parte do corpo nacional brasileiro, afinal “conservavam a sua vida independente e os seus costumes ferozes”, e isto para os grupos bravios. Já os grupos mansos, ou seja, os civilizados, estariam mais próximos aos costumes e compreensões ditas “civilizadas”²⁰⁸.

A compreensão sobre as populações originárias brasileiras perpassou pela Colônia e Império e chegou à República a partir da difusão de ideias e concepções ligadas aos interesses de uma elite branca e latifundiária: “marcas coloniais ficaram e a formação da política na nova nação foi sendo constituída através da permanência de características colonialistas, repressoras e latifundiárias no que se refere aos indígenas”²⁰⁹

A manutenção de lógicas baseadas no poder hierarquizante iniciada na Colônia viera se introduzindo no imaginário de parte da sociedade brasileira durante os séculos. Essa difusão se deu em grande parte através das narrativas históricas elaboradas para a nação. Esta se mantivera alicerçada na colonialidade de poder e

²⁰⁵ PAULO DE ALMEIDA, H. A., *loc. cit.*, p. 17.

²⁰⁶ *Ibidem.* pp. 106-161.

²⁰⁷ *Ibidem.*, p. 122.

²⁰⁸ *Ibidem.*, 2016, p. 129.

²⁰⁹ MONTEIRO, M. C. G., 2014, p. 35.

em concepções eurocentradas que produziram uma história estereotipada das populações originárias.

Permeada por novas questões, a relação entre indígenas e não indígenas só fez tornar-se mais tensa e desrespeitosa a partir do começo do século XX, na medida em que a partir da constituição do estado republicano era preciso consolidar o Brasil como um estado nacional unificado e integrado. A questão indígena tornava-se um problema que precisava de regulamentação, principalmente porque suas terras estavam nos caminhos uma desejada “modernização” e de muitos conflitos intranacionais²¹⁰.

3.1: Breve introdução sobre a legislação relativa às populações originárias

No período colonial a questão indígena estava pautada na mão de obra e na incumbência de civilizar e catequizar os povos originários dada pela bula “*Sublimis Deus*”, emitida em 1537 pelo Papa Paulo III. A bula papal reconhecia as populações contatadas pelos europeus nas Américas, sua humanidade e a necessidade que a fé cristã lhes fosse transmitida. A bula em questão ainda fazia considerações acerca da liberdade e propriedade das terras destes povos.

[...] definimos e declaramos pela presente Encíclica, ou por qualquer sua tradução assinada por qualquer notário público e selada com o selo de qualquer mandatário eclesiástico, a quem se deve dar os mesmos créditos que às autoridades originais, que, não obstante o que quer que se tenha dito ou se diga em contrário, os ditos índios e todos os outros povos que venham a ser descobertos pelos cristãos, **não devem em absoluto ser privados de sua liberdade ou da posse de suas propriedades, ainda que sejam alheios à fé de Jesus Cristo; e que eles devem livre e legitimamente gozar de sua liberdade e da posse de sua propriedade; e não devem de modo algum ser escravizados;** e se o contrário vier a acontecer, tais atos devem ser considerados nulos e sem efeito²¹¹.

A colonização e conquista já iniciada era provida por colonos leigos e pelos jesuítas. Ao longo da empreitada colonial esses dois atores debateram sobre a forma

²¹⁰MONTEIRO, M. C. G., 2014, pp. 35-36.

²¹¹ PAULO III, 1573. Disponível em : <http://www.teatrodomundo.com.br/sublimis-deus-ou-os-indios-tem-alma/> (grifos meus).

de lidar com os povos invadidos. Convertê-los à fé cristã a partir de princípios religiosos e morais, indicados pela “*Sublimis Deus*”, lhes provendo tutela e liberdade dentro dos aldeamentos ou garantir pelo uso de sua força de trabalho o incremento econômico da colônia?

A Coroa portuguesa, então, pressionada em ambas as direções que disputavam pelo controle dos corpos (e mentes) e pela força de trabalho dos povos originários, acabara “produzindo uma legislação indigenista contraditória, oscilante e hipócrita”²¹² afirma Beatriz Perrone-Moisés, em “*Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*” (1992):

Tomada em conjunto, a legislação indigenista é tradicionalmente considerada como contraditória e oscilante por declarar liberdade com restrições do cativo e em alguns casos determinados, abolir totalmente tais casos legais de cativo (nas três grandes leis de liberdade absoluta: 1609, 1680 e 1755), e em seguida restaurá-los²¹³.

Os tais “casos legais” davam conta principalmente das populações invadidas que não haviam se tornado aliadas dos portugueses ou não eram aldeadas e se recusavam à conversão, apresentando-se aos olhos da Coroa como um perigo à colonização. A estes casos é proposta a escravização legal pela *guerra justa* e pelo *resgate*.

As causas legítimas de guerra justa seriam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidade contra vassallos e aliados dos portugueses (especialmente a violência contra pregadores, ligados à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados²¹⁴.

Sob pretexto de manter a ordem e a proteção da colônia “é inegável que houve guerras movidas por necessidade econômica e para as quais foram encontradas justificativas *a posteriori*”²¹⁵.

Uma vez estabelecida a hostilidade e configurado o bárbaro inimigo, é preciso “conter a fereza dos contrários” e a guerra justa que selhes pode mover e arrasadora.

²¹² PERRONE-MOISÉS, B., 1992, p. 116.

²¹³ *Ibidem.*, p. 117.

²¹⁴ *Ibidem.*, 1992, p. 123.

²¹⁵ *Ibidem.*, 1992, p. 125.

[...]

Uma Carta do governador geral do Brasil sobre a assim chamada Guerra dos Bárbaros na capitania do Rio Grande, de 14/3/1688, recomenda a um dos capitães-mores que "dirija a entrada e guerra que há de fazer aos bárbaros como bem entender que possa ser mais ofensiva degolando-os, e seguindo-os até os extinguir, de maneira que fique exemplo de castigo a todas as mais nações que confederadas com eles não temiam as armas de sua majestade". Em Alvará de 4/3/1690, relativo a essa mesma guerra, o governador geral do Brasil recomenda que os inimigos sejam seguidos "até lhes queimarem, e destruírem as aldeias, e eles ficarem totalmente debelados, e resultar da sua extinção, não só a memória, e temor de seu castigo, mas a tranquilidade, e segurança com que sua majestade quer que vivam, e se conservem seus vassallos"²¹⁶.

O resgate por sua vez justificaria a escravização lícita ao se salvar de outras tribos os seus prisioneiros "que estiverem em cordas"²¹⁷ e que seriam devorados. Em troca de lhes salvar a vida e a alma deveriam esses resgatados servir em cativo seu "salvadores".

Aqueles que os resgatam podem servir-se deles contanto que os convertam e civilizem, e os tratem bem. O cativo decorrente de resgate não é, aliás, ilimitado: uma vez pago o trabalho o preço do resgate, o cativo será livre, a não ser em alguns momentos em que se considera que tendo sido pago um preço acima do estipulado, o comprador possa valer-se dos serviços do resgatado pelo resto de sua vida²¹⁸.

Em ambas as práticas providas pela Coroa para a contenção do "inimigo" não deixaram de ocorrer excessos,

os moradores procuram, o tempo todo, enquadrar nesses casos juridicamente legítimos de cativo todos os índios, alegando resgates onde há mera violência, construindo inimigos onde não os há e as vezes simplesmente violando os direitos dos aldeados²¹⁹

Durante o Império a preocupação da sociedade envolvente em relação aos povos originários passou fundamentalmente de uma questão de força de trabalho para se tornar uma questão sobre terras²²⁰. A discussão sobre as populações em

²¹⁶ PERRONE-MOISÉS, B., loc. cit., p. 126.

²¹⁷ *Ibidem.*, p. 129.

²¹⁸ *Ibidem.*, p. 128.

²¹⁹ *Ibidem.*, 1992, p. 129.

²²⁰ CUNHA, M. C., 1992, p. 133.

questão retomava a catequese, o aldeamento, a escravidão e a civilização desses povos, mas agora com objetivos distintos.

Sua presença, já discutida no capítulo anterior a partir de narrativas historiográficas e literárias, era na prática um ponto nodal para o desenvolvimento do Estado imperial. Essa questão, no entanto, no que tange à legislação, como afirma Manuela Carneiro da Cunha, proveu aos povos originários “uma política indigenista francamente pior que a colonial”²²¹.

Na primeira metade do século XIX a postura em relação aos povos originários sofrera um vazio legislativo. O projeto de José Bonifácio de Andrada e do então Imperador D. Pedro I procurava por “chamar os índios à sociedade civil, amalgamá-los assim à população livre e incorporá-los a um povo que se deseja criar”²²².

Entretanto, após a abdicação de D. Pedro I, passa às províncias o direito de legislar sobre a população originária à sua necessidade e interesse. “Com a descentralização de 1834, várias províncias passam imediatamente a tomar iniciativas antiíndigenas”²²³. É só em 1845 que se promulga um documento de caráter geral sobre a questão, o *Regulamento das Missões*.

Detalhado ao extremo, [entretanto,] é mais um documento administrativo do que um plano político. Prolonga o sistema de aldeamentos e explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios²²⁴.

A presença concreta, nos sertões e próximos a rios, que se torna para o Império um empecilho para a expansão para o interior, “A conquista territorial e a segurança dos caminhos dos colonos”²²⁵ se tornam motores de um processo que leva a descimentos, à guerra contra, por exemplo, os Botocudos, compreendidos desde a colônia como inimigos, “índios bravos”, ao aldeamento, à escravidão temporária²²⁶ e à espoliação de terras, compreendidas como necessárias ao Império e seus objetivos, que estavam habitadas por suas populações de origem.

²²¹CUNHA, M. C., loc. cit., p. 137

²²²*Idem*.

²²³*Ibidem*. 138.

²²⁴*Ibidem*., p. 139.

²²⁵*Ibidem*., p. 133.

²²⁶*Ibidem*., p. 146.

A partir da concepção da necessidade do alargamento dos “espaços transitáveis e apropriáveis”²²⁷ em direção ao interior do território brasileiro, a população originária passou a ser afetada diretamente em seu espaço. “Neste contexto, no entanto, os índios ocupavam uma posição singular, já que tinham de ser legalmente, senão legitimamente, despossuídos de uma terra que sempre lhes foi, por direito, reconhecida”²²⁸.

Contra a posse, por direito, dos povos originários sobre as terras que habitavam foram utilizados subterfúgios que remontavam à colônia e que apareciam reforçados, por exemplo, em Varnhagen, como justificativa contrária à posse e permanência destas populações em suas terras, o nomadismo e sua forma de viver em grupo: “Dir-se-á, por exemplo, que os índios são errantes, que não se apegam ao território, que não têm a noção de propriedade, não distinguindo o ‘teu’ do ‘meu’”²²⁹.

Invoca-se ainda, por arcaísmo, as conquistas territoriais provenientes das guerras justas perpetradas contra as populações originárias:

Sob D. João VI as terras conquistadas em “guerra justa” declarada pela Coroa eram tidas por devolutas. A guerra justa, instituição que data das Cruzadas, e usado século XVI ao início do XVIII no Brasil para dar fundamento a escravização de índios livres (Carneiro da Cunha, 1984). No século XIX, é um arcaísmo. Ao ser invocada nessa época, faz ressurgir a escravidão indígena, abolida pelo Diretório Pombalino meio século antes: os índios conquistados ficarão escravos por certo tempo. Mas introduz também, sub-repticiamente, um novo título sobre as terras dos índios, algo que não era tratado nos séculos anteriores. Nunca se haviam declarado devolutas as terras de índios conquistados: a novidade e significativa²³⁰.

Estas terras deviam então, de posse do Império, ser distribuídas para o estabelecimento de colonos²³¹. Civilizar fora durante os séculos sinônimo de catequisar; a partir de Pombal se acresceria, ainda no século XVIII, a possibilidade de “submeter às leis e obrigar ao trabalho”²³² a população originária. Em auxílio a isso, viriam

²²⁷CUNHA, M. C., loc. cit., p. 141.

²²⁸*Idem.*

²²⁹*Ibidem.*, p. 142.

²³⁰*Idem.*

²³¹*Idem.*

²³²*Idem.*

os colonos, supondo que eles “instruiriam os índios no trabalho agrícola, nos ofícios mecânicos e na religião católica (2/12/1808, 1/4/1809, 13/7/1809)”²³³.

Outra justificativa à tomada dessas terras surgia como forma de cessar fugas dos aldeamentos. “Intrusar-lhes as terras seria então uma maneira de cortar-lhes a retirada”²³⁴. Os extintos aldeamentos, também se tornaram terras cobiçadas, sua extensão deveria ser “transferida para as povoações”²³⁵. As supostas justificativas para a espoliação das terras dos povos originários abundavam.

O processo de espoliação torna-se, quando visto na diacronia, transparente: começa-se por concentrar em aldeamentos as chamadas “hordas selvagens”, liberando-se vastas áreas, sobre as quais seus títulos eram incontestes, e trocando-as por limitadas terras de aldeias; ao mesmo tempo, encoraja-se o estabelecimento de estranhos em sua vizinhança; concedem-se terras inalienáveis às aldeias, mas foram-se áreas dentro delas para o seu sustento; deportam-se aldeias e concentram-se grupos distintos; a seguir, extinguem-se aldeias a pretexto de que os índios se acham “confundidos com a massa da população”; ignora-se o dispositivo de lei que atribui aos índios a propriedade da terra das aldeias extintas e concedem-se-lhes apenas lotes dentro delas; revertem-se as áreas restantes ao Império e depois às províncias, que as repassam aos municípios para que as vendam aos foreiros ou as utilizem para a criação de novos centros de população. Cada passo é uma pequena burla, eo produto final, resultante desses passos mesquinhos, é uma expropriação total²³⁶.

3.2: Da criação do SPILTN ao Relatório Figueiredo: o paradoxo da proteção na primeira metade do século XX

Após o “vazio legislativo” apontado por Manuela C. Cunha durante o período anterior, em 1910, após vinte anos da promulgação da República, as populações originárias passaram a ter “um aparelho de poder governamentalizado”²³⁷ com

²³³CUNHA, M. C., 1992, p. 142.

²³⁴*Idem.*

²³⁵*Ibidem*, p. 146.

²³⁶*Idem.*

²³⁷LIMA, A. C. S., 1995, p. 155.

mecanismos jurídicos e administrativos específicos “para gerir a relação entre os povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelhos de poder”²³⁸.

Cria-se o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPLITN) pelo Decreto nº 8.072 de 20 de junho de 1910 – Somente em 1918 o Serviço perde, pelo menos no nome, o caráter de localização de trabalhadores e passa a ser somente responsável pela proteção das populações originárias. “A parte referente à “Localização de Trabalhadores Nacionais” é transferida para o Serviço de Povoamento do Solo, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio”²³⁹, mediante a Lei nº 3454 de 1916.

A criação do SPLITN se deu em meio a um debate público sobre a contrariedade ou não de “um suposto projeto de extermínio das populações indígenas no Brasil, identificado como defendido pelo diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering, e no qual destacaria a ação pessoal de Cândido Mariano da Silva Rondon”²⁴⁰, ocorrido no fim da década de 1900.

O debate em questão fora, de certa forma, resultado do discurso proferido por Inácio Batista de Moura, delegado do Estado do Pará, no XVI Congresso Internacional Americanista, ocorrido em Viena em 1908, onde “os índios do Brasil iam constituir uma parte proeminente da discussão”²⁴¹,

Franz Heger, como diretor da secção antropológica e etnográfica do Museu de Viena, sem dúvida, pressentiu o interesse acerca do estado atual das tribos representadas nas coleções de seu museu. No dia da abertura do Congresso, ele acentuou que o verdadeiro valor das coleções de Loreto e Natterer estava no fato de que elas representavam tudo que se tinha conservado de muitas das culturas brasileiras menos conhecidas. Atualmente -- assim continuou -- seria impossível conseguir uma coleção tão variada como a de Johann Natterer, apesar dos instrumentos e métodos mais eficientes da pesquisa etnológica moderna. Em seguida, explicou que um número grande demais de culturas indígenas agora estava destruído completamente, ou de tal forma alterado pelo contato com a civilização ocidental, que não podia mais ser considerado como representativo de um modo de vida indígena, distinto”²⁴².

²³⁸ LIMA, A. C. S., *loc. cit.*, p. 155.

²³⁹ Disponível em: <http://www.projeto memoria.art.br/rondon/principios-criacao-da-spltn.jsp>
Acesso em: 08/2018.

²⁴⁰ LIMA, A. C. S., *op cit.*, p. 156.

²⁴¹ STAUFER, D. H., 1960, p. 165.

²⁴² *Ibidem.*, p. 166.

No discurso de Moura, ficou exposto o tratamento relegado às populações originárias ainda existentes no Brasil, principalmente na região amazônica²⁴³. Assim como a compreensão do desaparecimento gradual dos índios do país²⁴⁴, que não levaria mais de 50 anos. Essas informações levaram, entre as discussões dos presentes, seis dias depois, a fala acusativa e inquisidora do estudioso Alberto Vojtech Fric sobre o que levaria a esse desaparecimento:

Na sessão matinal de 14 de setembro, um estudioso dos assuntos indígenas no Brasil Meridional, Alberto Vojtech Fric (pronuncia-se "Fritch"), de 27 anos de idade, levantou-se para acusar tanto os colonizadores brasileiros, como os europeus, do extermínio deliberado das restantes tribos selvagens no Brasil. Fric começou a sua exposição dramática com a declaração crua que a busca de escravos, rapto, assassinato e a introdução de doenças contagiosas mortais, tal como a varíola, nas aldeias dos índios, estavam agora completando a aniquilação da população nativa. Tal brutalidade — acentuou Fric — não estava confinada a regiões isoladas das florestas de borracha amazônicas, mas era comumente praticada no meio das florescentes colônias europeias dos Estados meridionais. A situação no Sul — continuou — era a seguinte: alguns ricos homens de negócios tinham comprado grandes glebas em áreas onde a resistência nativa tinha contrariado uma colonização extensa de imigrantes europeus. Estas terras, quase sem valor quando compradas pelos especuladores, foram vendidas em lotes com um lucro de mil e quinhentos por cento, tão logo foram limpas de índios hostis. Embora o orador não tivesse, de fato, descrito a maneira pela qual os bugreiros executavam sua missão sangrenta, ele habilmente apelou para a imaginação dos congressistas com a declaração bastante sugestiva de que se absteria de lhes contar o que ouviu dos matadores dos índios dizer sobre "tortura e assassinio de mulheres e crianças"²⁴⁵.

A ideia da criação do aparelho governamental, surgia à "público", em meio ao debate, pelo então ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Rodolfo Nogueira da Rocha Lima, em "uma 'consulta' pública aos participantes do museu [Nacional], instituição pertencente aos quadros do MAIC". Seria ainda por Rocha Lima, convidado a organizar e gerir o SPILTN, o então tenente-coronel, Cândido Mariano da Silva Rondon.

O tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon organizaria o aparelho (ele fora convidado a criar a partir de uma rede de colaboradores extraída dos membros do Apostolado Positivista do Brasil, parcialmente identificada aos integrantes da

²⁴³ STAUFER, D. H., *loc. cit.*, p. 166.

²⁴⁴ *Ibidem.*, p. 168.

²⁴⁵ *Ibidem.*, p. 169.

comissão telegráfica que então dirigia. A composição do aparelho contemplava, assim, um outro grupo de interesses o qual, ainda que em relativo descenso, detinha um importante papel como formador de opiniões. [...] Cândido Rondon passaria como diretor de fato do aparelho apenas sete meses, continuando a figurar desde então como efetivo até 1930, sendo o cargo exercido por substitutos²⁴⁶.

Criado como parte integrante do então MAIC o SPILTN não apenas cuidava sobre a proteção das populações originárias, mas também abrangeria tarefas de atração de trabalhadores rurais,

abrangendo as tarefas de fixação no campo da mão de obra rural não estrangeira – notadamente a que se supunha descendente da escravidão – por meio de um sistema de controle do acesso à propriedade e treinamento técnico da força de trabalho, efetivado por meio de unidades de ação denominadas *centros agrícolas*²⁴⁷.

Oito anos após sua criação o SPILTN teria retirada de suas responsabilidades a localização de trabalhadores. Entretanto, a intenção de transformar os povos originários em pequenos produtores rurais, se manteria ativa dentro do aparelho. Entre a criação do SPILTN e a nova conformação, o SPI, publica-se sob a Lei nº 3.071 de 1º de junho de 1916, o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil

No Código Civil de 1916, as populações originárias apareciam no Art. 6, do Capítulo I das pessoas naturais, como relativamente incapazes e em parágrafo único são sujeitos ao regime tutelar:

Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:

I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos (arts. 154 a 156).

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

III. Os pródigos.

IV. Os silvícolas.

Parágrafo único. **Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, e que cessará à medida de sua adaptação.** (Vide Decreto do Poder Legislativo nº 3.725, de 1919)²⁴⁸.

²⁴⁶ LIMA, A. C. S., *loc. cit.*, p. 159.

²⁴⁷ *Ibidem.*, p. 156

²⁴⁸ BRASIL, 1916. (Grifos meus).

Com o aparelho governamental instituído com a finalidade de agir sobre as populações originárias à procura de garantir sua sobrevivência, fazer com que adotassem gradualmente os hábitos “civilizados”, influenciando de “forma cordial” em suas vidas para fortalecer a compreensão de um pertencimento à nação brasileira,²⁴⁹ Rondon e os demais envolvidos com o SPI, seguem a regra de

“*atrair e pacificar*, sem destruir os ocupantes indígenas, obtendo assim a mão de obra necessária à execução dos ideais de Couto de Magalhães [de fins do século XIX], de desbravamento e preparação das terras não colonizadas (para posterior ocupação definitiva por brancos) por meio de populações “aclimatizadas” aos trópicos. Realizar-se-ia o duplo movimento de conhecimento-apossamento dos espaços grafados como *desconhecidos* nos mapas da época, e a transformação do índio em *trabalhador nacional*.”

Da sua criação até a saída de Rondon, já general, no ano de 1930, o avanço em relação à postura da sociedade envolvente foi considerado tímido²⁵⁰. A lógica assimilacionista, juntamente com a concepção de que seria através do trabalho agrícola que se alcançaria a desejada integração e comunhão à nação das populações originárias, “o resultado foi desastroso, conforme registram os arquivos do órgão protetor. As tribos submetidas a essa experiência invariavelmente se desorganizaram, nenhuma se integrou”²⁵¹.

No mesmo ano da saída do quadro de funcionários do SPI, pelo general Rondon, Vargas ascende ao poder após um golpe de estado. O Serviço passa por um período de instabilidade, mas com o advento de políticas de colonização interna do território brasileiro, a chamada Marcha para o Oeste,

obtem novos recursos e é reintegrado em um projeto mais amplo do Estado. Do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o SPI passa para o Ministério do Trabalho (1930-1934) e em seguida para o Ministério da Guerra (1934-1939), como órgão vinculado à Inspetoria de Fronteiras. Dentro da perspectiva de ação política de Vargas, o serviço teria como um dos eixos de ação, primeiramente o trabalho no campo e, em seguida, a proteção militar das fronteiras do país²⁵².

²⁴⁹ Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/principios-criacao-da-spiltn.jsp>
Acesso em: 08/2018.

²⁵⁰ D’ANDREA, D., 2015, p. 19.

²⁵¹ A POLÍTICA do genocídio contra os índios do Brasil, 1974, p. 6.

²⁵² GUIMARÃES, E., 2015, p. 32.

É ainda nesse período que se passa à ação mais próxima à antropologia aplicada nas políticas sobre as populações originárias, afirma Elena Guimarães (2015). Funda-se, em 22 de novembro de 1939, pelo decreto-lei nº 1794, o Conselho Nacional de Proteção ao Índios, o CNPI,

a finalidade do CNPI era a de estudo de todos os problemas gerais relacionados com a assistência e proteção aos índios. E da competência do órgão, conforme capítulo III, Art. 6º do mesmo estatuto, seria o de promover e orientar estudos e investigações sobre as origens, línguas, ritos, tradições, hábitos e costumes dos índios²⁵³.

De um lado o CNPI, de caráter consultivo, contando entre seus conselheiros, representantes do Museu Nacional, do Serviço Florestal, do diretor do SPI e pessoas de “ilibada reputação”, do outro o SPI de ações práticas, levam a política sobre as populações originárias a um período de revisão da ação assimilacionista, apoiada pela criação de espaços para o estudo da sua cultura, hábitos, língua, etc. Nesse período, passam a integrar o quadro de funcionários do SPI nomes como o antropólogo Darcy Ribeiro, que, juntamente a outros,

vinham imbuídos de uma perspectiva científica, propondo práticas tutelares fundadas em outras referências teóricas, as teorias de contato cultural e aculturação, de acordo com os novos critérios de cientificidade em vigor na época (LIMA, 2006)²⁵⁴.

Norteados por uma ideologia protecionista, que procurava coibir os efeitos do “desenvolvimento econômico e da integração nacional”²⁵⁵, sobre os povos originários, as ações dos envolvidos com a proteção desse grupo – o já citado Darcy Ribeiro, assim como os irmãos Vilas Boas, que alcançariam por seu empenho em relação às populações originárias, a criação do Parque Nacional do Xingu, no início da década de 1960, por decreto de Jânio Quadros, entre outros – pareciam indicar que as políticas de proteção seguiriam para um caminho positivo para as populações.

*

²⁵³ GUIMARÃES, E., *loc. cit.*, p. 32.

²⁵⁴ *Ibidem.*, P. 33.

²⁵⁵ MONTEIRO, M. C. G., 2014, p. 39.

Desde a invasão, eufemisticamente chamada de descobrimento, ocorrida no ano de 1500, no território que é hoje o Brasil, com mais ou menos intensidade, as terras habitadas por diversos grupos étnicos, as populações originárias, estiveram sob a mira do “desenvolvimento”.

Da dominação inicial do território, em seu aspecto extrativista, passando pelos aldeamentos onde se cerceou a liberdade não só da crença como também de trânsito, compreendendo o genocídio levado a cabo ao longo dos tempos provendo terras “livres”, seja pelas chamadas guerras justas ou por simples sanha contra os povos e, entendendo os projetos de atração para o trabalho agrícola e a expansão para o interior do território brasileiro desde antes do Império e ao longo dos séculos, não houve nenhum momento na história da relação entre as populações originária e a sociedade branca em que o dito desenvolvimento econômico não tenha se posto contra a re-existência dos primeiros.

Do início do período colonial, até metade do século XX, a legislação sobre as terras onde habitavam os povos originários passou por mudanças que se tornaram cíclicas e não alteraram o caráter da questão. Da *Sublimis Deus*, a colocação de terras conquistadas nas “guerras justas” como devolutas por D. João VI, e chegando à Constituição Brasileira de 1967, pós Golpe Militar, quando “as terras ocupadas pelos silvícolas” passam a ser bens da União pelo Art. 4, a real posse pelos grupos originários, foi e é, ainda hoje no século XXI, mesmo após as mudanças legislativas desde 1967, de luta pelos seus direitos e pela sua re-existência.

Para se manterem re-existent, as populações originárias passaram (passam) por muitos horrores. Ainda sob a “proteção” do SPI, começam a surgir denúncias sobre a alienação dos deveres dos funcionários do Serviço, de maus tratos, perseguições e outras perpetrções que incidiam diretamente contra a vida desses grupos.

Essas denúncias começaram a surgir na década de 1960, um pouco antes, em documentos oficiais, como os remetidos pelo SPI, através do CNPI ao Ministério da Agricultura, como apresenta Elena Guimarães em sua dissertação “*Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias*”, 2015, onde são descritos “os

massacres contra povos inteiros, chegando alguns ao extermínio, promovidos por fazendeiros, madeireiros, mineradores e seringalistas.”²⁵⁶

Dentro dos próprios boletins internos do SPI é possível apurar a presença de denúncias e inquéritos relativos às violências de graus distintos cometidas contra as populações originárias atraídas pelo próprio Serviço para próximo de suas Inspetorias e Postos Indígenas.

No Boletim Interno nº 27, de abril de 1959, se encontra na página 2 o texto sob o título “As terras dos índios”. Nele se afirma

Esteve nessa Capital, um grupo de 14 índios da tribo dos xerentes, moradores no município de Tocantina, no Estado de Goiás. Esses silvícolas procuraram a Direção do SPI, a fim de reclamarem contra a invasão de suas terras, por elementos civilizados, e por incrível que pareça, pertencentes ao Governo daquele Estado

A Direção do SPI, imediatamente tomou as providências que o caso requeria, e nesse sentido, telegrafou ao Chefe da IR 8, em Goiânia, pedindo esclarecimentos sobre essa invasão de terras²⁵⁷.

Os representantes dos Xerentes foram enviados de volta ao seu aldeamento. No Boletim Interno nº 28, de maio de 1959, encontra-se sob o título “Parecer 407 SC 10270/58” os resultados do “Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial nº 940, de 17/09/58, para apurar irregularidade verificadas no Posto Indígena Guarita, no município de Portela, Estado do Rio Grande do Sul”. A partir do que havia sido denunciado, e apurado, no entanto,

3. Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentou relatório circunstanciado dos mesmos, no qual, embora, dando pela interna denúncia, deixou entretanto de sugerir qualquer punição aos implicados no processos, por entender que o único responsável pelas irregularidades verificadas nessa dependência do SPI era a sua própria administração central que jamais proporcionou aos diversos encarregados do Posto os recursos que careciam, para que pudessem desincumbir-se, a contento, das atribuições inerentes às funções

²⁵⁶ GUIMARÃES, E., *loc. cit.*, p. 44.

²⁵⁷ SPI, 1959, p. 2. As citações que se referem e/ou fazem parte de documentos internos do SPI foram consultadas no site do Centro de Referência Virtual Indígena através da iniciativa Armazém Memória. Disponível em: <http://armazenmemoria.com.br/centros-indigena/> e estarão em anexo à dissertação.

[...]

8. Conquanto estranhável, à primeira vista, o procedimento da Comissão, ao deixar de propor qualquer punição para os responsáveis pelas irregularidades apuradas no decorrer do Inquérito, a verdade é que após um detido exame das diversas peças de que se compõe o processo, a conclusão a que fatalmente se chega é que outra não pode ser a sua atitude, diante das incriveis dificuldades com que sempre lutaram os encarregados dessas e outras dependências do aludido Serviço.

9. Privados, geralmente, dos recursos indispensáveis para que pudessem levar a bom termo a sua espinhosa missão, esses encarregados, levados pelo estado de necessidade, viam-se muitas vezes obrigados a lançar mão de expedientes normalmente censuráveis, com o único e exclusivo propósito de evitar a derrocada dos serviços sob a sua responsabilidade²⁵⁸.

Apesar da confirmação da denúncia não houve punição aos responsáveis.

Em 1962, em relatório sobre as inspeções feitas nas “5ª, 6ª, 9ª, 1ª e 2ª Inspetorias Regionais, sediadas, respectivamente, em Campo Grande, Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, Posto Velho, no Território Federal de Rondônia; Manaus, Estado do Amazonas; e Belém, no Estado do Pará”²⁵⁹, com o objetivo de saber do estado das IR e dos Postos Indígenas e da vivência das populações originárias próxima e/ou ligadas a eles, enviado ao Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, o então Diretor do SPI, ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho informa:

A) POSTOS INDÍGENAS:

Salvo algumas poucas e honrosas [?]dicação e do interesse dos funcionários – os Postos encontram-se em lamentável estado; **desassistidos, carentes de tudo, sem fiscalização, ficam os índios entregues a si mesmo e a terra indígena à mercê da cupidez de estranhos e, não raro, da exploração clandestina por parte dos próprios encarregados e demais funcionários.** Campeiam o ócio, a irresponsabilidade e os atentados à coisa pública.

B) - INSPETORIAS REGIONAIS:

As Inspetorias Regionais, que deveriam ser órgãos atuantes e ativos, dado à total falta de recursos com que lutam – sobretudo meios rápidos de transporte - e sem sofrerem fiscalização ou estímulo, constituem apenas repartições burocráticas e sedentárias, e manipulam os recursos ou recebem – muitas vezes de maneira turbilh[on]ária e pouco conveniente

Verificou-se a existência de contratos e arrendamentos feitos sem conhecimento da Diretoria; outros, firmados por esta mas lesivos ao serviço; necessidade de padronização da

²⁵⁸ SPI, 1959, pp.6-7

²⁵⁹ SPI, 1962, p. 2

escrituração; funcionários lotados em funções de modo irregular e que, por isso, nada produzem²⁶⁰.

Tornou-se visível, a partir do relatório e pela formação de comissões, por Ribeiro Coelho que aprofundariam as investigações sobre denúncias feitas por representantes das populações originárias contra funcionários do Serviço, “as invasões de terra”, “o comportamento de encarregados dos Postos Indígenas”, a verificação sobre “o que está havendo de irregular entre os índios e boiadeiros”²⁶¹.

Constam no mesmo Boletim, em referência ao relatório as Portarias nº 18 de 22 de fevereiro de 1962 que repreende o funcionário do Serviço Alaor Fiorante Duarte, por “sua conduta de desrespeito à moral indígena e aos bons costumes sociais”²⁶² e a Portaria nº 23, de 26 de fevereiro de 1962, em que o Diretor do SPI designa nomes para compor uma Comissão de Inquérito Administrativo, que teria como objetivo de

Verificar a exatidão das denúncias feitas contra DUCASTEL GUTERRES, Motorista, CT-401-8, ex-Encarregado do Posto Indígena “José Bonifácio”, da 5ª Inspeção Regional, pelo Trabalhador Zacarias Marques (índio), devendo a Comissão designada apurar:

- a) sobre possível violência praticada contra os índios, pelo acusado, quando nas funções de Encarregado do Posto Indígena “José Bonifácio”, da 5ª Inspeção Regional
- b) sobre possível sonegação da Renda Indígena, relativamente à produção e venda de erva-mate;
- c) [...]
- d) se aquele ex-Encarregado era Procurador de seus auxiliares, funcionários do mesmo Posto e, nessa qualidade, teria pago ao Trabalhador Zacarias Marques (índio) a importância de Cr\$.... Cr\$ 30.000,00 (TRINTA MIL CRUZEIROS), em vez de fazer quitação do total dos pagamentos por ele recebidos, referentes a salário-família daquele Trabalhador²⁶³.

Em 19 de abril de 1963, após várias denúncias chegarem à imprensa, se instaurou na Câmara dos Deputados, com publicação no Diário Oficial, a Comissão Parlamentar de Inquérito Para Apurar Irregularidade no Serviço de Proteção aos Índios.

²⁶⁰ SPI, 1962, pp. 2-3.

²⁶¹ SPI, 1962, p. 3.

²⁶² SPI, 1962, p. 20.

²⁶³ SPI, 1962, p. 21.

A CPI chega em setembro de 1963 a seu relatório final, pelo relator Deputado Celso Amaral, apontando a presença de graves irregularidade no Serviço de Proteção do Índio. Entre a instauração e fim da CPI de 1963, e o resultado de outra CPI que iria vir a acontecer em 1967 provendo o documento futuramente conhecido como *Relatório Figueiredo*, o país passa pelo Golpe Militar de 1964.

A retomada das investigações sobre as violências praticadas aos povos originários durante a década de 1960, quando o Ministro de Estado do Interior, em Portaria nº154, de 24 de julho de 1967, resolve designar Jáder de Figueiredo Correia, procurador, Francisco de Paula Pessoa, técnico da administração e Udmar Vieira Lima, técnico de contabilidade,

todos pertencentes ao Quadro Pessoal do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, para sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de apurar as irregularidades que teriam ocorrido no Serviço de Proteção aos Índios, apontadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito conforme resolução nº 142, de 1963, da Câmara dos Deputados, constante do proc. De nº 2.841-67 deste Ministério – *Afonso Augusto de Albuquerque Lima*²⁶⁴.

3.3: Sobre o extermínio indígena pré Ditadura Militar (1964-1985): o Relatório Figueiredo

Em 10 de setembro de 1968 publica-se no Diário Oficial da União síntese do Relatório da Comissão de Inquérito instituída pela portaria 239-67 do Senhor Ministro do Interior – para apurar irregularidades do SPI²⁶⁵. Ainda em 20 de março de 1968, o Ministro do Estado e Interior, que havia resolvido pela CPI, “deu uma entrevista coletiva no Rio de Janeiro, onde tornou público o resultado do Relatório Figueiredo”²⁶⁶, pouco mais de seis meses depois da abertura das investigações.

A repercussão foi imediata, no Brasil e também internacionalmente. As atrocidades que foram constatadas e averiguadas por Jáder Figueiredo Correia e outros membros da CPI, a partir de coleta de depoimentos e documentos em três

²⁶⁴ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO nº 142, de 28 de julho de 1967, p. 7973.

²⁶⁵ DIÁRIO OFICIAL, 1967, p. 8046.

²⁶⁶ GUIMARÃES, E., *loc. cit.*, p. 52.

Inspetorias Regionais, a 5ª, 6ª e 1ª IR, três das cinco já investigadas em 1963, respectivamente em Mato Grosso (5ª e 6ª) e Amazonas. “Pelo exame material infere-se que o Serviço de Proteção aos índios foi antro de corrupção inominável durante muitos anos”²⁶⁷. – Afirma Figueiredo na síntese de 68 páginas do Relatório.

A desumana violência executada, se não por funcionários do SPI, com a conveniências destes, figurou em publicações entre Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França e Romênia²⁶⁸. Uma das publicações, a Revista *Der Spiegel*, de grande circulação na Alemanha, cinco dias após a coletiva do Ministro Albuquerque Lima, expunha os crimes cometidos contra as populações originárias, tais quais o genocídio dos Cinta Larga através do bombardeamento da tribo, de avião, com dinamite e o atirando com metralhadoras aqueles que conseguissem escapar²⁶⁹.

²⁶⁷ CORREIA, J. F., 1968, p. 2.

²⁶⁸ GUIMARÃES, E., *loc. cit.*, p. 51.

²⁶⁹ DER SPIEGEL, 1968, p. 144. Disponível em: (<http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-46093905.html>) Acesso em: 08/2018.

weniger als 50 Mark monatlich. Eine halbe Million oder auch eine Million Menschen sind arbeitslos, Hunderttausende haben nichts: keine Arbeit, kein Heim, kein Selbst.

Wenn es Nacht wird in Kalkutta, wälzen sich zerlumpte Inder an den Tranfanzeln stickiger Hütten vorbei. Sie bedecken Straßen und Plätze wie ausgetretene Zigarettenstummel einen Bahnhof-Warterraum.

Tagsüber hoffen sie. Mit schmerzverzerrtem Gesicht schreit ein Schuhputzjunge einen gräßlichen Gesang in den Straßenlärm, klopft auffordernd die Bürste an seinen braunen Kasten und stiert auf die wenigen Schuhe zwischen den vielen nackten Füßen. Wie einen Hund jagen Busse und Rikschakulis einen verkrüppelten Mann, der auf allen vieren über die Straße hetzt. Stolz schreitet ein grauweiß bedreifter Hindu durch die Straße, hockt ein paar Sekunden nieder, steht auf und läßt seine Exkremente zurück. Ohne Blick, ohne Gärde, ohne Scham.

In Kalkutta huschen die Ratten nicht wie anderswo, sie trollen sich träge davon. Unter einem Busch im zentralen Stadtpark fressen sie einer gaffenden Menge etwas vor. Ein Erdnußhändler kauert vor ihnen und verkauft das Futter für die vergötterten Nager. Er ist einer der wenigen, die von den Ratten leben.

Mit den Ratten hingegen leben Millionen. In zerfallenen Häusern, Hütten aus Lehm, Behausungen aus Korb- und Bambusgeflecht, in Bretterkästen und Blechtrömmeln. In den Slums vegetieren sie ohne Licht, ohne Wasser und Kanalisation. An den wenigen Pumpen stehen sie an, oder sie schöpfen aus mit braunem Schaum bedeckten Tümpeln.

Kalkutta ist die einzige Millionenstadt in einem Raum, in dem mehr als 100 Millionen Inder leben. Droht dem Land Hunger, strömen sie zu Tausenden in die Metropole und zerstören jede Hoffnung auf ein besseres Leben.

1986 wird Kalkutta vorsussichtlich mehr als zwölf Millionen Einwohner haben. Die indische Regierung versucht, wenigstens einfache sanitäre Anlagen zu bauen, um eine menschliche Katastrophe in Kalkutta zu verhindern. Aber: „Wenn Indien jemals explodieren sollte“, schrieb die Londoner „Sunday Times“, „dann geschieht es hier.“

BRASILILIEN

INDIANER

Arsen und Zuckerstückchen

„Die einzigen brauen Indianer waren tote Indianer.“

US-General Sheridan,
Held der Indianerkriege 1878

Jeder Brasilianer ist stolz auf Rondon. Denn Marschall Cândido Mariano da Silva Rondon hatte — anders als US-General Sheridan — geschworen, „der Sache der Indianer und der Menschlichkeit zu dienen“.

Vor fast 60 Jahren gründete Rondon deshalb seinen Indianer-Schutzdienst, dessen stolze Devise die Brasilianer schon in der Schule lernen: „Sterben, wenn es sein muß — aber töten nie!“

Jetzt ist der Stolz Brasiliens „tonnenschwerer Schande“ („Jornal do Brasil“) gewichen: Die Indianer-Schutztruppe handelte nicht wie Rondon, sondern nach Sheridan. Sie tötete — und ausgerechnet ihre Schützlinge, die Indios.

Tausende von ihnen starben wahrscheinlich unter den Foltern der weißen Männer von Rondons Serviço de Protecção ao Indio (Spi) nur einige hundert Kilometer von der modernen Retortenhauptstadt Brasilia entfernt.

Wie die Konquistadoren Cortez und Pizarro rotteten die vom Staat geheuerten Helfer ganze Indianerstämme aus, um deren Besitz — Holz und fruchtbaren Ackerboden — zu Geld zu

Bereits vor zwei Jahren hatte die in Rio de Janeiro erscheinende Zeitung „O Globo“ über Massaker an Indios, über Beutezüge und Strafexpeditionen berichtet. Doch erst vor acht Monaten löste Staatspräsident Marschall Costa e Silva die Spi-Truppe auf und beauftragte Innenminister General Albuquerque Lima mit der Untersuchung.

Fahnder registrierten in 15 brasilianischen Bundesstaaten die Spi-Verbrechen in 103 Kilo Akten: Mord, Betrug, Raub, Notzucht und Korruption — „alle im Strafgesetz enthaltenen Verbrechen“, verriet Staatsanwalt Jader de Figueiredo Correia, Leiter der Untersuchungs-Kommission.

Außerdem deutete er an, daß selbst ein ehemaliger Staatsminister und ein Gouverneur Komplizen der Rondon-Männer waren. 135 Indianerschützer, Politiker, Beamte und Offiziere wurden inzwischen angezeigt, 200 Beamte aus der Regierung entlassen.



Indianer in Brasilien: „Sterben, wenn es sein muß — töten nie“

machen. Goldsucher und Pistoleiros beteiligten sich an den Verbrechen. Großgrundbesitzer Zentralbrasilien, Fazendeiros, erwiesen sich als zahlkräftige Abnehmer des Landes, das laut Verfassung unverkäuflich und auf ewig Eigentum der Indios ist.

Wie Cortez und Pizarro kamen die Rondon-Männer angeblich als Freunde, doch sie brachten Leid und Tod:

- ▷ Im Bundesstaat Mato Grosso verteilten sie Zuckerstücke als Gastgeschenk — mit Arsen getränkt —, kein Indio kam davon.
- ▷ Im Staat Bahia impfen sie zwei Stämme der Pataxos-Indianer gegen Pocken — nur wenige überlebten die künstliche Seuche.
- ▷ In Paraná banden sie die Indianer an Märterpfähle, bis sie auf ihre Landrechte verzichteten.
- ▷ In Mato Grosso rotteten sie den kriegerischen Stamm der Cinta Larga aus, indem sie aus einem Flugzeug Dynamitladungen in die Dörfer warfen und Flüchtlinge mit Maschinengewehren beschossen.

Nach Schätzungen der Kommission schrumpften die 90 000 Indianer der von Spi betreuten Stämme auf 20 000 zusammen. 70 000 wurden getötet oder tief ins unwegsame Innere des Landes vertrieben.

Als einer der Hauptschuldigen wird inoffiziell Luftwaffenmajor Luis Vinhas Neves genannt. Er soll 42 Indianerstämme ausgerottet haben. Seine Vernichtungsflüge und andere Einsätze brachten ihm angeblich 1,2 Millionen Mark ein. Der Major war zwei Jahre Direktor der Indio-Schutztruppe.

Anonyme Absender schickten den Zeugen, die den Major und andere Indianerjäger belasteten, Morddrohungen, ebenso dem Staatsanwalt Jader de Figueiredo und seinen ausgesandten Fahndern.

Und Innenminister Albuquerque Lima berichtete am vergangenen Mittwoch, daß Brandstifter vergebens versucht hätten, die Spi-Akten zu vernichten. Das belastende Material wurde aus dem brennenden Landwirtschaftsministerium gerettet.

A revista *DierSpiegel* publica ainda sobre os Cinta Larga, em editoriais em 1969, onde expõe entre outros crimes, imagens como a de dois homens que haviam pendurado uma integrante da tribo, com uma criança assassinada nos braços, de ponta cabeça e se preparavam para cortá-la ao meio, do púbis em direção a cabeça. Essa imagem foi publicada inicialmente no Jornal “*O Globo*”²⁷⁰.

²⁷⁰ZELIC, M., 2012. Disponível em: <https://www.slideshare.net/Liliandvnet/tribunal-populardaditadura-indios2?ref=https://jornalggn.com.br/materia-artigo/o-massacre-de-indigenas-na-ditadura-militar> Acesso em: 20/08/2018.

„Sie werden alle ausgerottet“

Der Massenmord an den brasilianischen Indianern / Von Norman Lewis

Die Indianer im brasilianischen Dschungel sind systematisch ausgerottet worden. Anfang 1968 veröffentlichte das brasilianische Innenministerium den Bericht einer Kommission, die Massenverbrechen gegen die indische Bevölkerung untersucht hatte.

Das Beweismaterial war so aufsehenerregend, daß mehrere Staaten in der Menschenrechtskonferenz der Vereinten Nationen in Brasilien anklagten, den Massenmord an Indianern zu dulden. Das brasilianische Regierung versprach daraufhin, diese Verbrechen würden untersucht und bestraft werden. Später erklärte sie, daß man den Schuldigen im Frühjahr 1969 wegen Massenmorde, Sklaverei, Folterung und Diebstahls den Prozeß machen würde.

Dieser Prozeß hätte er stattgefunden, würde von dem Untergang der brasilianischen Waldindianer erzählt haben, eines Menschenschlages, wie es ihn harnloser und barmherziger auf der Welt nicht gab. Die indische Tragödie, die sich im vergangenen Jahrhundert in den Vereinigten Staaten abspielte, hat sich in Brasilien wiederholt, jedoch in kürzerer Zeit.

Es blieb der brasilianischen Regierung selbst überlassen, das Geheimnis dieser Tragödie zu lüften. Das geschah im März 1968 mit brutaler Offenheit und ohne jeden Versuch nationaler Selbstrechtfertigung. Ganze Indianerstämme waren buchstäblich ausgerottet worden — nicht etwa trotz aller Bemühungen des staatlichen Indienschutzdienstes, sondern mit seinem stillschweigenden Einverständnis, oft sogar unter seiner aktiven Mitwirkung.

Der inzwischen zurückgetretene brasilianische Innenminister, General Albuquerque Lima, mußte zugeben, daß der Indienschutzdienst (SPI — Serviço de Proteção aos Índios) in ein Instrument zur Unterdrückung der Indianer verkehrt und darum aufgelöst werden war. Gegen 134 SPI-Funktionäre wurde ermittelt.

Das Liste der Verbrechen, die ihnen angelastet wurden, füllte eine ganze Seite in *The Sunday Times*.

* Das von der brasilianischen Zeitung „O Globo“ veröffentlichte Photo zeigt Kommandantur der Marzag Luiz-Mirim, die eine Cinta-Larga-Indianerin aufhängen, um sie mit der Methode zu bestrafen.

Zeitungsseite, kleingedruckt. In einem vertraulichen Gespräch herbeigeholte Generalstaatsanwalt Jader Figueiredo, ob von den über 800 Angestellten der Organisation auch nur zehn völlig freigesprochen werden könnten.

Der offizielle Bericht über den Indiemord war in trockenen Stil abgefaßt, doch um so wirkungsvoller erwiesen sich seine Enthüllungen. Siedler und korrupte Politiker hatten immer wieder indische Gebiete an sich

zurück als eine jämmerliche Diözesane von etwa 300 Mitgliedern. Von den hochstehenden Chavarris waren nur einige hundert am Leben.

Von vielen Stämmen lebte jetzt nur noch eine einzige Familie, von manchen gab es sogar nur ein oder zwei Angehörige. Andere Stämme waren völlig verschwunden, so die Tapaiunas, die durch eine mit Arsen vermischte Zuckerspende ausgerottet wurden. Generalstaatsanwalt Jader Figueiredo schätzte, daß den Indianern in den letzten zehn Jahren Eigentumswerte im Höhe von 248 Millionen Mark geraubt wurden. „Nicht nur die Veruntreuung der Gelder“, erklärte Figueiredo, „auch die Duldung sexueller Perversionen, Morde und anderer Verbrechen gegen die Indianer beweist, daß der Indienschutzdienst jahrelang eine Hölle der Korruption und des willlosen Mordes war.“

Der Leiter der Organisation, Major Luiz Neves, wurde beschuldigt, 42 Straftaten begangen zu haben; er soll unter anderem an mehreren Meeres mitgewirkt, illegales Landverkauf betrieben und 1,2 Millionen Mark unterschlagen haben. Aus weiteren Erklärungen des Innenministeriums erfuhr die Öffentlichkeit von immer neuen Verbrechen gegen die Indianer:

▷ Reiche Landbesitzer des Bezirks Pedro Afonso griffen den Stamm der Cinta an und töteten etwa 100 Menschen.

▷ „Das schlimmste Verbrechen fand in Araguaia statt, wo die Cinta-Larga-Indianer von der Luft mit Dynamitlasten bombardiert wurden.“

▷ „Den Maxacalis geben die Landbesitzer Feuerwasser, dann lassen sie die betrunkenen Indianer von gefüllten Schützen zusammenschießen.“

▷ „Zum Niedermetzeln der Carajas engagierten die Landbesitzer einen berüchtigten ‚Pisoleiro‘ (Pistolenscheißen) und seine Bande.“

▷ „Die Nhamiguera-Indianer wurden durch Maschinengewehrfeuer niedergemäht.“

▷ „Zwei Stämme der Patashé-Indianer wurden durch Pektroinjektionen ausgerottet.“

Das brasilianische Innenministerium erklärte schließlich, „daß sich die Zahl der von ehemaligen Funktionären des



Orestes am Rio Kingó: Untergang eines Volkes

germen und deren Bewohner in grauenhaftem Kampf vernichtet.

Eine Kommission, die in 88 Tagen die Stützpunkte des Indienschutzdienstes im ganzen Land inspiziert und dabei Beweismaterial über Grenzläufer zusammengetragen hatte, berichtete die ungeheuren Verbrechen:

Von den in den dreißiger Jahren gezählten 19.000 Manducurus waren 1200 übriggeblieben, die Zahl der Guarani ging von 3000 auf 300 zurück. Von den 4500 Carajas blieben noch 400. Die 10.000 Cinta Larga waren auf 500 zusammengesunken.

Der stolze Stamm der Kadiwau, der „indischen Kavaliere“, existierte

A acusação de tal crime, assim como outros contra os Cinta-Larga, fora apresentada ainda nas primeiras páginas síntese do *Relatório Figueiredo*:

Mais recentemente os Cinta-Larga, em Mato Grosso, teriam sido exterminados a dinamite atirada de avião, e aextricnina adicionada ao açúcar enquanto os mateiros os cação a tiros de “pi-ri-pi-pi” (metralhadora) e racham vivos, a facção, do pubis/ para a cabeça, o sobrevivente!!!²⁷¹

O *Relatório Figueiredo* em mais de 7000 páginas expôs crimes hediondos contra a vida das populações originárias: trabalho forçado e escravo, espancamento, tortura, o uso do “tronco” – instrumento de tortura “que consistia em duas estacas enterradas em ângulo agudo, onde os tornozelos eram amarrados. Essas estacas depois eram dobradas e quebravam os tornozelos”²⁷² – cárcere, aliciamento, troca de bens por indivíduos das tribos, aliciamento, estupro, assassinatos com crueldade extremada. Além de crimes contra os bens das populações originárias com a dilapidação do patrimônio indígena, já dentro da estrutura burocrática, além de corrupção, fraudes, omissões, etc.

O Serviço de Proteção ao Índio, que se propusera em sua criação zelar pela população originária, se degenera ao nível de se transformar em seu oposto, um serviço de perseguições e extermínio contra os povos que fora incumbido de proteger. O quadro abaixo, elaborado por Elena Guimarães e que se encontra em sua dissertação²⁷³, apresenta censo superficial dos crimes apurados:

crime	autor (funcionário)	local	pág
Agressão/maus tratos	Acir Barros	IR7 (RS)	1720
	Itamar Zwicher Simões	IR5 (SP)	4030
	João Viegas Muniz	IR6 (MT)	1682
Espancamento	Acir Barros	IR7 (RS)	1824
	Álvaro de Carvalho	IR7 (RS)	1847
	Elita Ferreira Simões	IR5 (SP)	1566
	Flávio de Abreu	IR6 (MT)	4008
	João Batista Corrêa	IR6 (MT)	1505, 1682
	Romildo de Souza Moraes	IR7 (RS)	1843, 1845
Tortura	Terezinha Abreu	IR6 (MT)	1683
	Acir Barros	IR7 (RS)	1843
	João Batista Corrêa	IR6 (MT)	1681,1682,1793, 4014,4292
	Maria Alves de Souza	IR7 (RS)	1731, 1719
Castigos/torturas no “tronco”	Raul de Souza Bueno	IR7 (PR)	
	AttilioMazzaloti	IR7 (SC)	1764
	Eurico Castelo Branco	IR7 (RS)	1824-1825
	Francisco José V. dos Santos	IR7 (RS)	1824-1825

²⁷¹ CORREIA, J. F., 1968, p. 7.

²⁷²MELLO, A., 2013, (Jornal Estado de Minas, 28 de abril de 2013 – acesso online: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2013/04/28/interna_nacional.378500/indios-brasileiros-foram-tratados-como-escravos-e-castigados-em-troncos.shtml

²⁷³ Quadro formado a partir das informações sistematizadas por Jäder Figueiredo Correia no relatório final da comissão. Vol. XX. Fls. 4926-4978: Elena Guimarães com base no relatório do Jäder Figueiredo Correia. GUIMARÃES, E., 2015, pp. 68-69.

	Lauro de Souza Bueno Nereu Moreira da Costa Raul de Souza Bueno Salatiel Marcondes Diniz Vivaldino de Souza Bueno	IR6 (MT) IR7 (SC) IR7 (PR) IR7 (RS) IR7 (PR)	1719, 1731, 4439 1829 1731, 4439 1824, 1825 1719, 1731, 4439
Trabalho escravo	Iridiano Marinho de Oliveira Itamar Zwicher Simões Lauro de Souza Bueno Raul de Souza Bueno Vivaldino de Souza Bueno	IR5 (MS) IR5 (SP) IR6 (MT) IR7 (PR) IR7 (PR)	1774 1862 1721, 4438 1721 1721,4438
Assassinato	Álvaro de Carvalho João Viegas Muniz	IR7 (RS) IR6 (MT)	1682 1682
Cárcere privado	Durval Antunes Machado Flávio de Abreu Heróides Teixeira João Batista Corrêa João Viegas Muniz Lauro de Souza Bueno Raul de Souza Bueno Terezinha Abreu Vivaldino de Souza Bueno	IR7 (RS) IR6 (MT) IR7 (RS) IR6 (MT) IR6 (MT) IR6 (MT) IR7 (PR) IR6 (MT) IR7 (PR)	1720 1683 1821 4014, 4292 1682 4439 4439 1683 4439
Estupro	Djalma Mongenot	IR5 (MS)	3770, 3773, 3784
Aliciamento de índias	Ivan Edson Gadelha João Batista Corrêa Wismar Costa Lima	IR6 (MT) IR6 (MT) IR7 (SC)	1789 1505, 1682 1718, 1843

Tabela 1: Informações sistematizadas, por Elena Guimarães, a partir dos crimes apresentados por Jäder Figueiredo Correia no relatório final da comissão. Vol. XX. Fls. 4926-4978 GUI-MARÃES, E., 2015, pp. 68-69.

Investigados pelo próprio SPI entre 1958 e 1962, como o funcionário Duscotel Gutierrez da 5ª IR e Luiz Martins da Cunha, que também fora alvo de inquérito administrativo em 1958, também figuraram por crimes ligados à administração e ganhos impróprios dentro de suas funções²⁷⁴, no *Relatório Figueiredo*.

Toda a pressão interna e externa ao Brasil não fora suficiente para ter tais crimes punidos. Uma política de abafamento dos casos relatados entrou logo em vigor juntamente com a minimização dos crimes por oficiais do Governo, incluindo o Ministro Albuquerque Lima que ainda acusava a imprensa de sensacionalismo²⁷⁵. Ao que parece, de acordo com Elena Guimarães, o objetivo era desconectar a imagem dos agentes do governo na relação com os crimes e conectá-los com “funcionários corruptos, fruto da leniência do estado nos anos pré golpe militar”²⁷⁶.

Ainda em 1967, um incêndio no Ministério da Agricultura, considera perdida documentação referente aos inquéritos do SPI e já em 1969 se passa a afirmar que o *Relatório Figueiredo* teria se perdido junto com eles²⁷⁷. O Serviço de Proteção ao Índio (1910-1967) foi encerrado, em seu lugar foi criada a Fundação

²⁷⁴ CORREIA, J. F., 1968, p. 41 e p. 45.

²⁷⁵ GUIMARÃES, E., *loc. cit.*, p. 56.

²⁷⁶ *Idem.*

²⁷⁷ *Ibidem.*, p. 60.

Nacional do Índio (1967-), como “se esta ideia fosse algo gestado pelos militares como solução e redenção para os problemas dos índios”²⁷⁸.

Mesmo com a abertura em seguida da CPI do Índio, de 1968, inspirada pelo relatório de Jäder Figueiredo Correia, não puderam lucrar êxito. A instauração do Ato Institucional nº 5 silenciou a todos, ou a maioria, que pudessem inquirir sobre as atitudes do Estado, agora ditatorial, brasileiro em relação às populações originárias e todo o desprazer advindo da coexistência com uma sociedade que as envolvia e ainda queria exterminá-los.

²⁷⁸ GUIMARÃES, E., *loc. cit.*, p. 57.

Capítulo 4: Decolonizar relações: as populações originárias brasileiras e a sociedade envolvente

Antigamente, os brancos não existiam. Foi o que me ensinaram os nossos antigos, quando eu era criança. Omama vivia então na floresta, com seu irmão Yoasi e sua esposa Thüeyoma, que os xamãs também chamam de Paonakare. Seu sogro, Tëpërësiki, morava numa casa no fundo das águas. Não havia mais ninguém. Assim era, Omama deu-nos a vida muito antes de criar os brancos, e era também ele que, antes deles, possuía o metal.

— Davi Kopenawa, “A queda do céu”.

Muito antes [...] já existia um povo que sempre viveu aqui. Essa gente é que é chamada índio. Mas nós não somos índios [...] Na minha língua nós nos chamamos borun que quer dizer ente humano, ser humanos.

— Ailton Krenak, “Pátria amada esquarterada”

O decolonial propõe a superação da colonialidade a partir de um posicionamento ético e político pragmático de

“desmantelamento das relações de poder e concepções de conhecimento que fomentem a reprodução das hierarquias de raça, gênero e geopolíticas que se originaram ou encontraram novas e mais poderosas formas de expressão no mundo moderno/colonial”²⁷⁹.

A necessidade de superar uma racionalidade construída ao longo de mais de 500 anos surge quando se nota “que as formas eurocêntricas de conhecimento já não são capazes de resolver os problemas criados por elas mesmas”²⁸⁰.

Para as populações originárias brasileiras, essas formas eurocêntricas de conhecimento e ação no mundo nunca foram úteis, foram, na verdade, prejudiciais. A

²⁷⁹ MALDONADO-TORRES, N., 2006, p.117 *apud*. NDLOVU, M., 2017, p. 136.

²⁸⁰NDLOVU, M., 2017, p. 128.

elaboração da comunidade humana de forma eurocentrada, iniciada pela invasão do território, já nos seus primeiros momentos, se mostrou um processo trágico para a vida dos primeiros habitantes do território.

A sua invisibilidade, só superada pela procura de exterminar sua presença, foi progressivamente incorporada ao imaginário da sociedade envolvente. Tão fortes foram as bases dessa estrutura que a lógica excludente já incutida no senso comum se mantém atuante na contemporaneidade.

“desde 1492, quando Cristóvão Colombo descobriu as Américas e o sujeito não-ocidental cuja experiência sócio histórica em geral era diferente da dos povos da Europa, a humanidade toda dos povos não-ocidentais foi colocada em dúvida pelo sujeito ocidental. A visão do sujeito ocidental em relação ao sujeito não-ocidental, caracterizada pela falta de atributos humanos, incluindo a falta de “alma”, culminou na opressão deste último por meio de atividades desumanas”²⁸¹

A compreensão do não-sujeito foi utilizada para subalternizar, para escravizar, para exterminar.

A manutenção desse paradigma se deve à colonialidade do saber, que mesmo após ter eliminado o aparato político-geográfico que a ligava ao colonialismo, se conserva, inserida na sociedade de passado colonial, em espaços de difusão de conhecimento, conservando uma visão polarizada e discriminatória sobre o mundo e sobre a coletividade humana.

A escrita da história sobre os séculos de invasão, domínio e usurpação de direitos desconsidera ainda em sua estrutura mais íntima a realidade daquele que convenientemente se compreendeu como um não-sujeito. Foi a história escrita por oprimidos que ao almejarem o lugar do opressor que também criou uma duplicação pouco sofisticada de um sistema que afeta não só os subalternizados, mas também aos novos opressores, que se acreditando no topo da hierarquia não enxergam que ainda estão em patamares inferiores do sistema.

a colonialidade sobrevive ao colonialismo. É mantida viva nos livros, nos critérios de desempenho acadêmico, nos padrões culturais, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações do self, e em tantos outros aspectos da nossa experiência²⁸².

²⁸¹NDLOVU, M., 2017, p. 130.

²⁸²MALDONADO-TORRES, N., 2006, p.117 *apud*. NDLOVU, M., 2017, p. 133.

Abrir espaços de enunciação de mundos distintos para aqueles historicamente e estruturalmente desprivilegiados e silenciados é uma importante tarefa a ser inserida na prática historiográfica e docente. Pensar para além do paradigma instituído a partir da sujeição de uns por outros parece ser o início da tomada de consciência necessária para superar a colonialidade.

O *Relatório Figueiredo*, como um documento escrito para análise burocrática, excedeu a expectativa da sua forma inicial e expôs ao Brasil e ao mundo como a relação entre as populações originárias e a sociedade envolvente, estava longe de ser benéfica para os primeiros. As lógicas integracionistas, baseadas na anulação da diferença e na inferiorização subsumida de sujeitos que jamais seriam ou objetivavam ser assimilados, proveram aos povos originários seu genocídio.

O silêncio sistematizado que se pensava ter sepultado através de um incêndio a documentação que apurava as primeiras denúncias de grande relevância sobre a história das atrocidades cometidas às populações originárias, na primeira metade do século XX, não foi capaz, por sorte e por ineficiência de alguns, definitivo.

Em 2012, o Brasil, após quase trinta anos do fim do período da Ditadura Civil-Militar, instaurada através do Golpe Militar em 1964, que retirava do poder João Goulart, que havia assumido após renúncia de Jânio Quadros, começa a apurar os crimes cometidos a partir da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014). – Criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012²⁸³.

A CNV apuraria não só o período em si da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), mas aquele entre os anos de 1946 e 1988. Foram empossados como integrantes da comissão: Cláudio Fonteles, jurista e ex-procurador; Gilson Dipp, jurista e magistrado; José Carlos Dias, advogado criminalista e político; João Paulo Cavalcanti, advogado e consultor da UNESCO e do Banco Mundial; Maria Rita Kehl, psicanalista e literata; Paulo Sérgio Pinheiro, acadêmico com atuação em instituições no exterior; e Rosa Maria Cardoso da Cunha, advogada.

Maria Rita Kehl ficara responsável pelo grupo de trabalho que apuraria as graves violações dos direitos humanos no campo e contra *indígenas*. A ela, se

²⁸³ BRASIL, 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12528-18-novembro-2011-611803-normaatuizada-pl.html>

juntavam ao Grupo de Trabalhos, Heloísa Maria Murgel Starling, historiadora e cientista política; Pedro Helena Pontual Machado; servidor público lotado na Secretaria Especial de direitos humanos, Wilkie Buzatti, historiadora e Inimá Ferreira Simões, jornalista. O grupo foi instituído dentro da CNV em 5 de novembro de 2012²⁸⁴

A questão *indígena* passou a ganhar força quando Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese, ambas organizações de São Paulo, recebe um e-mail onde é questionado: “Por que vocês só veem os mortos e desaparecidos e não os índios”. Era um integrante da tribo Marubo, no Amazonas, que escrevia como membro do blog *Resistência Indígena Continental*. Sobre o questionamento, Zelic fala em entrevista:

ao questionamento, eu respondi para eles: “Do que vocês tão falando?”. Eu nunca tinha me envolvido com a questão indígena, e após eu ter respondido isso, eles replicaram mandando a história dos Waimiri-Atroari. Na verdade, era um documento, só que era um documento não assinado. Aí eu pesquisei a origem e descobri que aquele documento havia sido produzido pelo CIMI [Conselho Indigenista Missionário]. Foi então que decidi dar credibilidade ao documento²⁸⁵.

A partir desse momento Marcelo Zelic começa a se mobilizar para discutir sobre o tema dentro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Em contato com Sérgio Pinheiro, membro da CNV, Zelic, passa então a pesquisar nos Arquivos do Congresso Nacional, onde viu “aparecer vários deputados denunciando violências absurdas”²⁸⁶ e onde teve o primeiro contato com o *Relatório Figueiredo*. As movimentações de Zelic levam à criação de um grupo específico sobre violência contra as populações originárias²⁸⁷ dentro da CNV.

Já inserido como colaborador dentro da Comissão Nacional da Verdade, Zelic vai ao Museu do Índio à procura de outras documentações; é nesse período onde ele reencontra o *Relatório Figueiredo*, dado como perdido ainda em 1968.

em dezembro de 2012, o pesquisador consulta o inventário e solicita vistas das caixas que contêm volumes do Processo

²⁸⁴ DIÁRIO OFICIAL, 2012, p. 2. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2012/11/05> Acesso em: 08/2018.

²⁸⁵ LIMA, E. C.; AZOLA, F. A., 2017, p. 349.

²⁸⁶ *Ibidem.*, p. 350.

²⁸⁷ *Idem.*

4.483/68, identificados como volumes do processo do Inquérito Administrativo de 1967. Ao folhear aquelas páginas, ele emociona-se, exclamando que aquela era a assinatura do Jáder Figueiredo, e que estava diante do Relatório Figueiredo, que todos acreditavam ter sido perdido no incêndio dos arquivos do SPI, em 1967! Zelic pediu para retornar e fotografar algumas páginas, dizendo que aquela descoberta seria fundamental para as investigações da Comissão Nacional da Verdade. Sua emoção me contagiou. O Relatório Figueiredo voltou a ser divulgado ao público, depois de supostamente desaparecido durante mais de quarenta anos. Ainda sem ter a dimensão exata daquele evento, senti-me, como testemunha daquele momento, no dever de contar como e quando isso aconteceu, de tentar apresentar o que é exatamente este conjunto documental que foi metonimicamente batizado de Relatório Figueiredo²⁸⁸

As atrocidades cometidas contra a vida das populações originárias, ainda na primeira metade do século XX, voltam à tona e tem repercussão internacional e nacional:

Latin America Bureau, em 20 de abril de 2013.

Depois de desaparecer por 45 anos, um dos mais importantes documentos produzidos pelo Estado brasileiro no século passado, o chamado relatório Figueiredo, que documentou o extermínio de tribos indígenas inteiras, torturas e todo tipo de crueldade contra os índios - Principalmente realizado por proprietários e funcionários do extinto Serviço para a Proteção do Índio (SPI) - ressurgiu quase intacto.

Pensado ter sido destruído em um incêndio no Ministério da Agricultura, foi recentemente encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, com mais de 7.000 páginas intactas e com 29 dos 30 volumes originais²⁸⁹.

The Guardian, 29 de maio de 2013

Marcelo Zelic, advogado de direitos humanos que descobriu o documento em meio a 50 caixas de arquivos no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, disse que poderosos interesses já estão tentando prejudicar o relatório porque temem que possam aparecer nele.

"Essa documentação, escondida por muitas décadas, lança luz sobre as situações de conflito que hoje perduram. Para estados como Mato Grosso do Sul, Paraná, Bahia e Amazonas, contém muitas informações que podem ajudar a revelar de uma vez por todas a verdade por trás muitas formas de violência

²⁸⁸ GUIMARÃES, E., loc. Cit., p. 16.

²⁸⁹ Latin America Bureau, 2013. Disponível em: <https://lab.org.uk/brazil-entire-tribes-massacred/> . Acesso em: 05/09/2018.

contra os índios hoje e fornecer uma visão sobre os verdadeiros donos da terra em disputa"²⁹⁰.

Survival International, 25 de abril de 2013

O diretor da Survival International, Stephen Corry, disse hoje: "O relatório Figueiredo faz uma leitura horrível, mas de uma forma, nada mudou: quando se trata do assassinato de indígenas, a impunidade reina. Homens armados rotineiramente matam pessoas da tribo com o conhecimento de que há pouco risco de serem levados à justiça - nenhum dos assassinos responsáveis por atirar em líderes tribais de Guarani e Makuxi foi preso por seus crimes. É difícil não suspeitar que o racismo e a ganância estão na raiz do fracasso do Brasil em defender a vida de seus cidadãos indígenas"²⁹¹.

Jornal Estado de Minas abre a série de publicações, entre os dias 19 e 28 de abril, sobre o *Relatório Figueiredo*

O resultado da investigação em 130 tribos feita em 1967 a pedido do Ministério do interior horroriza. Caçadas humanas com metralhadoras e dinamite inoculação de varíola, distribuição de açúcar com estricnina e atrocidades que não poupavam crianças, cometidas, inclusive, por agentes do extinto Serviço de Proteção ao índio. O Estado de Minas teve acesso às 7 mil páginas, que eram dadas como perdidas num incêndio, e publica hoje, Dia do Índio, um resumo da barbárie²⁹².

A partir do *Relatório Figueiredo* outras documentações também passaram a ser pesquisadas e integradas às apurações feitas pelo grupo de investigações liderado por Marcelo Zelic. Em 16 de julho de 2012, em fala no Tribunal Popular da Ditadura – XXXI Encontro Nacional dos Estudantes de História, ocorrido na Unifesp, Marcelo Zelic aponta os eixos estruturais que organizariam as investigações. Foram cinco os eixos:

- Eixo 1: Discurso de Deputados e Senadores – Objetivo: Mapear denúncias de violações de direitos humanos dos índios feitas no Congresso Nacional pelos deputados e senadores.
- Eixo 2: Comissões de Investigação do Estado Brasileiro – Objetivo: Localizar a íntegra da documentação produzida e

²⁹⁰ WATTS, J; ROCHA, J., 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/may/29/brazil-figueiredo-genocide-report>. Acesso em: 05/09/2018.

²⁹¹ Survival international. Disponível em: <https://www.survivalinternational.org/news/9191> Acesso em: 01/09/2018.

²⁹² Estado de Minas, 2013. Fonte: Acervo Armazém Memória <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=103> Acesso em: 01/09/2018.

sistematizar os casos e informações que contenham violações aos direitos humanos dos índio no período 1946-1988.[7]
 Comissão Parlamentar de Inquérito do Serviço de Proteção do Índio – SPI (1962-1963)
 Comissão de Inquérito do Ministério do Interior – Relatório Figueiredo (1968)
 Comissão Parlamentar de Inquérito do Índio (1968)
 Comissão Parlamentar de Inquérito do Índio (1977)

- Eixo 3: Cadeias e Guarda Rural Indígena (GRIN) – Objetivo: Apurar as violências praticadas nas cadeias para indígenas criadas pela FUNAI em Minas Gerais, sob responsabilidade da Polícia Militar deste estado e o ensinamento de prática de tortura à Guarda Rural Indígena formada em 1969 e suas consequências.
- Eixo 4: Casos de Conflito que envolvem as FFAA e órgãos do Estado – Objetivo: Organizar uma cronologia de casos e documentação reunida por caso.
 Caso Waimiri-Atroari – conflito construção de estrada, hidrelétrica e mineradora.
 Caso Arara do Pará – conflito construção de estrada.
 Caso Xavantes do Mato Grosso – remoção forçada.
- Eixo 5: Casos de Conflito decorrentes da política de desenvolvimento aplicada pelo Estado – Objetivo: Organizar uma cronologia de casos e documentação reunida por caso.
 Caso Cinta-Larga
 Caso Gorotire²⁹³

Em 10 de dezembro de 2014, após a coleta de depoimentos (1.121, 132 de agentes públicos), documentos, audiências públicas (80) e diligências investigativas em 20 estados da federação, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade é entregue, após dois anos e sete meses de trabalhos²⁹⁴. Todos estão disponíveis para consulta pública²⁹⁵.

São apresentados três volumes, cada um com textos internos, que se referiam a Volume I: a Comissão em si, a estrutura do Estado e as graves violações de direitos humanos, métodos e práticas, casos emblemáticos, locais e autores e sobre o judiciário. Volume II: eixos temáticos que apuram violações a grupos específicos, que inclui as violações de direitos humanos dos povos indígenas, foco de nosso interesse e o Volume III: sobre mortos e desaparecidos políticos.

²⁹³ ZELIC, M., 2012. Disponível em: <http://www.ligaoperaria.org.br/1/?p=4216> . Acesso em: 03/09/2018.

²⁹⁴ Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv> Acesso: 01/07/2018.

²⁹⁵ Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>

Além das denúncias apuradas por Jáder Figueiredo Correia em 1967, foram acrescentadas ao corpo documental, aquelas presentes na CPI de 1968, as apontadas pela Cruz Vermelha, após visita ao Brasil de delegado internacional da organização, as apresentadas no Tribunal Russel I (1974-1975), as encontradas na CPI de 1977 e no Tribunal Russel II, 1980. Os resultados apontam para a morte de milhares de integrantes das tribos:

Como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa.² **O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas**²⁹⁶

Em outubro de 1969 o governo ditatorial sai das mãos da Junta Militar, que havia assumido o poder após a doença do presidente, o general Arthur da Costa e Silva, para as mãos do general Emílio Garrastazu Médici. Foi em seu governo que as posturas repressoras foram aprofundadas; iam desde a censura prévia ao combate à resistência da guerrilha armada. A tortura e outras violações dos direitos humanos foram sistematicamente utilizadas entre os anos de governo (1969-1974).

Além de políticas de repressão, Médici, a partir do “Plano Metas e Bases para a Ação do Governo”, instituiu políticas que visavam o desenvolvimento econômico do país. Os projetos “Projeto de Integração Nacional” (PIN) e o “Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste” (PRO-TERRA), inseriam-se dentro da política de desenvolvimento com suas atribuições sendo percebidas como essenciais ao crescimento do país.

a elaboração do *Plano Metas e Bases para a Ação do Governo* durante a presidência de Médici (1969-1974) previa um desenvolvimento da economia brasileira com o objetivo de superar o subdesenvolvimento, para que isso ocorresse seria necessário a integração das regiões atrasadas ao núcleo mais moderno da economia. Sendo assim, por intermédio do Plano de Integração Nacional (PIN) impuseram-se os planos de ocupação dirigida para a região da Amazônia que para o governo era uma terra sem

²⁹⁶BRASIL, 2014, p. 205. (Grifos meus).

homens, que devia ser ocupada pelos homens sem-terra do nordeste²⁹⁷.

O Projeto de Integração Nacional (PIN) compreendia a construção de estradas que conectariam as regiões do país. Eram elas a Transamazônica (BR-230) e a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-165). No decorrer do projeto seriam criadas ainda a Perimetral Norte (BR-210) e a Cuiabá-PortoVelho (BR-364). A Perimetral Norte cortaria a Amazônia, indo do estado do Amapá à fronteira colombiana do estado do Amazonas.

As estradas seriam essenciais para o programa de colonização na região amazônica e para o levantamento sistemático do território das regiões por onde passassem. O PROTERRA surgia então para apoiar tanto o pequeno produtor rural quanto o setor latifundiário, para que estes se transferissem para a região Norte. O projeto procurava alcançar seus objetivos através da redistribuição de terras (desapropriadas) e do financiamento às empresas agrícolas.

Dadas como desabitadas as terras da região amazônica se preparavam para ser palco da ação má intencionada do Governo e de seus agentes, incluindo mais uma vez aqueles que deviam proteger as populações originárias que lá se encontravam. Da construção das estradas à tomada de posse de terras originalmente pertencentes a estes grupos, morreriam em grande número integrantes das tribos da região. Especificamente no caso da Perimetral Norte, os excessos desumanos e assassinos incidiriam sobre os Yanomami.

Mais uma vez, a questão das terras e do suposto desenvolvimento voltam a ameaçar as populações originárias assim como havia acontecido nos séculos anteriores.

Liberar terras para fins de colonização ou para a construção de obras de infraestrutura levou não só a tentativas de negação formal da existência de certos povos indígenas, em determinadas regiões, mas também a meios de tornar esse apagamento realidade²⁹⁸.

4.1: A voz de Davi Kopenawa e as possibilidades para uma história decolonial

²⁹⁷ FEITOZA, S. K. A., 2016, p. 31.

²⁹⁸ BRASIL, 2014, p. 223.

A construção da narrativa histórica, sobretudo em países como o Brasil, se fez perseguindo, de forma abstrata, a lógica apontada pela Comissão Nacional da Verdade em seu eixo temático sobre as populações originárias. Quando não se decidiu por ignorar uma realidade se optou por torná-la ausente. Esquecimentos, mais que lembranças, são o que incontestavelmente constituem a memória²⁹⁹.

A hegemonia do pensamento e das ideologias das classes dominantes e dominadoras, reproduzidas nas ciências do social e do humano, como um todo, principalmente na história, sedimentam paradigmas que aprofundam ausências.

Esse paradigma se sustentaria na ideia segundo a qual setores populares do Brasil, em flagrante contraste com os povos de outros paradigmas nacionais, em especial os europeus, seriam bestializados, passivos e pouco afeitos à sociabilidade e à organização³⁰⁰,

Por exemplo:

A identificação dos povos de acordo com suas faltas ou excessos é uma marca fundamental da diferença colonial, produzida e reproduzida pela colonialidade do poder – em particular, o poder colonial (Mignolo, 2003, p. 39) –, do saber e do ser (Maldonado-Torres, 2008, p. 147)

“Movimentos culturais inteiros, como o Renascimento ou o Romantismo, fizeram da memória um projeto central”. Projetos estes que saíram vencedores. “Questionar as pretensões de objetividade do conhecimento dito científico dos últimos séculos e, no que nos diz respeito diretamente, das ciências sociais”³⁰¹ e humanas, deve ser objetivo contínuo dos historiadores brasileiros, principalmente daqueles que se propõem à história das populações originárias, a chamada *história indígena*.

Sob uma capa de pretensa neutralidade, as ciências sociais [e humanas] se constituíram como discursos legitimadores de opções político-econômico-ideológicas que fizeram de uma experiência particular de modernidade o padrão universal incontestado³⁰².

Reconhecer que

²⁹⁹ HUYSSSEN, A., 2014, p. 157.

³⁰⁰ PERLATTO, F., 2015, p. 134.

³⁰¹ MIGLIEVIVH-RIBEIRO, A., *loc. cit.*, p. 69.

³⁰² *Idem*.

“o esquecimento como *mémoire manipulée* [memória manipulada], que tem uma relação intrínseca com a narrativa, no sentido de que qualquer narrativa é seletiva e implica, passiva ou ativamente certo esquecimento de que uma hipótese poderia ser contada de outra maneira”

é o primeiro passo para uma ação decolonizadora na prática da escrita da história.

Não se deve, como possam supor os críticos à tendência decolonial, por sua vez, eliminar as contribuições que foram e são feitas a partir do conhecimento científico e histórico díspar a essa lógica. Deve-se encontrar o equilíbrio entre as fontes que vêm das populações originárias como aquelas feitas por outros agentes históricos. Caso contrário, se manteria a dicotomia³⁰³ que o paradigma decolonial espera destituir. Não se trata de uma substituição³⁰⁴, mas da ampliação dos modelos possíveis para a escrita de uma história ética e politicamente engajada, de possibilidades ativas de ação na sociedade, em tornar vários mundos possíveis.

Optar por inserir a visão sobre a experiência no tempo das populações originárias em espaços que estruturalmente lhes negaram a possibilidade de terem ouvidas as suas vozes é um projeto que deve se apresentar, de forma dinâmica, na historiografia. O sucesso da ação, deliberadamente decolonial, requer, ainda, que o pesquisador da história das populações originárias, quando em um universo distanciado daquele do *pesquisado*, não se posicione apenas na pretensão de um interlocutor entre os dois mundos, mas assuma uma posição de insubmissão em relação à estrutura que os desproveu de sua fala, que os silenciou e que tentou excluir sua presença e re-existência da história.

Na mesma linha da recusa à objetificação do outro, importa ainda destacar o delicado trabalho da *tradução* operacionalizado pela razão cosmopolita, sobretudo, quando os universos culturais do pesquisador e do pesquisado parecem muito distanciados. Há vários obstáculos neste empenho e um deles refere-se à barreira linguística que, contudo, está longe de ser o mais difícil de ser enfrentado. Há muitos silêncios intraduzíveis que jamais serão audíveis, conforme dissera Spivak (2010), se não se abandonar a pretensão de porta-voz do outro, mas se engajar efetivamente na subversão das estruturas de subalternização que mantêm populações inteiras emudecidas. O êxito da tradução requer a ampliação

³⁰³ CAVALCANTE, T., 2011, p. 355.

³⁰⁴ BALLESTRIN, L., *loc. cit.*, p. 104.

do número de falantes (ouvidos) a atuar diretamente na produção do conhecimento³⁰⁵.

Quando propomos a ação decolonial como possibilidade para a apreensão da história, das experiências humanas no tempo e espaço, não devemos apenas nos posicionar de maneira a positivar falas que foram apartadas da história escrita. Quando, por exemplo, nos é dada a necessidade de elaborar a narrativa de um momento histórico específico, como aquele que envolveu a construção da estrada Perimetral Norte, devemos ir além. Devemos vencer a história, dada como única sobre esse momento, e trazer para o espaço de produção do conhecimento histórico sobre esse fato, as vozes que foram não só silenciadas, como desrespeitadas na narrativa desse momento.

Davi Kopenawa, xamã e líder Yanomami, nasceu no início do ano de 1956³⁰⁶, na região do alto rio Tootobi (AM). Sua história de vida se une em várias ocasiões com momentos que podem ser considerados históricos. Consciente disso e da abrangência alcançada pelos seus esforços, na luta pelas populações originárias, principalmente os Yanomami, o xamã então se une ao antropólogo francês Bruce Albert, para que este transcreva em livro seus relatos sobre os fatos. Relatos não só sobre a vida de Davi Kopenawa, mas da história de re-existência dos Yanomami perante a sociedade brasileira.

O esforço de Davi Kopenawa de expor não só uma outra versão, mas uma experiência complementar àqueles fatos, que abrangeram as populações originárias e a sociedade envolvente, ao longo do período de sua coexistência, a partir da perspectiva êmica é um ato político de atuação no mundo. A partir de seu lugar enunciativo, da sua re-existência e da consciência de que é necessária sua atuação, Davi Kopenawa surge como representante de um grupo de vozes que foram marginalizadas e silenciadas, para que essa sobreviva a contínua ação aniquiladora que atravessa suas vidas.

Em “*A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*” (2015), Kopenawa narra as devastadoras consequências do contato e da relação com o homem branco

³⁰⁵ MIGLIEVICH-RIBEIRO, A., *loc. cit.*, p. 72.

³⁰⁶KOPENAWA, D; BRUCE, A., 2015, p.637.

para as tribos da região, por onde, se objetivara no governo Médici, atravessar a Perimetral Norte.

O primeiro contato de Davi Kopenawa, ainda na infância, com o branco, narra o momento em que a Comissão de Demarcação de Limites brasileira, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, atravessa a região amazônica para demarcar as fronteiras com os países vizinhos:

Quanto a mim, encontrei pela primeira vez brancos quando ainda era muito pequeno. Não sabia ainda nada a respeito deles. Na verdade, nem mesmo pensava que tais seres podiam existir! Era a gente da Inspeção e soldados da Comissão de Limites. Chegaram, certo dia, até nossa casa de *Marakana*. Tinham subido o rio em nossa direção durante dias e dias, amontoados em grandes canoas a motor carregadas de alimento e caixas de mercadorias. Eram muitos. Um grupo deles entrou de repente em nossa casa para pedir ajuda aos nossos parentes. Estavam recrutando homens para acompanhá-los e transportar seus pesados carregamentos pela floresta. Pretendiam chegar até as nascentes dos rios, para lá cavar buracos e plantar grandes pedras retas [...] Esses brancos da Comissão de Limites trabalharam na região das terras altas de nossa floresta durante várias luas, e um dia foram embora, tão de repente quanto tinham chegado³⁰⁷.

A partir daquele momento da vida de Davi Kopenawa, os contatos só se intensificaram. As epidemias chegavam a sua tribo:

Naquele tempo, nossos antigos sabiam pouco dos brancos. Não conheciam o cheiro deles, nem o de seus objetos. Por isso aqueles odores lhes pareceram tão intensos e assustadores. Era para eles como quando um jovem caçador é surpreendido pela primeira vez pelo cheiro de um bando de queixadas na mata! Eles nunca tinham cheirado nada parecido com aquilo e isso os deixava muito preocupados.

Naquela época, os brancos também distribuía grandes quantidades de cortes de tecidos vermelhos. Os homens faziam tangas com ele. Mas esse tecido de algodão também era muito perigoso. Pouco depois de receber um corte dele, as pessoas começavam a tossir e seus olhos infeccionavam. Por isso os tecidos forma chamados de *t'oko kiki*, coisas da tosse.

[...]

Na verdade, todos os objetos dos brancos afetavam nossos maiores com seu poder de doença: os facões, os tecidos, os papéis, os cigarros, os sabões e as coisas de plástico. Sua fumaça entranha se espalhava entre eles, e todos os que viessem a respirá-la muito de perto se punham logo a tossir e a vomitar. Sem remédios, os matava muito depressa. Até as coisas de árvores de canto

³⁰⁷KOPENAWA, D; BRUCE, A., 2015, p.242.

que os forasteiros chamavam de gaita faziam as pessoas adoecerem! Quando as distribuía, todos os rapazes tentavam soprar nelas por diversão, como se fossem flautas *purunama usi*. Logo em seguida começavam a sentir dor de garganta e os espíritos da tosse passavam a dilacerar-lhes o peito. Assim foi. Os objetos dos brancos eram muito perigosos para os nossos antigos. Eles não conheciam e jamais tinham visto nada assim. Tinham nascido longe das cidades e das fábricas, no meio da floresta. Por dentro, seu corpo era muito vulnerável às fumaças de todas essas mercadorias³⁰⁸.

Durante esse tempo, também missionários, à procura de civilizar e catequizar chegaram à tribo.

No começo eram somente visitantes. Ainda não tinham aberto o caminho de avião nem construído suas casas em nossa floresta. Os homens mais velhos apenas os convidaram a amarrar suas redes nos esteios de nossa casa. Então, pela primeira vez, deram-nos a ouvir os cantos de *Teosi* numa máquina, e em seguida recitaram por um longo tempo as palavras dele. Assim foi. Naquela época, os missionários ainda moravam longe de nós.

[...]

No começo, só sabiam sua língua de fantasma. Às vezes, bem que tentavam cantar ou falar como nós, mas não compreendíamos grande coisa do que queriam dizer e isso nos fazia rir. Contudo, aos poucos, começaram a desenhar nossas palavras em peles de papel para poderem imitá-las. E assim, passado algum tempo, conseguiram falar com a língua mais direta. Foi então que começaram a nos amedrontar com as palavras de *Teosi*, e a nos ameaçar constantemente.

[...]

Eram palavras muito diferentes das de nossos antigos. Nunca tínhamos escutado tais coisas! Nada sabíamos de *Teosi* nem de *Satanasi*. Nem sequer havíamos jamais ouvido seus nomes pronunciados, tampouco o de *Sesusi*. Só conhecíamos as palavras de *Omama* e de *Yoasi*. Contudo, naquele tempo, nossos antigos tinham muito receio dos brancos.

[...]

A gente de *Teosi* demonstrava abertamente sua raiva contra os homens, que, apesar de tudo, tinham coragem de continuar fazendo dançarem os espíritos. Diziam-lhes que sem parar eram maus e que seu peito era sujo. Chamavam-nos de ignorantes. E ameaçavam sempre: “parem de fazer danças seus espíritos da floresta, isso é mal! São demônios que *Teosi* rejeitou! Não os chamem, eles são de *Satanasi*! Se continuarem assim ruins e persistirem em não amar *Sesusi*, quando vocês morrerem serão jogados no grande fogo de *Xupari*! Vão dar dó de ver! Sua língua vai ressecar e sua pele vai estourar nas chamas! Parem de beber o pó de *yākoana*! *Teosi* vai fazê-los morrer! Vai quebra-los com suas próprias mãos, porque é muito poderoso!”

Essas más palavras, repetidas sem descanso, acabaram assustando os xamãs que não mais ousaram beber *yākoana*, nem cantar

³⁰⁸KOPENAWA, D; BRUCE, A., 2015, pp. 246-247.

durante a noite. Apenas se perguntavam quem poderia ser *Teosi* para querer maltratá-los daquele modo³⁰⁹.

Sobre os primeiros contatos, Davi Kopenawa relata que

Quando viram aqueles forasteiros pela primeira vez, nossos maiores acharam que fossem fantasmas. [...] Mais tarde [...] pensaram então que aqueles habitantes de terras longínquas deviam ter retornado à floresta por generosidade, para trazer suas mercadorias para os Yanomami, que não possuíam nenhuma. Hoje, ninguém mais pensa nada disso! Vimos os brancos espalharem suas epidemias e nos matarem com suas espingardas. Vimo-los destruírem a floresta e os rios. Sabemos que podem ser avarentos e maus e que seu pensamento costuma ser cheio de escuridão.

[...]

Os ancestrais que os brancos chamam de portugueses eram mesmo filhos de *Yaosi*. Mal haviam chegado, já começaram a mentir aos habitantes da floresta: “Somos generosos, e somos seus amigos! Vamos lhes dar mercadorias e compartilhar nossa comida! Viveremos com vocês e ocuparemos esta terra juntos!”. Depois conversaram entre eles e começaram a vir, cada vez mais numerosos, para a terra do Brasil. No começo, seduzidos pela beleza da floresta, mostraram-se amigos de seus habitantes. Em seguida, começaram a construir casas. Foram abrindo roças cada vez maiores, para cultivar seu alimento, e plantaram capim por toda a parte, para o seu gado. Suas palavras começaram a mudar. Puseram-se a amarrar e a açoitar as gentes da floresta que não seguiam suas palavras. Fizeram-nas morrer de fome e cansaço, forçando-as a trabalhar para eles. Expulsaram-nas de suas casas para se apoderar de suas terras. Envenenaram sua comida, contaminaram-nas com suas epidemias. Mataram-nas com suas espingardas e esfolaram seus cadáveres com facões, como caça, para levar as peles para seus grandes homens.

[...]

Contam os brancos que um português disse ter descoberto o Brasil há muito tempo. Pensam mesmo, até hoje, que foi ele o primeiro a ver a nossa terra. Mas esse é um pensamento cheio de esquecimento!³¹⁰

Nos primeiros anos do contato de Davi Kopenawa e dos seus parentes Yanomami com os brancos, duas epidemias *xawara* se espalham, ao que indica seu relato, foram propositalmente trazidas à tribo em tempos distintos.

A primeira, por um agente da inspetoria, Oswaldo, instalado próximo à tribo, junto aos *Sina t^ha*, que ao ter negado o pedido para desposar uma jovem, “cada

³⁰⁹KOPENAWA, D; BRUCE, A., *loc. cit.*, pp. 256-257.

³¹⁰*Ibidem.*, pp. 251-253.

vez mais enfurecido, [...] enterrou perto da casa, durante a noite, uma caixa de metal contendo uma poderosa fumaça da epidemia”³¹¹. A outra por um missionário, Chico, que havia chegado após a construção da pista de pouso e após uma briga “foi embora depressa [...] Então sem demora vários dos nossos morreram mais uma vez”³¹².

As epidemias assolaram sua tribo, Davi sobrevivera, mas não seus parentes. Nesse período morreu a mãe de Davi, que,

“começou a arder em febre. Ainda era jovem e muito forte. No entanto, morreu em alguns dias [...] Os missionários poupados por sua própria epidemia, puseram a minha mãe na terra à minha revelia, em algum lugar perto da missão Toototobi [...] nunca mais consegui saber onde minha mãe tinha sido sepultada”³¹³.

Davi sem ligações diretas com os outros da tribo; apenas lhe restara seu padrao, segue para junto dos brancos. É nesse período que começa a aprender mais sobre os brancos. Período onde Davi sobrevive à tuberculose e à malária, trabalha para a Funai pela primeira vez, de onde entre admissões e demissões é ao fim enviado de volta a sua tribo³¹⁴.

Quando da sua volta, a construção da Perimetral norte já havia começado:

As palavras a respeito da estrada que eu conseguia compreender naquele tempo me assustavam também por uma outra razão além das doenças. Eu tinha ouvido gente da Funai contar que, para abrir o trecho que liga Manaus a Boa Vista, os soldados tinham atirado nos Waimiri-Atroari e jogado bombas em suas florestas. Eles eram guerreiros valorosos. Não queriam que a estrada atravessasse suas terras. Atacaram os postos da Funai para que os brancos não entrassem onde eles viviam. Foi isso que deixou os militares enfurecidos. Ouvindo essa história, comecei a temer que os soldados resolvessem nos tratar do mesmo jeito! Porém, por sorte, isso nunca aconteceu. Muitos foram, porém, as mulheres, crianças e velhos que morreram entre nós por causa da estrada. Não foram mortos pelos soldados, é verdade. Mas foram as fumaças de epidemia trazidas pelos operários que os devoraram. E, mais uma vez, ver morrer os meus daquele modo me revoltou. As coisas só faziam se repetir, desde a minha infância. Então, a dor da morte dos meus, outrora, em Toototobi, voltou.

³¹¹KOPENAWA, D; BRUCE, A., *loc. cit.*, pp. 248-249.

³¹²*Ibidem.*, p.262.

³¹³*Ibidem.*, p.267.

³¹⁴*Ibidem.*, p.301.

A raiva do luto invadiu novamente o meu pensamento: “Esse caminho dos brancos é muito ruim! Os seres da epidemia *xawarari* vem seguindo por ele, atrás das máquinas e dos caminhões. Será que sua fome de carne humana vais nos matar a todos, um depois do outro? Terão aberto a estrada para silenciar a floresta de nossa presença? Para aqui construir suas casas, sobre os rastros das nossas? Serão eles realmente seres maléficos, já que continuam nos maltratando assim?”

Nossos antigos não tinham essas preocupações, porque não sabiam de nada quanto à estrada. Os homens do governo não os reuniram para ouvir a voz deles. Não perguntaram a eles: “Podemos abrir esses caminhos nas suas terras? O que acham? Vocês não vão ficar com medo?”. Os poucos brancos que tinham falado do seu traçado não explicaram quase nada. Nem o pessoal da Funai nem o *Teosi* os tinham preparado para o que estava por vir. A mim que falo a línguas dos brancos, tinham mandado trabalhar bem longe, Iauaratê. De modo que, certo dia, as máquinas chegaram à floresta sem que nenhuma palavra as tivesse precedido. Então, nossos grandes homens, mantidos na ignorância, não se mostraram hostis com os brancos da estrada. Nem os do rio Ajarani, nem os do Catrimani, do Mapulaú ou do Aracá disseram nada. Pensaram que, acontecesse o que acontecesse, a floresta nunca iria desaparecer e continuariam vivendo nela como sempre tinham feito.

[...]

Mais tarde, os primeiros operários que eu tinha visto derrubando as árvores no traçado da estrada a machadadas forma embora. Outros, muito mais numerosos, chegaram em seguida. Começaram a rasgar a terra da floresta com enormes tratores amarelos. Dessa vez, a gente *Werihí sihipi u* entendem que a estrada ameaçava chegar muito perto deles.

[...]

Pouco tempo depois, eles próprios também começaram a ouvir de sua casa a voz dos grandes tratores que remexiam a terra. Jamais tinham escutado um ruído assim na floresta. No começo, parecia estar longe. Mas foram foi se aproximando e tornou mais distinto dia após dia. [...] Agora podiam ouvi-lo noite e dia sem descanso, e se perguntavam, aflitos: “Será que os brancos vão destruir a nossa casa também rasgando a terra até nós? Ou vão explodi-la e queimar nela todos nós?” [...] tinham restado tão poucos sobreviventes da gente de *Werihí sihipi u* que se perguntavam se agora a fumaça das máquinas acabaria com eles de vez. Todos tinham muito medo, tanto os mais velhos quanto os mais jovens.

[...]

Então, a época das chuvas chegou e as obras da estrada pararam de repente. Todos os brancos e seus tratores e caminhões foram embora. [...] A floresta tinha voltado a ficar silenciosa. Mas foi

então que a epidemia *xawara* retornou, de repente. Todos os habitantes das casas do Lobo d'Almada estavam reunidos para uma festa *reahu* numa delas, chamada *H^waya u*. Havia lá também gente de *Hero u*, vinda do alto rio Mucajaí, onde, na época ainda não havia nenhum branco. Quase não possuíam objetos manufaturados naquela época. Assim, durante a festa, decidiram descer o rio, até os padres da missão Catrimani, para obter terçados, miçangas e panelas. Ao cabo de alguns dias de trabalho, voltaram para *H^waya u* com as coisas que desejavam contudo, sem que soubesse, como tinha ocorrido em Toototobi, os missionários do Catrimani tinham trazido da cidade uma criança doente de sarampo. De modo que os homens *Hero u* carregaram essa epidemia *xawara* com suas mercadorias até a casa onde acontecia a festa *reahu*. Desta vez, ninguém viu explodir fumaça.

[...]

em pouco tempo, todas as aldeias do rio Lobo d'Almada ficaram esvaziadas da maioria dos seus habitantes. [...] O sarampo era muito perigoso para os mais velhos, cuja a carne jamais havia conhecido tal doença. Era o mesmo mal que tinha devorado todos os meus parentes em Toototobi quando eu era criança. Hoje, os poucos idosos das casas do rio Lobo d'Almada e da do pai de minha esposa, *Watoriki*, onde vivo agora, são sobreviventes dessas epidemias do tempo da estrada. Desde então, os brancos abandonaram seu caminho de cascalho ao silêncio. Está quase todo coberto de mato denso. Mas a floresta já foi suja por doenças que não vão mais sair dela³¹⁵.

A Perimetral Norte não chegou a ser concluída, mas o avanço inconsequente sobre o território habitado pelos parentes de Davi Kopenawa e por muitas outras tribos, já estava consolidado. A falta de planejamento estratégico e econômico do governo Médici fez com que o orçamento inicial fosse extrapolado³¹⁶. Sucedendo Médici, o general Ernest Geisel se propõe a dar continuidade às obras da estrada. Entretanto, “os investimentos na rodovia Perimetral Norte e na Transamazônica perdem a prioridade para a rodovia Rio-Santos”³¹⁷.

Os trabalhos para a construção da estrada cessaram na cidade de Caracarái-RO, à 130km da Missão Catrimani, já no território demarcado em 1992 como Terra Indígena Yanomami. Mesmo inconclusa a estrada, os impactos sobre os Yanomami não cessaram. Ainda na década de 1970 a notícia de reservas minerais na região

³¹⁵KOPENAWA, D; BRUCE, A., *loc. cit.*, pp. 306-309.

³¹⁶FEITOZA, S. K. A., 2016, p. 46.

³¹⁷*Ibidem.*, p.47.

levou à invasão da área por garimpos ilegais. Davi Kopenawa luta até hoje, junto ao seus, pela expulsão dos garimpeiros.

Em agosto de 2013, Maria Rita Kehl, responsável pelo grupo de trabalho sobre violações aos direitos humanos dos povos indígenas, visita como parte de suas investigações uma aldeia Yanomami. Nela se encontra com Davi Kopenawa, que é enfático em seu depoimento:

A Funai, que era pra nos proteger, não nos ajudou nem avisou dos perigos. Hoje estamos reclamando. Só agora está acontecendo, em 2013, que vocês vieram aqui pedir pra gente contar a história. **Quero dizer: eu não quero mais morrer outra vez**³¹⁸.

Os erros cometidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (1910-1967) foram repetidos pela Fundação Nacional do Índio (1967-). O depoimento que constitui todo o corpo do livro “*A queda do céu*”, assim, como outros depoimentos dados por Davi Kopenawa ao longo de sua trajetória, são uma representação perturbadora da agência de histórias únicas na convivência entre os povos.

“Povo” só (*r*)*existe* no plural — povoS. Um povo é uma multiplicidade singular, que supõe outros povos, que habita uma terra pluralmente povoada de povos. Quanto em uma entrevista perguntaram ao escritor Daniel Munduruku se ele “enquanto índio etc.”, ele cortou no ato: “não sou índio; sou Munduruku”. Mas ser Munduruku significa saber que existem Kayabi, Kayapó, Matis, Guarani, Tupinambá, e que esses não são Munduruku, mas tampouco são Brancos. Quem inventou os “índios” como categoria genérica foram os grandes especialistas na generalidade, os Brancos, ou por outra, o Estado branco, colonial, imperial, republicano. O Estado, ao contrário dos povos, só *consiste* no singular da própria universalidade³¹⁹.

Em 1973, o Estatuto do Índio, promulgado pela Lei 6.001, pelo general Médici, ainda versava sobre o regime tutelar e requeria para a sua liberação a integração à “comunhão nacional”, além do aval de um juiz, “após instrução sumária, ouvidos os órgãos de assistência ao índio e o Ministério Público”. (Art. 9º). Os objetivos integracionistas estavam em vigor. A assimilação obrigatoriamente precedia à conquista de direito dos indivíduos originários. Era necessário que abrissem mão

³¹⁸ Folha de São Paulo, 29 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/09/1348997-maria-rita-kehl-e-davi-kopenawa-nao-querer-mais-morrer-outra-vez.shtml> Acesso em: 30/07/2018. (Grifos meus).

³¹⁹ CASTRO, E. V., 2017, p. 4.

de sua identidade. Somente em 1988 foi reconhecido aos povos originários brasileiros seu direito à diferença.

A sociedade, por sua vez, não superou o constructo social excludente, sedimentado através dos anos sobre as populações originárias. São em “lembranças”, baseadas “na mobilização e no apagamento”³²⁰, reminiscências de presenças e ausências, elaboradas e absorvidas por um corpo social, que fundamentam suas ações no mundo.

A guinada decolonial é um passo importante a ser dado por sociedades como a brasileira. Ela é necessária para que se possa compreender para que lado pende o sistema-mundo moderno/contemporâneo, e tudo que isso implica. Da mesma forma, ela se torna válida em sua capacidade de produzir e incitar tomadas de consciência da parcela de culpa dos indivíduos na manutenção desse processo, levando a uma reavaliação pragmática de suas ações individuais e sociais.

Considerações finais

Na primeira década do século XXI, duas leis alteram sucessivamente a Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Em 2003, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sofre alterações para incluir em seu currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” (Lei nº 10.639). Em 2008 outra alteração é feita, inclui-se agora no currículo, a obrigatoriedade também da temática *Indígena* (Lei nº 11.645).

³²⁰ HUYSSSEN, A., *loc. cit.*, p. 15.

Essa postura é elucidativa para entendermos como um paradigma que nega o outro está profundamente arraigado na história da nossa nação. Seja em sua vivência social, na sua forma acadêmica ou no seu ensino, nas mais diversas fases do aprendizado, nunca se pareceu necessário incluir por lei o tema das civilizações clássicas da história Antiga, ou da iniciativa europeia de empreender as explorações marítimas que os fizeram chegar às Américas, por exemplo.

Por que se levou mais de 500 anos da experiência no tempo da coexistência entre brancos, negros e populações originárias no Brasil, para que se entendesse como necessária a presença, no ensino de história, das temáticas afro-brasileira e *indígena*? Esta é uma questão que não deve sair do horizonte responsivo das pesquisas e práticas docentes, principalmente nas da disciplina história. A educação, como “produtora de indivíduos intelectualmente autônomos e críticos com capacidade de atuar ativamente na realidade social”³²¹, tem um papel central na superação desse atraso.

Evidentemente que a presença crescente do movimento indígena no cenário nacional e continental a partir de 1970 e, mais precisamente pós 1988 (ano da promulgação da Constituição Federal) criou as condições para a superação da “cegueira” intencional que reinava em nosso ensino, ou seja, os povos indígenas tornaram-se visíveis. Efetivamente a Lei nº 11.645/2008 não é demanda do movimento indígena, mas fundamentalmente de pensadores brasileiros que percebem a necessidade de refletir a educação escolar como processo de interculturalidade crítica, que perceberam que os povos indígenas no Brasil somente conseguirão conquistar e manter seus espaços, seus direitos se a sociedade como um todo os considerar sujeitos portadores desses direitos³²².

“Nos anos recentes, diversas transformações vêm se processando na esfera pública, com destaque para a expansão e o aumento do impacto do poder do mercado, da mídia e da internet nas relações culturais, políticas e sociais”³²³. Essa abertura de lugares distintos de relacionamento com o mundo é, muito provavelmente, a responsável pela emergência de novas perspectivas sobre a história.

³²¹ ARAUJO, C.M., 2012, p. 13.

³²² BRIGHENTI, C. A., 2015, p. 3.

³²³ PERLATTO, F., 2015, p. 132.

Quando é tornada realizável, a difusão de falas engajadas nas possibilidades de novos paradigmas de agência e compreensão do mundo torna essas perspectivas possíveis, como a de Chimamanda Ngozi Adichie, ou a de Davi Kopenawa, dentre muitas outras vozes que não seriam ouvidas.

Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias tem sido usadas para expropriar e tornar maligno, mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida³²⁴

“O problema em insistirmos em contar apenas uma única história não é que ela seja uma mentira, mas [que] ela é incompleta”³²⁵. Devemos sempre nos posicionar em prol de um “aprendizado contínuo a partir do outro, mantendo uma postura desestabilizadora e decisiva na releitura dos construtos discursivos que moldaram obstinadamente o pensamento ocidental”³²⁶.

Guiados pelo objetivo central: propor a ampliação do poder enunciativo das vozes, das populações originárias, por anos emudecidas, dentro das narrativas históricas, a partir de sua inclusão no texto historiográfico, pretendemos ter com isso lançado luz sobre a possibilidade do paradigma decolonial para subverter a norma predeterminada de compreensão do mundo pela história.

É impossível, por razões tornadas óbvias pela ação do branco, *näpe*, contra os povos originários no momento da invasão portuguesa, ter acesso a outra história. No entanto, o mesmo não deve continuar a acontecer. “Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar”³²⁷, nem sobre nenhum povo ou nação, nós procedemos à superação dos silenciamentos.

³²⁴ ADICHIE, C. N., *loc. cit.*

³²⁵ ARAÚJO, C. M., *loc. cit.*, p. 1.

³²⁶ MIGLIEVICH-RIBEIRO, A., *loc. cit.*, p. 69.

³²⁷ ADICHIE, C. N., *loc. cit.*, 11’ 18’’

REFERÊNCIAS

A POLÍTICA do genocídio contra os índios do Brasil, 1974. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/A-politica-de-genocidio-contra-os-indios-no-Brasil.pdf>

ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compêndio da História do Brasil* em 1 volume. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

_____. Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do primeiro juízo de Francisco Adolfo de Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil. 1844, p. 51. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008123&bbm/6656#page/60/mode/2up> Acesso em: 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *The danger of a single story*. (18 minutos, 49 segundos) TEDGlobal Conference: 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story Acesso em: 2017.

AGUIAR, Jórissa Danilla N. A colonização do conhecimento e a crítica ao eurocentrismo nas ciências sociais a partir da produção teórica brasileira RELIGACIÓN. REVISTA DE CIENCIAS SOCIALES Y HUMANIDADES Vol 3. Nº 9. Quito. Trimestral. Marzo 2018

ALENCAR, José. _____. O Guarany: romance brasileiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diário, 1857

ALENCAR, José. Iracema: lenda do Ceará. 1. ed. Rio de Janeiro: Typ. de Viana & Filhos, 1865

ALMEIDA, Maria R. C. de. O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco. In: Os índios na História do Brasil – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AMARAL, João Paulo Pereira do. Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial / João Paulo Pereira do Amaral – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. / Benedict Anderson. Traducción de Eduardo L; Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. 315p.

ARAÚJO, Cinthia Monteiro de. Por outras histórias possíveis: em busca de diálogos interculturais em livros didáticos de histórias / Cinthia Monteiro de Araújo; orientador: Vera Maria Ferrão Candau. – 2012. Tese (doutorado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2012.

ARAÚJO, Rayane Barreto de. Imprensa e História: a crise do SPI e a violação dos direitos indígenas narradas pelo Jornal do Brasil (1966-1968). Anais da Anpuh XVII, 2006.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE:

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BELLEGARDE, Luiz. Resumo da Historia do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia de Gueffier e CIA, 1831.

BERNADINO-COSTA, J.; GROSGOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOGUEL, Ramón. Decolonialidade e Perspectiva negra. Revista Sociedade e Estado, Vol. 31, nº 1. Brasília, janeiro/abril, 2016, pp. 15-24.

BETHELL, Lislíe. O Brasil no Mundo/ Tradução: Denise Bottmann. In: História do Brasil Nação: 1808-2010 Volume 2: A Construção Nacional 1830-1889. José Murilo de Carvalho (Coordenação). Rio de Janeiro: Fundação Mapfre: Ed. Objetiva, 2012.

BHABHA, H.K. Narrando a Nação. In: Nacionalidade em questão. Cadernos da pós/Letras 19. ROUANET, M.H. (org.). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997.

BRASIL, 2012. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12528-18-novembro-2011-611803-normaatualizada-pl.html>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 2017.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de abril de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm Acesso em: 2017.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Decolonialidade, Ensino e Povos Indígenas: Uma reflexão sobre a Lei nº 11.645. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. Disponível: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1461007755_ARQUIVO_Artigo_XXVIII_SNH.pdf

CÂNDIDO, Antônio. O Romantismo no Brasil. Editora Humanitas, 2004.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Involuntários da Pátria. Cadernos de Leitura n. 65. Edições Chão da Feira. Caderno de Leituras / Série Intempestiva. Projeto gráfico - Mateus Acioli

CASTRO, Eduardo Viveiros. O nativo relativo. MANA 8(1):113-148, 2002., pp. 113-148.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da Pesquisa. *História* (São Paulo) v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a Escrita da História: historiografia e nação no Brasil do Século XIX. *Revista Diálogos*, v. 8, n.º. 1, 2004.

_____. Varnhagen em Movimento: Breve antologia de uma existência. *Revista Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007.

CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In: *História do Brasil Nação: 1808-2010 Volume 2: A Construção Nacional 1830-1889*. José Murilo de Carvalho (Coordenação). Rio de Janeiro: Fundação Mapfre: Ed. Objetiva, 2012.

CHALHOUB, Sidney. —População e Sociedade|| IN. CARVALHO, José Murilo de. —A construção Nacional (1830-1889)||. Editora Objetiva, 2012.

CNV. Texto 5 - Violações de direitos humanos dos povos indígenas. In: RELATÓRIO DA CNV: VOLUME II – TEXTOS TEMÁTICOS. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf Acesso em: 2018.

CUNHA, M. C., História dos índios no Brasil / organização Manuela Carneiro da Cunha. — São Paulo: Companhia das Letras Secretaria Municipal de Cultura: f*pf.sp. 1992

_____. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1992.

_____. *Manuela Carneiro da Índios no Brasil: história, direitos e cidadania / Manuela Carneiro da Cunha. — 1ª ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012*

_____. *Manuela Carneiro da. Os direitos do Índio*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

D'ANDREA, D., Indígenas. Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos, Organização da Coleção: Salete Valesan Camba,2015.

DALL'AGNOL, Rafael T. O passado a serviço do presente: Imaginação Histórica no Brasil oitocentista (c. 1839-1860). Monografia. Orientador: Temístocles Américo Corrêa Cezar. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Porto Alegre, 2014.

DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire du Brésil suivi du Résumé de L'Histoire de La Guyane*. Paris: Lecoite et Durey Librairies, 1825.

DER SPIEGEL, 1968, p. 144. Disponível em: <http://www.spiegel.de/spiegel/print/d-46093905.html> Acesso em: 01/09/2018.

DRAKE, Daniel, *apud*. BOORSTIN, Daniel. Uma literatura declamatória. In: *Nacionalidade em questão*. Cadernos da pós/Letras 19. ROUANET, M.H. (org.). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997.

DUSSEL, Enrique. 1492: O Encobrimento do Outro: A Origem do Mito da Modernidade. Conferências de Frankfurt / Enrique Dussel; tradução Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ELÍBIO JÚNIOR, A.M., LIMA, M.C., ALMEIDA, C.S.M. Provincializar a Europa: a proposta epistemológica de Dipesh Chakrabarty. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS Vol. 7 N° 13, Julho de 2015.

ESTADO DE MINAS, 2013. Fonte: Acervo Armazém Memória <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=103> Acesso em: 01/09/2018.

FEITOZA, Sâmella Kalyne Araújo. A Rodovia Perimetral Norte: Objetivos e Impactos da Sua Construção no Território Federal de Roraima (1970-1982). / Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Roraima. /Orientador: Prof. Dr. Nelvio Paulo Dutra Santos. Boa Vista, RR, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO, 29 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/09/1348997-maria-rita-kehl-e-davi-kopenawa-nao-quero-mais-morrer-outra-vez.shtml> Acesso em: 30/07/2018.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História & ensino de história / Thais Nívia de Lima e Fonseca – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FREIRE, Paulo. A Pedagogia do Oprimido. 17ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Ludmila Gomides. O conceito de bárbaro e seus usos nos diferentes projetos coloniais portugueses para os índios. SÆCULUM - Revista de História [24]; João Pessoa, jan./ jun. 2011. Pp. 125-138.

GÂNDAVO, Pero Magalhães de. *História da Província de Santa Cruz que vulgarmente chamamos Brazil*. In: RIHGB Tomo XXX - Quarto trimestre, 1858.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. GASPARELO, A. M. A história patriótica. In: Construtores de identidade: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu Editora. 2004.

GERBER, H. Ethnographia. In: Noções Geographicas e Adminisrativas da Província de Minas Gerais (Publicada em virtude do art. 21 da lei nº 1164 de 16 de outubro de 1861). Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuziner,1863.

GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão – São Paulo: Cia. das Letras, 2001. 2.

GONÇALVES DIAS, A., —Brasil e Oceania. Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, Garnier, t. 30(parte 2), p. 186, 1867.

GOMES, Geisiane Anatólia. A presença ausente dos povos indígenas no Império do Brasil [manuscrito] / Geisiane Anatólia Gomes. - 2017. 36f.: Orientador: Prof.

Dr. Helena Miranda Mollo. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História.

GONÇALVES DIAS, A., Dicionário da Língua Tupy chamada Língua Geral dos Índigenas do Brasil. Lipsia: F. A. Brockhaus [Livreiro de S. M. o Imperador do Brasil], 1858

GUIMARÃES, Elena. Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias / Elena Guimarães. – Rio de Janeiro, 2015. / Orientador: José Ribamar Bessa Freire. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social/Programa de Pós-Graduação em Memória Social - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GUMBRECHT, H.U. Para além do sentido: posições e conceitos em movimento. In: Produção de presença: O que o sentido não consegue transmitir./ Hans Ulrich Gumbrecht; tradução Ana Isabel Soares. - Rio de Janeiro: Contraponto :Ed. PUC-Rio, 2010.

HARTOG, F. Histórias nacionais. In: Memória, história, presente. In: Regimes de Historicidade: Presentismo E Experiência Do Tempo. / Tradução De Andréa S. De Menezes, Bruna Beffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina De A. Silva E Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. Tempo e Patrimônio. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul/Dez 2006

_____. Uma retórica da alteridade. O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HEIDEGGER, M. A Época das Imagens de Mundo. Tradução de Claudia Drucker, com consulta às traduções de Wolfgang Brockmeier para o francês, em *Chemins que ne mènent nulle part* (Paris: Gallimard, 1986, pp. 99-146) e de Willian Lovitt para o inglês, em *The Questions Concerning Technology and Other Essays* (Nova Iorque: Harper, 1977, pp. 115-154). Disponível em: <https://ateus.net/artigos/filosofia/a-epoca-das-imagens-de-mundo/>

HUYSSSEN, Andreas. Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, política da memória. / Andreas Huyssen; [coordenação Tadeu Capitrano]; tradução Vera Ribeiro – 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil Indígena. Censo demográfico 1991/2010. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html> Acesso em: fevereiro de 2017.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 253-272, maio-ago. 2010.

_____. Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860) / Kaori Kodama ; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de História, 2005. 295 p.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História.

KOPENAWA, DAVI; ALBERT, Bruce. A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo :Companhia das Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos. /Reinhart Koselleck; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio. 2006.

_____, Estratos do tempo. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da PUC-Rio, 2014.

LATIN AMERICA BUREAU, 2013. Disponível em: <https://lab.org.uk/brazil-entire-tribes-massacred/> . Acesso em: 05/09/2018.

LEITE, Dante Moreira. “Romantismo e nacionalismo”. In: _____. O amor romântico e outros temas. São Paulo: Cia. Ed. Nacional/EdUSP, 1979.

LE GOFF, Jacques. A mentalidade histórica: os homens e o passado. In: História e memória/ Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. – 6ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LEI nº 2.889, de 1 de outubro de 1956. Define e pune o crime de genocídio. In: Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.

LEI nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências. In: Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.

LEI nº 5.540, de 2 de junho de 1943. Considera “Dia do Índio” a data de 19 de abril. In: Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.

LEI nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. In: Coletânea da Legislação Indigenista Brasileira. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 156-172

LIMA, E. C.; AZOLA, F. A., Entrevista com Marcelo Zelic: Sobre o Relatório Figueiredo, os indígenas na Comissão Nacional da Verdade e a defesa dos Direitos Humanos. Mediações - Revista de Ciências Sociais / publicação do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. - Vol. 1, n.1 (Jan./Jun. 1996) - Vol. 22,n.2 (Dez. 2017) - Londrina, 2017.

LIMA, I. S. Língua nacional, histórias de um velho surrão. In: LIMA, Ivana S.; CARMO, Laura do. (orgs.) História social da língua nacional Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008 (2014).

LOPES, Ana Mónica. Múltiplos olhares sobre história única, 2018 (no prelo).

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. Discurso Sobre História da Literatura Brasileira. In: *Nitheroy Revista brasiliense – ciencias, letras e artes*. Tomo 1, número 01, 1836.

MAGALHÃES, J. L. Q., Violência e modernidade: o dispositivo de narciso. Disponível em: <http://joseluizquadrosmagalhaes.blogspot.com/2010/12/139-artigo-violencia-e-modernidade-o.html> Acesso em: 01/03/2018.

Maior de 2017. Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno-n-65-os-involuntarios-da-patria/>

MALDONADO-TORRES, Nelson. (2007) “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, en Castro-Gómez, S. y Grosfoguel, R. (eds.): *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá, Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, pp.127-167. Mignolo, W. (2003) *Historias locales/diseños globales*, Madrid, Akal, p. 27

_____, Nelson (2007). "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

MARTIUS, K. F. v., Como se deve escrever a História do Brasil Author(s): Karl Friedrich Von Martius and José Honório Rodrigues. *Revista de Historia de América*, No. 42 (Dec., 1956), pp. 433-458

MATTOS, I. R. O Império da boa sociedade. A construção do Estado imperial brasileiro. 15. ed. São Paulo: Atual, 2009. v. 1. 106p.

MELLO, A., 2013, (Jornal Estado de Minas, 28 de abril de 2013 – acesso online: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2013/04/28/interna_nacional,378500/indios-brasileiros-foram-tratados-como-escravos-e-castigados-em-troncos.shtml

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria. Pensamento latino-americano e pós-colonial: o diálogo possível entre Darcy Ribeiro e Walter Mignolo. *36º Encontro Anual da Anpocs*. GT26 – Pensamento social latino-americano. Águas de Lindoia, 2012.

MIGNOLO, Walter D. Histórias Locais/ Projetos Globais: Colonidades, Saberes subalternos, Pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

_____, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MOLLO, Helena M. A construção do passado em História Geral do Brasil. In: Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, p.1-9, Lisboa, 2005.

MONTEIRO, J.M. *Redescobrimos os Índios da América Portuguesa: Incursões pela História Indígena e do Indigenismo; As “Castas de Gentio” na América Portuguesa Quinhentista: Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios no Brasil; Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais*. In: Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (Livre-docência). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2001.

_____, J.M. Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e Indigenismo. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (Livre-docência). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2001.

MONTEIRO, Melissa Carvalho Gomes. *Amu itá tetama: literatura infantil de autoria indígena como projeto político de (re)construção da imagem histórica e da autoimagem dos povos indígenas do Brasil / Melissa Carvalho Gomes Monteiro ; orientadora: Denise Pini Rosalem da Fonseca*. –2014.

NDLOVU, Morgan. Por Que Saberes Indígenas No Século Xxi?Uma Guinada Decolonial .Epistemologias Do Sul, Foz Do Iguaçu/Pr, 1 (1), PP. 127-144, 2017.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: Identidade, raça e gênero no Brasil*. SP. Editora Selo Negro. 2003.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares/ tradução Yara Aun Houry*. Projeto História São Paulo: PUC-SP, nº 10, 1993.

OLIVEIRA, Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de. *Letras de memória [manuscrito]: o indígena como cronótopo da narrativa do passado no período imperial, dos estudos históricos ao romance indianista de José de Alencar (1820-1870) / Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira* - 2011.

PAULO DE ALMEIDA, Helena Azevedo. *Através da Pátria Brasileira: possibilidades de narrativas acerca do indígena brasileiro nos livros de leitura da primeira República*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação.

PAULO III, 1573. Disponível em : <http://www.teatrodomundo.com.br/sublimis-deus-ou-os-indios-tem-alma/> (grifos meus).

PENNA, Camila. Paulo Freire no pensamento *decolonial*: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. *Revista Estudos & Pesquisas sobre as Américas*. v. 8. n.2, 2014, pp. 181-199.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015

PERRONE-MOISÉS, B., História dos índios no Brasil / organização Manuela Carneiro da Cunha. — São Paulo : Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura : f*pf.sp. 1992

PESAVENTO, Jatahy. História & História Cultural – 3. ed. – Belo Horizonte : Autêntica, 2012.

PHILIPS, M.S. Rethinking Historical Distance: From Doctrine to Heuristic. Special Issue: Historical Distance: Reflections on a Metaphor. History and Theory. Studies in the Philosophy of History Volume 50, Issue 4. December 2011, pages 11–23.

PINTO, Daniella Basso Batista. Dussel e Freire: a busca pela superação da opressão na sociedade contemporânea. Revista ; ponto-e-vírgula, 9: xx-xx, 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

RAMA, Angel. La Ciudad Letrada. Montevideú: Arca, 1998, 127p.

RAMINELLI, Ronald. Imagens da Colonização: A representação de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996

RANGEL, Marcelo de Mello. Reflexão e diálogo. Liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira / Marcelo de Mello Rangel; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, 2005. 209 f.; 30 cm Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História

RANGEL, Marcelo de M. Literatura e civilização nas páginas da Revista Niterói. In: Poesia, história e economia política nos *Suspiros Poéticos* e *Saudades* e na *Revista Niterói : os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil* / Marcelo de Mello Rangel ; orientadora: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2011.

RAUTER, Luisa. Uma história do conceito político de povo no Brasil: Revolução e historicização da linguagem política. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300644937_ARQUIVO_textoANPUH2011.pdf

RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1968. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&pesq=re-lat%C3%B3rio%20figueiredo Acesso em: 2018.

RENAN, E. O que é uma nação? In: Nacionalidade em questão. Cadernos da pós/Letras 19. ROUANET, M.H. (org.). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997.

RESOLUÇÃO nº 1 de 18 de abril de 1963. Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1960-1969/resolucaodacamardosdeputados-1-20-marco-1963-319946-publicacaooriginal-1-pl.html> .

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. O pensamento crítico acerca da universidade na América Latina: de Darcy Ribeiro à “modernidade-colonialidade”. *Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas*. V. 8, N.2 , 2014. 149-163.

RODRIGUES, Alex. Comissão da Verdade usará documentos históricos e depoimentos para apurar crimes contra indígenas. Agência Brasil. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-09-26/comissao-da-verdade-usara-documentos-historicos-e-depoimentos-para-apurar-crimes-contraindigenas> . Acesso em: 10/12/2017.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. A Independência de Portugal. História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de pós-graduação em História. 2014.

ROSEVICS, Larissa. Perspectiva Tradicional De Segurança Internacional E A América Do Sul. In: Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo / organização de Glauber Carvalho; Larissa Rosevics. – Rio de Janeiro: Perse, 2017

RUNIA, Eelco. Presence. In: *History and Theory. Studies in the Philosophy of History* Volume 45, Issue 1 February 2006, Pages 1–29.

RÜSEN, J. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____, Jörn. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. pp. 54-67.pp.58.

SILVA, Sandro José da. Crítica pós-colonial Panorama de leituras contemporâneas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, pp. 510-513, jul.-set. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/22877/13977> Acesso em: 07/2018.

SIMÕES, Júlio Assis; MACIEL, Laura Antunes. *Pátria Amada Esquartejada*. São Paulo: DPH, 1992.

SCHNEIDER, Alberto L. O Brasil de Silvio Romero: Uma leitura da população brasileira no final do século XIX. *Revista Projeto História. Dossiê Viagens, viajantes e deslocamentos*, vol. 42, 2011.

SEMO, Ilán, ¿Indígenas o pueblos originarios?: una reforma conceptual 2017. Disponível em: <http://jornada.unam.mx/2017/03/11/opinion/015a1pol> Acesso em: 08/2018.

SOTO, Damián Pachón Nueva perspectiva filosófica en América Latina: el grupo Modernidad/Colonialidad. *ciencia política* n° 5 enero-junio 2008 issn 1909-230x/págs. 8-35.

SPI, 1962. Boletim Interno do SPI nº 52. Meses de Janeiro-Feveireiro de 1962. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=103> Acesso em 01/09/2018.

SPI, 1962. Boletim Interno do SPI nº 47. Mês de janeiro de 1961. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=103> Acesso em 01/09/2018.

SPI, 1959. Boletim Interno do SPI nº 24. Mês de janeiro de 1959. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=103> Acesso em 01/09/2018.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STAUFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História. USP.* v. 21 n. 43 (1960).

TREECE, David. *Exilados, Aliados, Rebeldes*, EDUSP, 2000.

TURIN, Rodrigo. A obscura História Indígena: o discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: *Tessituras do Tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

_____, *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista/ Rodrigo Turin; orientador: Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães* – Rio de Janeiro: UFRJ, Departamento de História, 2009 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal do de Janeiro, Departamento de História.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil [...]. Tomo I*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1ª Edição:1854.

_____. *História Geral do Brasil [...]. Tomo II*. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1ª Edição:1857.

_____. *L'origine touranienne des américains Tupis-Caribes et des anciens Égyptiens: montrée principalement par la philologie comparée : et notice d'une émigration en Amérique effectuée à travers l'Atlantique plusieurs siècles avant notre ère.* - Faesy & Frick, 1876.

WALSH, Catherine. Las geopolíticas de conocimiento y colonialidad del poder. Entrevista a Walter Mignolo. In: Santiago Castro-Gómez et al. *Indisciplinar las ciencias sociales: geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo andino*. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar, 2002, p. 17-44.

WATTS, J; ROCHA, J., 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/may/29/brazil-figueiredo-genocide-report>. Acesso em: 05/09/2018.

ZELIC, Marcelo, 2012. Disponível em: <http://www.ligaoperaria.org.br/1/?p=4216>. Acesso em: 03/09/2018.

ZELIC, Marcelo. Povos Indígenas e Ditadura Militar. Subsídios à Comissão Nacional da Verdade 1946-1988. Relatório Parcial 01 de 30/01/2012. Disponível em: http://idejust.files.wordpress.com/2012/12/povos-indc3adgenas-e-ditadura-militar-relatc3b3rio-parcial-30_11_2012.pdf . Acesso em 10/12/2018.

ANEXO

ANEXO Boletim Interno do SPI nº 27, de abril de 1959, p.2 "As terras dos índios".

0003031 2

TRABALHOS EM FAVOR DO ÍNDIO, NO AMAZONAS

O "Dia do Índio" foi festivamente comemorado na 1ª Inspeção Regional, com sede em Manaus, no Estado do Amazonas. Ali, sob a orientação do Inspetor Tubal Fialho Vianna, foram feitas palestras sobre o "Dia do Índio", através das ondas das Estações de Rádio.

O servidor Antônio Cornélio de Melo, lotado na IRI, foi um dos interpretes do pensamento do Serviço de Proteção aos Índios.

Em uma longa e substancial palestra, a qual alcançou grande êxito, nosso colega do Amazonas, teceu considerações sobre os vários aspectos da vida de nosso aborígene.

=====

"TRABALHANDO em 14 Estados e 4 Territórios do Brasil, através de UMA CENTENA DE POSTOS INDÍGENAS, o Serviço de Proteção aos Índios é hoje uma das nossas principais instituições de assistência social, e um dos Serviços Federais de mais ampla distribuição geográfica no território Nacional".

=====

AS TERRAS DOS ÍNDIOS

Estêve nesta Capital, um grupo de 14 índios, da tribo dos xerentes, moradores no município de Tocantinia, no Estado de Goiás. Esses silvícolas procuraram a Direção do S P I, a fim de reclamarem contra a invasão de suas terras, por elementos civilizados, e por incrível que pareça, pertencentes ao Governo daquele Estado.

A Direção do S P I, imediatamente, tomou as providências que o caso requeria, e nesse sentido, telegrafou ao Chefe da IR8, em Goiânia, pedindo esclarecimentos sobre essa invasão de terras.

E, ainda mais, enviou, de volta, os índios ao seu aldeamento, depois de lhes dar toda a assistência material. O servidor Josias Macedo foi designado para levar de retorno, á Tocantinia, os índios xerentes, por via aérea.

=====

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

O ministro da Pasta da Agricultura, dr. Mário Meneghetti, delegou competência ao Inspetor Lourival da Mota Cabral, Chefe da IR7, para em nome deste Ministério, assinar termos de contrato de locação de imóvel, situado na Rua Ébano Pereira, 269, em Curitiba, no Estado do Paraná, onde funciona a sede da citada Inspeção Regional, dentro do limite máximo de CR\$6.000,00 mensais.

=====

DESLIGAMENTO DE SERVIDOR

A servidora Maria Pompéia Tenório, deste Serviço, até pouco tempo lotada na Secção de Estudos - Museu do Índio - vem de ser lotada, a título de cooperação, no Ministério da Agricultura, ficando lotada na Divisão do Pessoal.

=====

ANEXO Boletim Interno do SPI nº 28, de maio de 1959, "Parecer 407 SC 10270/58" resultados do "Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial nº 940, de 17/09/58.

0003241

6

RESULTADO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO:

RECONDUZIDO O INSPETOR IRIDIANO OLIVEIRA À CHEFIA DO POSTO GUARITA - O QUE DECIDIU O CONSULTOR JURÍDICO DO MINISTÉRIO - APROVADO O PARECER PELO MINISTRO MÁRIO MENEGHETTI - O DESPACHO DO DIRETOR DO S P I.

Após vários meses de investigação intensiva, a fim de apurar possíveis irregularidades contra a administração do Posto "Guarita", a Comissão de Inquérito Administrativo, vem de se pronunciar sobre o que lhe foi dado observar.

Os resultados apurados foram enviados ao Ministro da Agricultura, tendo S. Exa. remetido o referido Processo ao Consultor Jurídico daquele Ministério, o qual apresentou o seguinte Parecer:

PARECER nº 407
SC. 10270/58

Inquérito administrativo instaurado para apurar irregularidades verificadas no Posto Indígena "Guarita", no município de Portela, Estado do Rio Grande do Sul

Senhor Ministro:-

Refere-se o presente processo ao Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial nº 940, de 17/9/58, para apurar irregularidades verificadas no Posto Indígena Guarita, no município de Portela, Estado do Rio Grande do Sul.

2. O Inquérito se processou normalmente, tendo a Comissão do mesmo incumbida realizada todas as diligências reputadas indispensáveis à apuração das irregularidades denunciadas.

3. Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentou relatório circunstanciado dos mesmos, no qual, embora, dando pela inteira denúncia, deixou, entretanto, de sugerir qualquer punição aos implicados no processo, por entender que o único responsável pelas irregularidades verificadas nessa dependência do SPI era a sua própria administração central, que jamais proporcionou aos diversos encarregados do Posto os recursos de que careciam, para que pudessem desincumbir-se, a contento, das atribuições inerentes às suas funções.

4. Das irregularidades verificadas naquele Posto e que determinaram a instauração do Inquérito.

5. A fim de sanar algumas das irregularidades apuradas no decorrer do Inquérito, sugeriu a C.I. as seguintes medidas administrativas

- a) RECONDUÇÃO do Inspetor Iridiano Amarinho de Oliveira na Chefia do Posto, como único servidor capaz, graças à sua capacidade de organização, de regularizar a si

0003251

7

tuação dessa dependência do S.P.I.;

- b) Revisão do Regimento do referido Serviço, com objetivo de promover a sua atualização, expurgando-o, ao mesmo tempo, das falhas de que se ressente;
- c) constituição de uma comissão, com a incumbência específica de reorganizar os serviços afetos ao Posto;
- d) e, finalmente, a rescisão dos contratos firmados com Waldomiro Arbo e Tonetto, Araújo & Cia. Ltda.

6. Submetido o processo, na forma regimental, à Divisão do Pessoal deste Ministério, manifestou-se esse órgão de pleno acordo com as conclusões do relatório da Comissão, motivo por que sugeriu o encaminhamento do processo ao S P I, para a adoção das medidas tendentes a normalização dos diversos serviços que lhe estão afetos, a fim de evitar-se a repetição dos fatos apontados no relatório da C.I.

7. Vindo o processo a esta Consultoria Jurídica, para o seu pronunciamento sobre a matéria, eis o nosso parecer a respeito.

+++++

8. Conquanto estranhável, à primeira vista, o procedimento da Comissão, ao deixar de propor qualquer punição para os responsáveis pelas irregularidades apuradas no decorrer do Inquérito, a verdade é que, após um detido exame das diversas peças de que se compõe o processo, a conclusão a que fatalmente se chega é que outra não poderia ser a sua atitude, diante das incríveis dificuldades com que sempre lutaram os encarregados dessas e outras dependências do aludido Serviço.

9. Privados, geralmente, dos recursos indispensáveis para que pudessem levar a bom termo a sua espinhosa missão, esses encarregados, letados pelo estado de necessidade, viam-se muitas vezes obrigados a lançar mão de expedientes normalmente censuráveis, com o único e exclusivo propósito de evitar a derrocada dos serviços sob a sua responsabilidade.

10. Puní-los, por terem assin agido, não seria justiça, mas deservir a própria justiça, o que, devidamente, seria a subversão da ordem jurídica, que deve informar todas as atividades da administração.

11. Assim sendo, não podemos deixar de também nos manifestar de acordo com a Comissão, quando sugere que, não obstante as irregularidades por ela apuradas, nenhuma penalidade seja aplicada aos responsáveis pelas mesmas.

12. Quanto às medidas sugeridas pela Comissão, cabe-nos informar que a última delas, ou seja, a constante da alínea d, perdeu a oportunidade, por já ter sido ela adotada pela Administração, sendo as demais da competência privativa da direção do SPI, para onde sugerimos o encaminhamento do presente processo, para as providências que julgar por bem adotar, no interesse do mesmo Serviço.

É o que nos parece, salvo, melhor juízo.
Rio de Janeiro -5 de maio de 1959

ANEXO: Relatório das inspeções feitas nas "5ª, 6ª, 9ª, 1ª e 2ª Inspetorias Regionais, sediadas, respectivamente, em Campo Grande, Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, Po[s]to Velho, no Território Federal de Rondônia; Manaus, Estado do Amazonas; e Belém, no Estado do Pará, em fevereiro de 1962

-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
-Serviço de Proteção aos Índios-
-BOLETIM INTERNO Nº 52-

=INSPECIONADOS
PELO DIRETOR DO SPI
INSPETORIAS REGIONAIS E POSTOS INDÍGENAS.-

0 Sr. Tenente Coronel Macyr Ribeiro Coelho, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, inspecionou as 5ª., 6ª., 9ª., 1ª., e 2ª. Inspetoria Regional, localizadas, respectivamente, em Campo Grande, Cuiabá (Estado de Mato Grosso), Pôrto Velho (T.F. Rondônia), Manaus, Estado do Amazonas, e Belém, Estado do Pará.

O Diretor do SPI visitou vários Postos Indígenas, pertencentes às 1ª, 6ª e 9ª. Inspetorias, e tomou inúmeras medidas de caráter administrativo, com a finalidade de promover maior assistência, por parte dos PPII, aos índios sob sua jurisdições, principalmente, os Pacaás Novos.

Entre os Postos Indígenas inspecionados, destacamos:
PI Pantanilha, PI Pantanilha Indígena e PI Simões Lopes (6ª IR)
PI Buriti, PI José Bonifácio e Francisco Horta (5ª IR)
PI Barbosa Rodrigues e Fazenda Nacional de São Marcos
(1ª Inspetoria Regional).

Na fazenda de São Marcos (T.F. do Rio Branco), foram visitados, pelo Sr. Diretor deste Serviço, os quatro Postos que a FAB mantém nos locais seguintes: Cachoeira dos Índios (Rio Mucajai), Rio Urariquera, Serra dos Surucucus e Serra do Parima.

DIRETOR DO SPI APRESENTA
RELATÓRIO AO EXO. SR. MINISTRO DA AGRICULTURA.

No dia 23 de fevereiro do ano corrente, o Sr. Diretor do SPI, Ten. Cel. Macyr Ribeiro Coelho, apresentou ao Exo. Sr. Ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, importante relatório relativo à primeira viagem de inspeção, e que transcrevemos na íntegra: "RELATÓRIO APRESENTADO AO EXO. SR. MINISTRO ARMANDO MONTEIRO FILHO, PELO TENENTE CORONEL MACYR RIBEIRO COELHO, DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, E RELATIVO À 1ª. VIAGEM DE INSPEÇÃO".

I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

1) - Esta Direção realizou, de 5 de janeiro a 16 de fevereiro do corrente ano, uma viagem de inspeção através as 5ª, 6ª, 9ª, 1ª e 2ª. Inspetorias Regionais, sediadas, respectivamente, em Campo Grande, Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, Pósto Velho, no Território Federal de Rondônia; Manaus, Estado do Amazonas; e Belém, no Estado do Pará.

2) - Foram visitadas, além das sedes das Inspetorias, alguns dos Postos Indígenas de cada uma delas.

3) - Considerando que as Inspetorias Regionais têm, respectivamente, a 1ª I.R., nove; a 2ª I.R., dezessete; a 5ª I.R., doze; a 6ª I.R., onze; e a 9ª I.R., quatro Postos, distantes uns dos outros e de difícil acesso, impossível se torna visitar a cada um deles durante um roteiro tão exíguo.

II - CONSTITUIRAM OBJETIVO DA INSPEÇÃO:A) - QUANTO AOS POSTOS INDIGENAS:

1) - Tomar contato com os Postos Indígenas instalados pelo "hinterland" e verificar "in loco" :
a) as condições de vivência dos indígenas e a forma porque se desenvolve o processo de aculturação;
b) os recursos de que dispõe o SPI e as condições de vida dos funcionários;

c) as mais prementes necessidades do Serviço, para que preencha as condições mínimas de eficiência;
d) verificar o tratamento dispensados pelos Engarregados às populações indígenas: assistência, possibilidades de trabalho, tratamento, etc;

e) verificar a situação da escrituração e o lançamento da Renda Indígena auferida pelo Posto;

f) verificar o material e o estado em que se encontra.

B) - QUANTO AS INSPETORIAS REGIONAIS

1) - Verificar a maneira pela qual o Inspetor controla a vida dos Postos e as atividades dos respectivos Engarregados;

2) - Verificar a escrituração de modo geral e, em particular, a carga pertencente à Inspetoria e aos Postos Indígenas;

3) - Verificar a arrecadação da Renda Indígena e sua aplicação;

4) - Verificar como se processa a aplicação das verbas; de terras, porventura existentes.

C) - SOBRE OS PACAAS-NOVOS:

O assunto relativo a necrofagia dos Pacaas Novos, largamente explorado por "O Cruzeiro", constituiu outro dos objetivos de inspeção.

D) - MISSIONÁRIOS PROTESTANTES:

A elucidação deste assunto, grandemente controvertido e tumultuado através de informações e relatórios enviados ao Conselho de Segurança Nacional e ao Serviço de Proteção aos Índios, constituiu mais um objetivo para esta viagem de inspeção.

III- OBSERVAÇÕES RESULTANTES DA INSPEÇÃO:A) POSTOS INDIGENAS:

Salvo algumas poucas e honrosas exceções e de interesse dos funcionários - os Postos encontram-se em lamentável estado: desassistidos, carecentes de tudo, sem fiscalização, ficam os índios entregues a si mesmos e a terra indígena á

mercê da cupidiz de estranhos e, não raro, da exploração clandestina por parte dos próprios encarregados e demais funcionários. Campeiam o ócio, a irresponsabilidade e os atentados à coisa pública.

B) - INSPETORIAS REGIONAIS:

As Inspetorias Regionais, que deveriam ser órgãos atuantes e ativos, dão a total falta de recursos com que lutam - sobretudo meios rápidos de transporte - e sem sofrerem fiscalização ou estímulo, constituem apenas repartições burocráticas e sedentárias, e manipulam os recursos ou recebem - muitas vezes de maneira turbulenta e pouco convincente:

Verificou-se a existência de contratos e arrendamentos feitos sem conhecimento da Diretoria; outros, firmados por esta mas ilegítimos ao serviço; necessidade de padronização da escrituração; funcionários lotados em funções de modo irregular e que, por isso, nada produzem.

Em decorrência de irregularidades verificadas ou por escazequecer, foram designadas as seguintes comissões:

"Presidente: AUGUSTO DE SOUZA LEAO, Mestre, nível 13-A; membros: JOÃO BEZERRA DE MELLO e ITAMAR ZWICHER SIMÕES, Agentes, nível 6-B, "para fazer o levantamento de todo o patrimônio, quer Nacional quer Indígena, em separado, no Posto Indígena IAKRI, em São Paulo, bem assim o relacionamento dos reparos, consertos e recuperações a serem feitos nos bens relacionados e que deles estiverem precisando e, por último, levantamento das possibilidades sócio-econômicas do referido Posto, em relação à região em que está situado."

"Presidente: ABREDO JOSÉ DA SILVA, Inspetor, nível 12-A; Membros: MANOEL MOREIRA DE ARAÚJO, Chefe da Ia. IR, e JOÃO FERNANDES MOREIRA, ambos Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, "para que se apurem as graves denúncias feitas no "Jornal do Comércio", de Recife, edição de 29/12/61, pelo Bispo de Guajara-Mirim, Dom Francisco Xavier e pelo cidadão Gilberto Gama, contra o Professor de Ensino Pre-Primário e Primário, nível 11, JOSÉ FERNANDO CRUZ."

"Presidente: FERNANDO CAMPELO DUARTE, Oficial de Administração, nível 16-C; Membros: Alboricoz Alves Labatut e Vicente de Paula Gradowski, ambos Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, "para que se apurem as denúncias feitas por índios Caingangas, do Posto Indígena Barão de Antonina, da 7a. Inspetoria Regional, contra o Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, WISMAR COSTA LIMA, Encarregado daquela Unidade".

"WALTER SAMARI PRADO, Mecânico de Motores à Combustão, nível 12, "para seguir com destino aos Postos Indígenas "Engenheiro" Mariano de Oliveira" e "Kiriri", para verificar:

- a) o número de olários existentes; o tempo por que estão instalados, por ordem de quem e quais os proprietários;
- b) as invasões de terras e quais os invasores;
- c) o comportamento do Encarregado do Posto;
- d) a situação de calamidade em que se encontram os índios, provocada pelo flagelo da seca, bem como suas riquezas danificadas pelo mesmo flagelo;
- e) a avaliação do volume das possíveis colheitas;
- f) se há terras arrendadas e, se for o caso, a que, e em que condições;
- g) a situação do material distribuído, a conservação e fazer o respectivo arrolamento."

"DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Agente de Proteção aos Índios, nível 6B, e Chefe da 7a. Inspetoria Regional, em Curitiba, Paraná, "para seguir até o Posto Indígena "Cacique Capanema", situado no Município de Mangeirinha, a fim de verificar sobre irregularidades que estariam ocorrendo naquela dependência do SPI, conforme comunicados re-

cebida da Chefatura de Polícia daquele Estado."

"Érico Sampaio, Inspetor de Índios, nível 14B, "para seguir com destino ao Pósto Indígena "Taunay", a fim de verificar o que está havendo de irregular entre os índios e boiadeiros."

"FRANCISCO SAMPAIO, Inspetor de Índios, nível 14B, para seguir com destino ao Pósto Indígena "Caramuru", Município de Itabuna, no Estado da Bahia, a fim de proceder à sindicância, apurando as denúncias formuladas ao SPI 674, bem como verificar a identidade do denunciante apresentando minucioso e urgente relatório de tudo quanto fôr constatado."

"IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA, Inspetor de Índios, nível 14B, Chefe da 8a. Inspeção Regional, em Goiânia, Estado de Goiás" para seguir com destino à povoação Getúlio Vargas, na Ilha do Bananal, naquele Estado, a fim de proceder inspeção e arrolamento total do material existente naquela dependência do Serviço".

"Paulo Rufino de Melo e Silva, Inspetor de Índios, nível 12A, "para seguir com destino ao Pósto Indígena Nísia Brasileira, no Estado da Paraíba, a fim de proceder a sindicância, para esclarecer a denúncia feita pelo Sr. João Agripino, em telegrama dirigido a esta Diretoria."

D) - SOBRE OS PACAÁS NOVOS:

A esse respeito esta Direção, que se vinha batendo com a Revista "O Cruzeiro", para que esta não desse a publicidade o documentário fotográfico relativo a cenas de necrofagia, havia ajustado com o Dr. Leão Gondim fazer-se acompanhar, em Rondônia, dos repórteres interessados no caso, a fim de se verificar "in loco" a autenticidade ou não do referido documento.

Através de depoimentos inusitados, comprovou-se ser a prática necrofágica corrente entre as tribos Pacaás-Novos, reconhecendo esta Direção, em carta ao Dr. Leão Gondim a autenticidade do relato do referido documentário.

Infelizmente, e sem que de tal ainda a Direção tivesse tido conhecimento, deparou-se aos olhos dos que penetraram na selva dos Pacaás Novos, um quadro tétrico, repleto de misérias, abandono e doença, consequências funestas da improvisação e inépcia dos que ordenaram, organizaram e dirigiram a chamada "Expedição Mafra".

Esta Direção, ainda em Rondônia, mobilizou os poucos recursos de que dispunha no sentido de socorrer aos índios - já dizimados pela doença, emagrecidos e famintos - toda a assistência que pôde promover de imediato: aquisição de alimentos (farinha e carne), medicamentos e a colaboração, prestimosa e desvelada, dos Missionários protestantes, os quais, juntamente com funcionários da 9a. Inspeção Regional deste Serviço, permaneceram nos Postos do Ocaia, do Rio Negro e Tenente Lira, atendendo aos silvícolas.

De Manaus - de onde foi possível comunicação rádio direta com a sede - a Direção lançou apelo às Unidades Sanitárias Aéreas, cuja equipe médica encontra-se, neste momento, trabalhando nas selvas de Rondônia.

Aguardamos relatório para promover novas medidas de emergência e assistência.

Anexo: Cópia dos dois ofícios dirigidos a "O Cruzeiro".

D) - MISSIONÁRIOS PROTESTANTES:

Há alguns anos que vêm operando no Brasil, como o fazem em outros pontos da América Latina, as seguintes instituições de âmbito mundial:

- SUMNER INSTITUTE OF LINGUISTICS
- MISSÃO DAS NOVAS TRIBOS DO BRASIL
- CRUZADA EVANGELIZAÇÃO MUNDIAL.

BOLETIM INTERNO DO SPI Nº 52-MESES DE JANEIRO-FEVEREIRO - 1962- -5-

Estas organizações, embora autônomas e independentes entre si, têm como laços comuns possuírem a Sede nos Estados Unidos e professarem, os seus membros, a religião Protestante (várias seitas: Batista, Evangélica, etc.).

O ingresso desses Misionários no País, embora obedecendo às normas legais, não evidenciou o fato de pertencem a entidades religiosas, nem ficaram suficientemente identificados os objetivos a que se iam dedicar. Esta falta de entrosamento dos missionários e de seus responsáveis com as autoridades do País, especialmente com o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL e com o Serviço de Proteção aos Índios foram, a nosso vêr, as razões determinantes para a desconfiança a que ficaram sujeitos os referidos missionários.

Ao assumir a direção do Serviço de Proteção aos Índios, a 20 de dezembro de 1961, consultamos vários processos arquivados no Serviço, cujos pareceres, embora extensos em muitos casos, terminam por não concluir coisa alguma. Fundamentam-se quase todos em impressões colhidas deitiva ou relatórios e denúncias que nada provam.

Estas impressões impunham o esclarecimento do assunto e esta Direção, tendo mantido com os missionários, em plena selva, estreito contato por muitos dias, acompanhando suas atividades e visitando suas moradias, sentiu-se habilitado a no dever de esclarecer devidamente o caso.

Para isso, identificamos, inicialmente, as três organizações a que nos referimos:

~~SUMNER INSTITUTE OF LINGUISTICS~~

Têm suas atividades definidas no Diário Oficial, de 20 de novembro de 1958, onde constam (Página 24.791) sua caracterização jurídica e finalidades.

O Instituto tem mantido contato permanente com o Serviço de Proteção aos Índios, através do Museu Nacional, e vem solicitando autorização para cada grupo de linguistas antes de iniciar o estudo no meio tribal.

Seus linguistas trabalham sob a coordenação do Diretor da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, Professor Luiz de Castro Faria, e, de modo mais direto, sob a supervisão do Engenheiro do Setor de Etnologia, Professor Roberto Cardoso de Oliveira, e do Engenheiro do Setor Linguístico, Professor J. Mattoso Câmara Jr.

Durante o exercício de 1961, os linguistas do Acôrdio Museu Nacional - Sumner Institute of Linguistics residiram entre as tribos indígenas, nas localizações e períodos abaixo indicados:

1. Apinayé: Patricia Ham e Mickey Stout residiram no Posto Indígena Apinayés; Tocantinópolis, Goiás, no período de janeiro a abril e de junho a novembro. No mês de março, essas moças visitaram duas aldeias da Tribo Gaviao, ao norte de Tocantinópolis.
2. Borôro: George e Esther Hestis residiram no Posto Indígena General Galdino Pimentel, Mato Grosso, durante o período de janeiro a março, e de junho a novembro.
3. Fulniô: Douglas e Doris Meland residiram no Posto Indígena General Dantas Barros, Águas Belas, Pernambuco, no período de janeiro a abril, e de maio a agosto.
4. Guadalupe: David e Margaret Bonar-Samuel residiram no Posto Indígena Rio das Cobras, Maranhão, no período de janeiro a abril, e de maio a outubro.
5. Guarani: De fevereiro a abril, Robert e Mabel Meader residiram com os índios no Posto Indígena Rio das Cobras.
6. Hixkaryana: Desmond e Grace Lebyshire moraram entre este grupo de Karibes, no período de janeiro a abril, e de outubro a dezembro.
7. Kaingang: De janeiro a abril, Glória Kindell e Ursula Wieseman residiram no Posto Indígena Rio das Cobras. Glória Kindell e

MÊS DE JANEIRO-MÊS DE FEVEREIRO-1962-BOLETIM INTERNO DO SPI- -6-

- Mickey Stout no mesmo local desde 20 de dezembro.
8. Kaiwá: John e Audrey Taylor moraram na Missão Evangélica Caiuá de janeiro a abril, e de junho a setembro, mês em que se transferiram para Kuiuana a fim de realizarem melhor contato com os indígenas.
 9. Karajá: David e Gretchen Fortune residiram em Macaúba, Ilha do Bananal, Estado de Goiás, durante o período de janeiro a abril e nos meses de agosto a dezembro.
 10. Maxacali: Exeto no mês de maio, e em certos dias dos meses de junho, julho e dezembro, Harold e Frances Popovich residiram com estes índios no Pôsto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, durante o ano todo.
 11. Munduruku: Exeto nos meses de janeiro e maio, Ilse Braun e Marjorie Crofts residiram com estes índios em Cuatá, no Rio Caúma, durante o ano todo.
 12. Mura: Arlo e Viola Heinrichs residiram com estes índios, no rio Marmelos, de fevereiro a abril, e de julho a dezembro.
 13. Nanbikuara: Ivan Lowe residiu na Gleba Continental, Mato Grosso, no período de janeiro a abril, e de junho a setembro. Esteve acompanhado, durante o primeiro período, por Peter Weissenburger e no segundo, por Cliff Bernard. Peter Weissenburger e Menno Krocker residiram com os indígenas no mês de dezembro.
 14. Paresi: Orland e Phyllis Rowan residiram em Tanorehana, Mato Grosso, no período de janeiro a março, e de junho a dezembro.
 15. Parintini: a não ser nos meses de janeiro, maio e junho, La Vera Betts e Helen Pease residiram no Rio Ipixuna, Amazonas, com esta tribo.
 16. Satará: Albert e Sue Graham residiram no Rio Andirá, Amazonas, de fevereiro a abril e de agosto a dezembro.
 17. Terena: Muriel Ikdahl residiu na Aldeia, União, Miranda, Mato Grosso, de janeiro a abril e de junho a novembro. Edor-Samuel e Pamela Edor-Samuel estiveram no mesmo local, no período de janeiro a abril.
 18. Xavante: Joan Hall residiu no Pôsto Indígena Simões Lopes, de janeiro a abril e de junho a dezembro, estando acompanhada, no primeiro período, por Ruth McLeod e por Eunice Buros, no segundo período.
- Em suma, ao findar o ano de 1961, o Instituto contava com 12 casais e seis equipes de linguistas solteiros distribuídos entre as 18 tribos, com a finalidade de realizar estudos profundos das línguas indígenas. Há mais três equipes prontas a se transferirem para regiões tribais, aguardando, somente, autorização de Serviço.

MISSÃO DAS NOVAS TRIBOS DO BRASIL

A "Missão das Novas Tribos do Brasil", ou New Tribes Mission, é uma organização norte-americana com sede em Califórnia, fundada em 1950 e possuidora de grandes recursos, tais como aviões, navios e um número ponderável de missionários, com suas respectivas famílias, em várias partes do globo.

No Brasil e somente nos períodos de 1952 a 1956- entraram em regiões habitadas por índios vinte e oito (28) missionários, com suas famílias, todos pertencentes à "New Tribes Mission".

Em 1961, eram os seguintes os trabalhos que estavam a cargo destes missionários:

Estado de Goiás

Em Macaúba-Ilha do Bananal-TRIBO CARAJÁS

Serviço médico-hospitalar e dentário; Ensino Rural; Trabalho e Produção Rural; Catequese
 Tom Pepe e esposa-norte-americanos
 Wanda Elizabeth Aron - Brasileira
 Margaret Powell - norte-americana
 Melvin Royer e esposa - norte-americanos.

EM TOCANTÍNIA- TRIBO DOS XERENTES

Enfermagem; Ensino Rural; Catequese
Rinaldo de Mattos e esposa-brasileiros
Robert Williams e esposa- norte-americanos

EM TOCANTÍNIA- TRIBO DOS APINAJÉS

Assistência médica, dentária; catequese
Joe Preston e esposa - norte-americanos.
Jocelina Silva Martins - brasileira

EM TOCANTÍNIA- TRIBO DOS GAVIÕES

Trabalho novo, não iniciado por falta de licenças do SPI.

Enfermagem; Ensino Rural; Catequese
Antonio Castro Cunha- brasileiro
Marshall Killcrease e esposa - norte-americanos.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL- EM NONOAI-TRIBO DOS CAINGANGS

Enfermagem; Ensino Rural; Catequese
Alton Cothron e esposa - norte-americanos

Glén Bacon e esposa : Norte-americanos

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDONIA-RIO PACAÁS NOVOS-PI DR.TANAJURA

Tribo Pacaás Novos.-

RIO LAGE-PI TENENTE LIRA-TRIBO PACAÁS NOVOS

Enfermagem; Serviço Dentário; Ensino Rural e Catequese

Friedrich Karl Scharf e esposa - brasileiros

Abraham Hoop e esposa - canadenses

Royal Taylor e esposa - norte-americanos

Richard Sollis e esposa : norte-americanos

Thomas Hipólito Moreno - norte-americano.

ESTADO DO AMAZONAS-RIO ICANA-TRIBOS BANIWA E NHENGATU

Enfermagem; Escola Rural; Trabalho e Produção Rural; Catequese.

Henry Loewen e esposa - canadenses

Wainie Hliwer - norte-americanos

Elizabeth Koop - canadense

James Curtiss e esposa - norte-americanos

RIO DEMINI- TRIBO XIRIANOS (FAMÍLIA DOS UAICÁS)

Enfermagem; Lingüística e Catequese.

John Enns e esposa - norte-americanos

Apôlnio de Melo e esposa - brasileiros

Bruce Hartmann e esposa - norte-americanos

Vorn Bartlett e esposa - norte-americanos.

RIO JURUÁ-TRIBO MARUJOS.

Enfermagem; Lingüística e Catequese.

Alberto Darahdgian - brasileiro

Robert Allen - norte-americano.

Esses missionários vêm prestando ao Serviço de Proteção aos Índios na grave crise que se abateu sobre os Pacaás Novos, serviços preciosos e inestimáveis, acudindo-os na selva com dedicação apostólica.

No Içana, em 1954, instalou-se o Missionário Henry Roland Soewen e senhora. Aprenderam a língua Baniwa e mantinham contato amigável com uma população estimada em mais de 2 000 índios.

Trabalharam com autorização do SPI, fornecida em 1954.

Infelizmente, a 26 de janeiro de 1961, em virtude de denúncias ainda não devidamente apuradas, foram os missionários retirados dos seus locais por ordem do Grupamento de Elementos de Fronteiras; a cassação da autorização concedida anteriormente foi expedida pelo SPI em março do mesmo ano.

Este Serviço, no interesse da população indígena nas margens do Içana, pretende restabelecer a autorização que lhes havia outorgado em 1954.

-CRUZADA DE EVANGELIZAÇÃO MUNDIAL

Teve autorização do SPI em 1958 e, como já operava na Guiana Inglesa instalou na localidade de Bonfim, junto à fronteira uma ampla sede destinada a servir de base aos trabalhos da Missão.

Dúvidas suscitadas posteriormente pelas autoridades brasileiras, fizeram com que a Missão abandonasse as instalações de Bonfim.

Atualmente esta Missão mantém em Território do Rio Branco, em colaboração com a FAB, os seguintes postos:

1) - Posto Kirixina, margem esquerda do Mucajai, junto à Cachoeira dos Índios - população, mais ou menos, 150 índios Kirixanas, Contatos desde 1959. Campo de pouso, feito pela FAB.

Missionários - John Fred Peters e esposa.

2) - Posto Surucucu - Na serra do mesmo nome - Campo para avião tipo C-47, construído pela FAB. População superior a 1000 índios, absolutamente sem contatos com civilizados, até então.

Índios Aicantérrri.

Missionários: Roland Russell Sosocer e esposa; Donald Bergman, linguista - Contatos desde 1961. FAB, 1 sgt.-

3) - Posto Parima B

Serra do Parima - nas cabeceiras de dois formadores do rio Parima

Contato : abril de 1961.

Índios : Kamatéri

Língua: aprox. Neica. População superior a 1 000 índios.

Missionários - Robert Cable e esposa; Sue Albright, linguista.

Contato - abril 1961. Campo até para Douglas - C-47

4) - Posto Jaica, no Rio Uraricoera, acima do Igarapé Zaucubana.

População : mais ou menos 300 índios.

Campo de pouso: para avião C-47. Contato: desde 1958.

Missionário - Wayne Follmer e esposa; Sandra Cue, linguista.

A Cruzada mantém, ainda, trabalhos entre os índios Calapó, no Noroeste do Guaiá, Sul do Pará e do Maranhão; operam também em Mato Grosso e, prolongando o trabalho que está em curso na Guiana Inglesa, pensam alcançar em território brasileiro os índios Jauperis, habitantes dos rios Alalaú e Jauperi, onde confinam as três fronteiras: Território do Rio Branco, Amazonas e Pará.

OPINIÃO SOBRE AS MISSÕES PROTESTANTES.

São organizações honestas, de caráter científico-religioso, dedicadas ao estudo metódico e científico das línguas primitivas e à catequização dos selvagens.

Sua finalidade remota, até agora não bem compreendida por todos, é a difusão dos ensinamentos bíblicos entre os selvagens, para o que se faz mister que ingressem na mata e convivam com eles e lhes aprendam a linguagem.

Tanto desprendimento tem suscitado desconfiança de nossa parte e, não poucas autoridades e pessoas, lhes têm atribuído propósitos vários: pesquisas mineralógicas, espionagem, desnacionalização das fronteiras, contrabando, etc., etc.,...Têm sido apresentados como missionários americanos muito embora seus membros pertençam a várias nacionalidades, inclusive diversos brasileiros, e muitos bons brasileiros.

A bom da verdade, depois de estreita convivência com estes abnegados servos de Jé, que, com suas esposas e filhos deixam-se ficar em plena selva, vivendo a vida ruda, perigosa e barbara dos selvagens, é dever de honra para o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios esclarecer definitivamente o assunto. O Trabalho dos missionários é científico, desinteressado, honesto e, sobretudo de máximo interesse para o SPI e para o seu tutelado o Índio.

Os missionários precisam - e o desejam - ser fiscalizados, auxiliados e orientados pelo SPI e o Serviço só tem a lucrar com esta cooperação.

Tudo o mais são exagerados e infundados receios, que justificariam, quando muito, a nomeação de comissões de inquerito para esclarecer a verdade e nunca medidas vexatorias como as que já foram postas em prática.

IV - CONCLUSÕES

O Serviço de Proteção aos Índios, de modo geral, encontra-se desapercebido e em precárias condições.

O pessoal é deficiente em número e qualificações, conforme é fácil verificar, comparando-se as necessidades globais de cerca de 1 200 funcionários com as existências consignadas no quadro anexo.

Por esse quadro se verifica, igualmente, que o Serviço não dispõe de Físicos e que, tendo em funcionamento mais de 100 Postos, conta apenas com 26 Enfermeiros Auxiliares - 63 professores do Ensino Pré-Primário e Primário, quando necessitaria, pelo menos, de uma centena destes.

Considerando, outrossim, que o Serviço está organizado em:

- S.E. (Seção de Estudos);
- S.A. (Seção de Administração); e
- S.O.A. (Seção de Orientação e Assistência), além de nove

Inspetorias Regionais, verifica-se que não existe um elemento destinado à Fiscalização e ao Controle, elemento sem dúvida essencial para tornar eficiente um Serviço tão largamente disseminado e descentralizado como é o Serviço de Proteção aos Índios.

No entanto, é preciso que se atente para o patrimônio deveras precioso que lhe está afeto:

- 150 a 200 mil seres humanos, além
- de uma riqueza em terras férteis, recobertas de matas preciosas, campos de criação de primeira qualidade, distribuídos através de mais de 100 Postos, em todo o Brasil.

Este patrimônio físico, devidamente fiscalizado e racionalmente explorado, poderá tornar, em curto prazo, o Serviço autossuficiente e desnecessárias as concessões de verbas.

Por outro lado, a intensa atividade que se nota no desenvolvimento do "hinterland", mesmo na Amazônia, leva-nos a sugerir que intensifiquem ao máximo os trabalhos de pacificação dos índios ainda selvagens e que se acelere o processo de culturação dos já pacificados, visando a um duplo objetivo:

- a) - facilitar a civilização, o seu afã de interiorização na selva;
- b) - possibilitar o aproveitamento da mão de obra indígena, sobretudo na indústria extractiva, levando o aborígene, em curto prazo, a poder colaborar com o civilizado, sem o hostilizar, e sem ser hostilizado ou explorado por ele.

Um plano nêsc sentido, se encorajado pelo Governo, poderá ser elaborado pelo SPI, em trabalho conjunto com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Conselho Nacional de Pesquisas, Conselho de Segurança Nacional, Governos Estaduais, Ministerios de Educação e Cultura, e de Saúde, e entidades religiosas, sem distinção de crôdo.

No momento atual, porém, e com o proposito de permitir ao Serviço condições de eficiência, sugerimos, em caráter de absoluta urgência, as seguintes medidas:

- sejam colocados à disposição do SPI, por um prazo mínimo de 12 meses, duzentos homens das Forças Armadas, de preferência voluntários, alfabetizados, oriundos de todas as regiões militares;
- ser atribuída uma verba extraordinária de Cr\$25.000.000,00 (VINTE E CINCO MILHÕES DE CRUZ IROS), a fim de atender às necessidades imediatas de equipamento;
- ser colocado pela Força Aérea Brasileira, em Brasília, à dis

posição do SPI, pelo menos um avião do tipo Becht-Graft.

JUSTIFICATIVA

Estes planos poderão parecer ambiciosos, mas são exequíveis. Um trabalho ativo e bem aparelhado nos possibilitará assimilar o que resta de nossas populações aborígenes, em um prazo de 15 a 20 anos. Não será exagero pretender-se que, bem administrado, o Serviço seja autosuficiente, no decorrer dos cinco primeiros anos.

Isso, porém, não será possível, nem dentro de 50 anos, se persistirem as condições atuais de trabalho, quando o Serviço não dispõe de meios essenciais, como sejam:

- Encarregados capazes e eficientes, em todas as Postos Indígenas;
- Meios de trabalho modernos e produtivos;
- Rede de rádio completa, ligando a Diretoria e todas as Inspetorias, e estas, com todos os seus Postos;
- Meios de transporte fluviais e terrestres, que permitam a fiscalização intensa e o transporte da produção dos Postos para os centros de consumo;
- Rede escolar completa e professorado qualificado, não dilettantes semi-alfabetizados ou autodidatas improvisados;
- Assistência médica e enfermagem;
- Assistência técnica, agrônoma e veterinária;
- Cinco Centros de aprendizado agrícola, distribuídos, segundo as regiões geo-econômicas do país;
- Duas Escolas de aprendizado profissional, para moças e rapazes;
- Pessoal qualificado, em número suficiente, que permita à Direção e às Inspetorias realizar as funções de Fiscalização, Planejamento e Controle de todas as atividades e em todos os pontos do território, onde o SPI tenha ou venha a ter Postos Indígenas.

Brasília, 23 de fevereiro de 1962.-

ASS. TEN. CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO.

ANEXOS:-

"Of. nº 159, de 29 de dezembro de 1961.
Do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios
Ao Sr. Diretor da Revista "O CRUZEIRO"- Nesta -

Senhor Diretor:

Tendo tomado conhecimento da entrevista concedida ao jornal "O Globo", de 20.12.61, pelos funcionários Francisco Soares de Meireles e José Fernandes Cruz, esta Direção sente-se no dever de:

1. Lamentar a inoportunidade das declarações que não haviam sido submetidas previamente para estudo aos órgãos competentes do Serviço de Proteção aos Índios.
2. Sugerir, no propósito de acautelarem a segurança da família indígena, constantemente ameaçada por aventureiros de toda a ordem, que a documentação fotográfica eventualmente cedida a essa Revista, seja antes de publicada previamente analisada por antropólogos a fim de que a ciência se pronuncie quanto à autenticidade de tais documentos.

Aproveite a oportunidade, para apregontar a Vossa Senhoria meus protestos de estima e distinta consideração.

ASS. MOACYR RIBEIRO COELHO
TEN. CEL. DIRETOR DO SPI

ANEXO: Designação de Jader Figueiredo Correia, Francisco de Paula Pessoa e Udmir Vieira Lima para apurara irregularidades no Serviço de Proteção ao Índio.



ANEXO: Informe recebido pelo Ministério da Justiça sobre a visita de Serge Nessi, delegado da Cruz Vermelha Internacional (Acervo Armazém Memória)

6

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PRO MEMORIA

O Diretor no Brasil da Liga Internacional da Cruz Vermelha e o General CARLOS PAIVA GONÇALVES (Tel: 232 3223 e 232 7266). Ele recebeu uma comunicação, enviada por SERGE NESSY, de que visitaria o Brasil, aproveitando o ensejo de participar de um congresso em Montevideo. A razão desta visita se prende a publicidade feita na Suíça a propósito de violências e atrocidades contra prêsoes políticos e índios indefesos.

O General CARLOS PAIVA GONÇALVES informou o Ministro Costa Cavalcanti acerca da publicidade.

Tais são os fatos

1 ofício - Comité Central.
Serge Nessi - elemento para a América do Sul.

Montevideo - 4 dez. Reunião Montevideo -

Falei com a Senhora e a respeito de problemas universitários.

ANEXO: Reportagem no Jornal Correio do Povo de 17 de março de 1968 sobre a criação da FUNAI.

Depliss

DOMINGO, 17 DE MARÇO DE 1968

Correio do Povo

NOTICIÁRIO — 23

NÔVO ÓRGÃO PARA FAZER PELO INDIO O QUE SPI NUNCA FEZ

Dentro de poucos dias entrará extinto o Serviço de Proteção ao Índio para dar lugar a uma entidade de caráter privado, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ligada ao governo, através do Ministério do Interior, apenas para estudos e pesquisas.

Esta e outras informações sobre a situação do Compendio a 7.ª Inspeção 10 postos no, Paraíba, 2 em Santa Catarina e 8 em Mato Grosso do Sul.

EXPLORAÇÃO DO INDIO

O sr. João Alves Ribas declarou que se fazia uma "re-constituição a exclusão do SPI, a fim de corrigir o mal pela vez, tal a corrupção e o desmandado que se verificou em seu trabalho". Ele afirmou que a imprensa "sobretudo e pouco distante da verdade e seguramente realidade".

— Chistes de pontos — na sua opinião, e quando o faziam, em serviço, e quando o faziam, muitos deles, via para escrever nos jornais, mas foram todos os que foram, mas como ocorreu no Paraná. O índio era formado em trabalhador, es-creveu, sem qualquer vantagem, e daí a justa revolta de mil-los índios, que vieram a en-contrar-se, e daí a situação de exploração que se verificou em Mato Grosso do Sul.

— Logo de dizer que os in-dios não queriam mais com o trabalho — afirmou o sr. João Alves Ribas — é pura in-venção. A verdade é que nunca houve oportunidade a eles, mas apenas os explora-ram. O índio tem, hoje, um trabalho, e daí a situação de exploração e daí a justa revolta de mil-ões de índios, que vieram a en-contrar-se, e daí a situação de exploração que se verificou em Mato Grosso do Sul.

AÇÃO DA FUNAI

O entrevistado disse que, a partir da criação da FUNAI, as medidas que realmente serão tomadas serão aquelas que não são o SPI, mas o que será o pa-pel da FUNAI. Aspeto que não pode ser tratado com o SPI, mas o que será o pa-pel da FUNAI. Aspeto que não pode ser tratado com o SPI, mas o que será o pa-pel da FUNAI.

O sr. João Alves Ribas disse que todo o patrimônio do SPI passará para a FUNAI, devendo ser nomeada para os postos pessoas que nunca tiveram contato com o SPI, e daí a situação de exploração que se verificou em Mato Grosso do Sul.

— Por se tratar de uma entidade privada, a FUNAI não terá o apoio de entidades de assistência e de todos os bra-

Índio brasileiro e o seu futuro, sob o amparo de uma entidade, foram objeto da entrevista concedida ao "Correio do Povo" pelo Sr. João Alves Ribas, titular da 7.ª Inspeção Regional do SPI, anteriormente localizada em Curitiba, e chefe da seção de estudos, do Ministério do Interior, 222, Palácio.

Índio, para que possa realmente ajudar a recuperação do índio brasileiro. Nesse senti-do, estão sendo tratados fran-camente os índios brasileiros. No Rio de Janeiro, no Paraná, por exemplo, deverá ser cons-tituído um órgão para tutelar os índios. Isso porque o índio não pode ser tratado como um indivíduo, e sim como um in-divíduo que precisa de oportuni-dade. Tanto inclusive cooperati-vas e ajuda para obter em máquinas agrícolas, melhora-do sua existência de trabalho. Isso não é tudo. É preciso que haja uma preocupação de todos para cumprir bem seu papel".



No foto o sr. João Alves Ribas, chefe da 7.ª Inspeção Regional da Fundação Nacional do Índio, juntamente com o dr. Fernando Vasconcelos, assessor jurídico do órgão, quando falavam a reportagem do "Correio do Povo".